



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de São José do Rio Preto

PAULO CESAR MIORIN DE OLIVEIRA

ESAÚ E JACÓ:
O RETRATO DA PASSIVIDADE NACIONAL
EM MACHADO DE ASSIS

São José do Rio Preto
2023

PAULO CESAR MIORIN DE OLIVEIRA

ESAÚ E JACÓ:
O RETRATO DA PASSIVIDADE NACIONAL
EM MACHADO DE ASSIS

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciene Marie Pavanelo

São José do Rio Preto
2023

O48e

Oliveira, Paulo Cesar Miorin de

Esaú e Jacó : O retrato da passividade nacional em Machado de Assis / Paulo Cesar Miorin de Oliveira. -- São José do Rio Preto, 2023
154 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio
Preto

Orientador: Luciene Marie Pavanelo

1. Revoluções e literatura. 2. Ficção histórica. 3. Ciência política na
literatura. 4. Cultura popular. 5. Literatura Aspectos morais e éticos. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de
Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

PAULO CESAR MIORIN DE OLIVEIRA

**ESAÚ E JACÓ:
O RETRATO DA PASSIVIDADE NACIONAL
EM MACHADO DE ASSIS**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciene Marie Pavanelo

Comissão Examinadora

Prof^a. Dr^a. Luciene Marie Pavanelo
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Salete de Almeida Cara
USP – Universidade de São Paulo

Prof^a. Dr^a. Rosana Apolonia Harmuch
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

São José do Rio Preto
21 de setembro de 2023

AGRADECIMENTOS

À minha amiga, Rebeca Rodrigues, que me apresentou a oportunidade e confiou em mim, mesmo quando eu mesmo não confiava. Obrigado por todas as vezes que ficou brava comigo, eu sei que mereci.

Ao meu amigo, Fernando Saves. Você foi e é o meu exemplo de professor, aluno e ser humano. Tenho a mais absoluta certeza de que sem seu apoio, dicas e paciência eu não estaria aqui. Espero que um dia eu possa te deixar orgulhoso.

Às professoras Salete de Almeida Cara e Lucia Granja pelas inestimáveis contribuições e apontamentos para melhora da dissertação no Exame de Qualificação. Fiquei deslumbrado com todas as colocações, sugestões e a forma tão cândida e amorosa como o fizeram. Também à professora Rosana Apolonia Harmuch por estar presente na banca de defesa, à qual eu sou extremamente grato.

Especialmente à minha orientadora, Luciene Marie Pavanelo, que mal me conhecia, mesmo assim leu um projeto péssimo, foi ainda mais longe e aceitou ser minha orientadora. Você foi carinhosa, gentil e amorosa comigo e me motivou mais do que consegue imaginar. Sem você tudo isso seria chato demais; obrigado por me fazer rir, pelas correções de várias e várias páginas, por insistir e se preocupar. Sei que foram vários os momentos em que eu te enchi de preocupações, em especial quando eu aparecia machucado em uma reunião (coisa que acontecia com uma preocupante constância), mas mesmo assim me ouvia e até mesmo apostava em minhas loucuras. Obrigado por sempre ser paciente comigo. Acima de tudo, obrigado por acreditar em mim.

RESUMO

A presente dissertação destina-se a analisar a obra *Esaú e Jacó* do escritor Joaquim Maria Machado de Assis. Por uma análise da estrutura de conflito que permeia o romance é possível identificar alegorias voláteis que podem ser atribuídas e validadas não somente como mecanismos literários, mas também com peso histórico. Para melhor compreender esses mecanismos alegóricos, são analisados dois eventos: a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República de 1889. Esses episódios são averiguados e analisados sob o olhar dos diversos personagens direta ou indiretamente envolvidos, os gêmeos Pedro e Paulo, mas com destaque especial para o conselheiro Aires e o confeitiro Custódio. Realce para a visão machadiana contida no romance sobre a decadência do império e a emergência da nova república com base nas ligações alegóricas contidas implicitamente no romance.

Palavras-chave: *Esaú e Jacó*. Queda da Monarquia. República. Machado de Assis.

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the work *Esau e Jacó* by the writer Joaquim Maria Machado de Assis. Through an analysis of the conflict structure that permeates the novel, it is possible to identify volatile allegories that can be attributed and validated not only as literary mechanisms, but also as elements with historical weight. To better understand these allegorical mechanisms, two events are analyzed: the abolition of slavery in Brazil, taking place in 1888, and the Brazilian Proclamation of the Republic in 1889. These episodes are investigated and analyzed from the point of view of the several characters, directly or indirectly involved, the twins Pedro and Paulo, but giving emphasis on the councilor Aires and the pastry chef Custódio. We highlight the Machadian vision in the novel about the fall of the empire and the rise of the new republic based on the allegorical links implied in the novel.

Keywords: *Esau e Jacó*. Fall of Monarchy. Republic. Machado de Assis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SR	“A sereníssima República”
CE	“Conto de escola”
DC	<i>Dom Casmurro</i>
EJ	<i>Esaú e Jacó</i>
HE	<i>Helena</i>
IG	<i>Iaiá Garcia</i>
QB	<i>Quincas Borba</i>
MP	<i>Memórias póstumas de Brás Cubas</i>
OE	“O enfermeiro”
AL	“O alienista”

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PEÃO PARA E4	12
2.1	Sobre o realismo de Machado de Assis	12
2.2	Sobre o conflito em <i>Esau e Jacó</i>	30
2.3	Sobre a alegoria nacional	42
3	BISPO PARA C4	52
3.1	Sobre a abolição	52
4	DAMA PARA H5	65
4.1	Sobre o 15 de novembro	65
4.2	Sobre o evento segundo o conselheiro	69
4.3	Sobre o caso da confeitaria do...?	87
4.4	Sobre Santos	104
4.5	Sobre os gêmeos	112
5	DAMA PARA F7	127
5.1	Sobre Flora	128
5.2	Sobre as mudanças	138
5.3	O fim	141
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
7	BIBLIOGRAFIA	151

1 INTRODUÇÃO

É quase um consenso implícito na carreira de grandes críticos literários brasileiros, em especial aqueles com uma vasta jornada, que em algum momento um ensaio ou artigo será dedicado a Machado de Assis.

O Brasil é dotado de exímios escritores, mas a influência machadiana transcendeu o seu período e, mesmo mais de cem anos depois de sua morte, sua escrita continua sendo não só de relevância para a crítica, mas para todo o círculo acadêmico e em praticamente todo o âmbito literário.

A presente dissertação se propõe a contribuir para a fortuna crítica sobre o escritor, partindo de um romance machadiano que por vezes se esconde nas sombras, ganhando pouco destaque em comparação com outros clássicos, como *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881) ou *Dom Casmurro* (1899). Publicado em 1904, sendo o nono romance de Joaquim Maria Machado de Assis, *Esaú e Jacó* possui tanto uma estrutura narrativa singular quanto um enredo recheado de alegorias e metáforas que podem exprimir muito do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX e do Brasil, além de contribuir para um maior entendimento da prosa machadiana como um todo.

O primeiro capítulo destina-se a analisar o realismo nos romances publicados pelo autor. Através da análise dos elementos que compõem a narrativa machadiana é possível obter uma compreensão profunda de suas obras, em especial sobre os aspectos que lhes conferem volatilidade. O destaque maior é conferido ao romance *Esaú e Jacó*, no qual é analisada a sua estrutura de conflito, presente em toda a narrativa em variados graus. Também é apresentado o conceito de alegoria machadiana e como ela é desenvolvida durante as diversas situações do romance.

O capítulo dois procura examinar a abolição da escravatura em 1888 sob o olhar machadiano presente no romance, mas também em outras obras do autor. Através desse estudo comparativo podemos observar elementos em comum que constroem uma visão singular sobre um evento que foi um divisor de águas na história nacional.

O capítulo três destina-se a analisar o 15 de novembro de 1889, a Proclamação da República. Traçando um paralelo entre os eventos históricos e a narrativa machadiana, é possível compreender as transformações (ou ausência delas, em vários pontos) na política e na sociedade brasileiras, pelos olhares das pessoas “comuns”, bem como das elites da capital carioca do século XIX que permeiam os romances de Machado.

Por fim, o último capítulo destina-se a estabelecer a ligação entre os principais personagens do romance (Flora, Pedro e Paulo) e como suas alegorias atingem o ápice logo nos primeiros momentos da república brasileira. Também é analisada a visão machadiana sobre a decadência do império e sobre o que é a República, com seus erros e acertos.

2 PEÃO PARA E4

2.1 – Sobre o realismo de Machado de Assis

O que torna a leitura de qualquer romance ou conto de Machado de Assis interessante é a sua precisa descrição da sociedade, sua cultura, sua política e até mesmo de certos hábitos individuais que são apresentados em vários níveis, ou camadas, diferentes. Além disso, o modo *como* ele elabora isso é especialmente interessante. John Gledson traz à tona o conceito quando se refere a *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878), três dos primeiros quatro romances publicados antes da chamada “fase adulta”:

Em vez de dramatizar involuntariamente a incongruência entre os dois sistemas diferentes, o local e o europeu, Machado tomou uma rota mais realista, ao criar o enredo desses três romances no contexto do clientelismo e do patriarcalismo que, juntamente com a escravidão, constituíam as formas sociais dominantes no Brasil (GLEDSON, 2006, p. 260).

Joaquim Maria Machado de Assis, então já conhecido nos círculos intelectuais cariocas como poeta, cronista, dramaturgo e crítico literário, com um passado com certa relevância em alguns jornais de importância no Rio de Janeiro e com alguns romances já publicados, lançou durante o ano de 1880 em folhetins e no ano seguinte em volume o que seria um dos livros mais estudados e aclamados pela crítica contemporânea: *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Podemos notar que

O Romantismo foi superado por causa de seus excessos, como a arte pela arte, que ficava muito distante da sociedade. O Realismo, vulgar e trivial, copiava a natureza enquanto a arte era uma interpretação do real. O escritor devia a maior carga de verdade possível à realidade, mas a verdade não era artística. A verdade parecia frequentemente uma mentira e, com toda modéstia, o escritor deveria separar o belo do real, a fim de dar à arte uma inspiração moral, um impulso purificador (MASSA, 2008, p. 520).

Como Massa definiu acima, uma das características marcantes do realismo é se utilizar da verdade em forma de engodo, deturpada, mas ainda assim verídica; características essas que todo leitor de Machado encontrará largamente em sua ficção. Existe certo orgulho na “dificuldade” em minerar e peneirar as pepitas de ouro escritas

nas suas entrelinhas; mais dificuldade ainda em distinguir o que é a ironia do que é real, o que é a mentira e como esses elementos destacados trabalham de forma coesa para elaborar um panorama, não somente dos personagens, mas de como eles são construídos no meio que os cerca, bem como das suas ações, que falam por si mesmas. Por meio de conversas cotidianas dos personagens é possível identificar traços históricos importantes. Podemos notar em Machado e, por consequência, em sua peculiar escrita um “realismo desencantado e profético, casado ao ceticismo das transformações sociais e políticas desvinculadas da secular verdade brasileira” (FAORO, 2001, p. 72).

Porém, o realismo de Machado parte do pressuposto do inverossímil (próximo à realidade, porém, deliberadamente distante da mesma), no qual a representação do real dá-se pelos cantos, onde a sua crítica não reside no explícito, mas sim nas entrelinhas. Esse efeito ocorre tanto pela construção estética, como pelo sentido realista da obra, pois o “real choca, desagrada, ao passo que o verossímil possibilita o encanto do ouvinte ou do espectador” (PASSOS, 2008, p. 112). A narrativa machadiana compreende seu papel aparentemente inocente aos distraídos e superficiais, porém essa armadilha é proposital para que o leitor se depare com uma leitura recheada de chacota ou sarcasmo intrínseco.

Além disso, Machado não dá “ponto sem nó”. Sua escrita se dobra e desdobra por si mesma, fazendo com que o seu realismo retrate a sociedade de forma irônica, mas também com uma fidelidade assustadora. Roberto Schwarz (2020) escreve sobre isso:

No romance machadiano praticamente não há frase que não tenha segunda intenção ou propósito espirituoso. A prosa é de pano detalhista ao extremo, sempre à cata de efeitos imediatos, o que amarra a leitura ao pormenor e dificulta a imaginação do panorama (...). Entretanto ela existe, e, se ficarmos a certa distância, deixa entrever as grandes linhas de uma estrutura social. São estas que dão a terceira dimensão, ou integridade romanesca, ao brilho algo fácil dos gracejos de primeiro plano (SCHWARZ, 2020, p. 18).

Antonio Candido também destrincha o processo de criação literária de Machado de Assis; em sua concepção a ideia dos acontecimentos que permeiam a narrativa são as composições de camadas que a formam, de maneira que os conceitos sejam invertidos, tanto quanto a sua importância. Ou seja, Machado nos traz à tona o que é importante, não pelo que é visível e gritante, mas pelo que é titubeante:

A sua técnica consiste essencialmente em sugerir as coisas mais tremendas da maneira mais cândida (como os ironistas do século XVIII); ou em estabelecer um contraste entre a normalidade social dos

fatos e sua anormalidade essencial; ou em sugerir, sob aparência do contrário, que o ato excepcional é normal, e anormal seria o fato corriqueiro (CANDIDO, 2013, p. 23).

Candido também sintetizou as principais características da ficção machadiana em seis pontos elementais, os quais são:

1 – *Identidade*. O protagonista está sempre à procura da sua própria existência, muitas vezes afirmada pela existência dos que lhe cercam, suas ações são direcionadas, direta ou indiretamente, pela sua busca de si (ou de outros para consigo); em alguns casos, essa dúvida é tão pertinente que consegue fazer cativa a sanidade do personagem e levá-lo a um estado de loucura (temporária ou perpétua).

Essa situação acontece, em menor escala, na questão da identidade de Capitu e sua procura no espaço social em uma cena muito específica de *Dom Casmurro*. As mulheres da ficção machadiana são, em sua maioria, dotadas de traços marcantes e ocupam posições privilegiadas onde conseguem estabelecer não somente relações de destaque no romance (a narrativa machadiana é pautada majoritariamente por personagens masculinos), mas, em geral, a sua busca por identidade baseada na ideia de ascensão ou manutenção do *status* social sempre se sobressai. Quando o casamento entre ela e Bento ocorre, sua busca por identidade torna-se explícita: “a alegria com que pôs o seu chapéu de casada, e o ar de casada com que me deu a mão para entrar e sair do carro, e o braço para andar na rua, tudo me mostrou a causa da impaciência de Capitu eram os sinais exteriores do seu novo estado” (DC, 2016, p. 586). Capitolina aqui mostra-se ávida em ostentar perante a sociedade o seu novo estado, sua nova identidade precisava ser afirmada, não por si mesma, mas sim por aqueles que veriam o seu chapéu, seu andar de braços dados, todos os símbolos exteriores que validavam sua nova forma. Afinal, de que valeria o casamento se aqueles ao redor dela não pudessem reafirmá-lo como compromisso consumado?

2 – *Real e imaginário*. As dimensões de algumas situações são por vezes extrapoladas, fazendo com que o personagem (em especial quando os romances são narrados em primeira pessoa) distorça ou crie uma nova realidade calcada no acontecimento “real”, e essa nova perspectiva torne real o que antes não era nem mesmo uma fantasia. Ou, trocando em miúdos, “a escrita que se desdobra sobre si mesma remete a uma tentativa de construção e reconstrução da realidade perceptiva das personagens” (GIACOMASSI, 2020, p. 64).

Dois exemplos são especialmente interessantes nesse contexto. O primeiro encontra-se na novela *O alienista*, publicada em 1882. Simão Bacamarte, recém-chegado a Itaguaí, após ter estudado em Coimbra e Pádua, decide, após algum tempo, construir um manicômio intitulado Casa Verde. A proposta é simples: abrigar todos os loucos da cidade e da região. Com o tempo, Simão perde a noção da realidade que o cerca e começa a identificar características insanas e alienadas na população, a mesma que, após repetidos abusos, se revolta contra as medidas adotadas pelo doutor. Após ele reformar sua teoria várias vezes, conclui ser o único dotado de sanidade e razão, afirmando que “reúno em mim mesmo a teoria e a prática” (AL, 2017, p. 86), o que o leva a trancar-se em seu próprio monumento, a Casa Verde, pelo resto dos seus dias. Simão Bacamarte tinha tão arraigado no seu ser a concepção de que a realidade que o cercava era da forma como ele a desejava que o levou a ver manias, trejeitos e hábitos humanos como indícios de insanidade; sua concepção do que era verdadeiro alterou a própria realidade tal como ele a enxergava e interagia com ela, chegando ao ponto gritante de isolar-se do mundo que ele mesmo fez para os que o cercavam.

O segundo exemplo, talvez um dos mais conhecidos na literatura, é o de Bento Santiago que vê em Capitu não a dúvida, mas a verdade concreta do adultério, zombando dele e humilhando-o dia após dia. O momento principal que merece nossa atenção é Bento olha para os olhos de Ezequiel e conclui que “eram os olhos de Escobar” (DC, 2016, p. 619). Isso fez com que ele se afastasse cada vez mais do filho. Relatando possuir até mesmo uma aversão enquanto o menino crescia, o que culminou na tentativa de assassinato pelo café envenenado, na qual Ezequiel foi salvo, mesmo sem saber, por pouco. A discussão que se segue com Capitu em que afirma que não é o pai da criança, acusando-a de adultério, leva a seu exílio na Europa. Em sua última conversa com Ezequiel, já moço, começa a ver Escobar cada vez mais nele, a ponto de concluir que ali encontrava seu colega de seminário, “com igual riso e maior respeito; total, o mesmo obséquio e a mesma graça” (DC, 2016, p. 634). Bento, assumindo que a realidade é como a concebe, permeada de traição por parte daqueles a quem um dia amou, vê de forma concreta, independente do que lhe afirmem, o que quer. Suas convicções poderiam facilmente ser classificadas como tão obstinadas que beirariam à insanidade. Sua razão foi substituída e a única coisa que restou foi a inexorável certeza de que havia sido traído e nada poderia convencer o protagonista do contrário pois, mesmo que essa fé o fizesse infeliz, até mesmo casmurro, era a sua verdade.

3 – *Sentido do ato*. Os personagens machadianos, desde os coadjuvantes até os protagonistas, apresentam certa indiferença ou banalizam grandes acontecimentos porque simplesmente não veem sentido em grandes comoções, pois a realidade que os cerca funciona não no plano superficial, mas sim entre camadas imutáveis somente percebidas por eles em seu tempo. Sendo assim, vários motivos de alegria são vazios ou sem significado; motivos de tristeza são tratados com candura e o entusiasmo pela vida é a ganância pelo poder e o *status* que dela se pode usufruir.

Machado de Assis utilizou-se bem dessa técnica em um momento crítico da história brasileira em seu penúltimo romance. No dia da Proclamação da República, 15 de novembro de 1889, temos o episódio da confeitaria de Custódio; o confeiteiro, que havia mandado há pouco a tabuleta de seu estabelecimento ser reformada, agora se encontra em um dilema: como seria a aparência de seu novo comércio perante os acontecimentos do dia? A antiga tabuleta adotara o nome de Confeitaria do Império, e aos olhos de Custódio e do conselheiro Aires se tornava um nome ultrapassado; foi-lhe sugerido, pelo próprio Aires, que adotasse o nome Confeitaria da República, porém Custódio recusou pelo risco de “daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta” (EJ, 2012, p. 168). Em seguida, o conselheiro oferece-lhe o nome Confeitaria do Governo, também recusado pois “nenhum governo deixa de ter oposição” (EJ, 2012, p. 169) e ele temia algum ato de violência que gerasse mais despesas, conforme compreendido por Aires. Ainda outros nomes foram sugeridos, um adendo à Confeitaria do Império, fundada em 1860, ou Confeitaria do Catete e, por último, Confeitaria do Custódio, o nome que, segundo Aires, era pelo qual todos a conheciam. Diante de todas as opções, visando as possíveis repercussões e, o foco de sua preocupação, as despesas, Custódio achou melhor “esperar um dia ou dois dias, a ver em que param as modas” (EJ, 2012, p. 171). Esse episódio narra como os grandes acontecimentos, ou os que *deveriam* ser grandes perdem o seu sentido, tornando-se corriqueiros empecilhos diante do risco de se perder a posse material por um ideal não partilhado por toda uma classe de pessoas “comuns”.

4 – *Relativismo*. Os personagens de Machado, por várias vezes, têm opiniões que nem sempre são bem aceitas socialmente; cada ato questionável possui uma justificativa, ou uma filosofia, que não somente torna o crime tolerável ou perdoável, mas também faz com que não cometer o próprio ato questionável em si seja um atentado contra a moral. Ou seja, bem e mal são conceitos extremamente relativos que, na maioria dos casos, nem mesmo são catalogados dessa forma, a dimensão do ato ético é mutável e está sujeita a quem pratica a ação e em que momento.

Talvez a palavra definidora, em grande parcela dos casos, dos personagens machadianos seja volubilidade. Seu modo de agir não se baseia em uma doutrina ou segue um pensamento, ao menos não quando lhes convém, sendo a moralidade social um manto que usam quando lhes interessa; não seguindo padrões, o seu comportamento ou, em certo nível, sua consciência “não é nem boa nem má, pois os homens podem ser felizes e infelizes sendo constantes ou volúveis” (SCHWARZ, 2020, p. 57).

Um crasso exemplo dessa situação encontra-se no conto publicado de forma avulsa, depois parte do livro *Várias histórias* de 1896, intitulado “O enfermeiro”. Narra-se a história de Procópio José Gomes Valongo, um enfermeiro que viaja para cuidar de um velho coronel, descrito como insuportável, estúrdio, exigente e que ninguém aturava, nem mesmo os amigos. Após dias de ofensas, pancadas de bengaladas e chantagens, o enfermeiro sucumbe aos seus sentimentos mais tórridos e em uma noite em que o coronel não toma seu remédio, possesso de seu humor perverso, é esganado por Procópio até vir a morrer em suas mãos. O enfermeiro está acima de qualquer suspeita, devido à idade já avançada da vítima e por todos os seus problemas de saúde. Temendo toda a situação, Procópio volta ao Rio de Janeiro onde, sete dias depois, recebe uma carta do vigário explicando que todos os bens do coronel passariam a ele. É então que começa o processo de relativização do personagem perante os seus atos: num primeiro momento, encara-os como hediondos, e decide que “dá-la-ia toda [a fortuna herdada], aos bocados e às escondidas” (OE, 2016, p. 428); logo repensa se seus atos foram criminosos ou em legítima defesa. Assumindo que foi sua enfermidade que transformou o velho em tal criatura insensível, diz tê-lo perdoado por todas as agressões cometidas. Por fim, conclui que o coronel tinha pouco tempo de vida e afirma em seu íntimo que “quem sabe mesmo se a luta e a morte não foram apenas coincidentes?” (OE, 2016, p. 428). Procópio fixou-se firmemente nessa ideia. Em suas convicções, era completamente inocente e o que explica esse pensamento são as palavras gravadas em seu epitáfio, que diz: “Bem aventurados os que possuem, porque eles serão consolados” (OE, 2016, p. 429), uma distorção proposital da passagem registrada no livro bíblico de Mateus, capítulo 5, versículo 4, onde lemos que “bem aventurados os que choram, pois eles serão consolados”. Ele afirma, assim, em sua filosofia, que seus crimes foram perdoados; não somente perdoados, mas que sua própria vida foi abençoada, pois todos os sentimentos enervantes foram rapidamente substituídos pelo *status*, prazer e segurança que iria gozar de seus bens materiais. Procópio não se via como um assassino, mas sim como um homem que suportou a tudo e o fez com sucesso, merecendo os despojos, e seu modo de encarar

a situação lhe afirmava exatamente isso, sua filosofia era concreta e não permitia um indício de pensamento contrário, como o de que ele fosse culpado, egoísta ou mesmo mau; enquanto o monstruoso coronel, por seus atos, obteve o destino merecido.

5 – *Ausência de liberdade*. Seja pela realidade que o personagem cria ou pela própria realidade que ele rejeita, ele é inserido em lugares sufocantes, onde seu poder de agir é tão limitado (existencialmente, economicamente e moralmente) que é como se ele fosse simplesmente tragado por uma correnteza (circunstâncias e momento) que o leva a cometer ações as quais nem ele mesmo poderia conceber. Acima das próprias questões antropológicas, Machado revela um problema social: uma sociedade moldada por certos padrões que luta para continuar os reproduzindo, seja ideologicamente ou economicamente, fazendo com que os elementos divergentes sejam eliminados ou calados (muitas vezes sua voz é calada quando a razão lhe é tomada: os personagens alienados de Machado poderiam, seguramente, ser os mais lúcidos).

De certo modo, os personagens machadianos são, por repetidas vezes, incapazes de conviver com a realidade que os cerca, procurando uma saída que envolva uma filosofia que não somente justifique o seu ato, mas também que os incentive a continuar após a decisão tomada e moldar a realidade segundo sua própria escola de pensamento, como escreveu Schwarz (2020), afirmando que o “espírito humano” conduz os personagens machadianos, sendo “eternamente incapaz de se ater à realidade e razão, sempre pronto a fugir para o imaginário” (p. 52). No imaginário, encontram sua verdadeira liberdade.

Como é pontuado por Betella, ao contrapor os padrões literários realistas com os estabelecidos no realismo machadiano:

A ficção normalmente se encarrega de evidenciar as falhas do processo social real e, nesse sentido, a novidade na obra de Machado de Assis é o retrato dos acontecimentos aparecer composto por um representante do estado social responsável pela determinação daquelas falhas (BETELLA, 2007, p. 191).

A ficção é lente para mostrar a verdade, desse modo Machado realiza uma dupla mentira na qual primeiro vale-se de engodos e dissimulações para evidenciar as falhas e hipocrisias sociais, mas também traz a enganosa ideia de que os personagens possuem alguma importância no panorama social quando, na verdade, são simples espectadores com não raros delírios narcísicos, sempre exagerando sua importância ou a de seus atos.

O caso mais conhecido e estudado pela crítica contemporânea dessa ferramenta narrativa, inclusive é um dos exemplos destacados por Candido (2013, p. 29), encontra-se no romance *Quincas Borba* (1891), no qual o simplório professor do primário, Rubião, torna-se um exemplo da aplicação da filosofia Humanitista. Após aceitar ser discípulo de seu mestre das ciências humanitas, é entendido que a violência funciona como um processo natural, não somente para a melhoria da sociedade e preservação de um determinado grupo social, mas, de certa forma, como a própria manutenção e preservação da sociedade, essa que, na visão do seu principal idealizador, parece destinada à derradeira extinção quando convive em relativa paz e com certa medida de companheirismo, conforme ele mesmo afirma: “se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que um homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói” (QB, 2016, p. 218). As sátiras com o determinismo são evidentes. Quando seu instrutor falece, já claramente insano (ou são, dentro da relativização machadiana), Rubião herda a fortuna e, aparentemente, uma loucura característica do velho filósofo. Seu destino, bem como o de Borba, é morrer louco e sozinho, com um diferencial: seu rico benfeitor havia destinado sua fortuna de forma livre, já Rubião tem a sua roubada pelo casal Palha e Sofia. A filosofia do Humanitismo cumpre-se aqui, segundo a qual o destino dos fracos é o de serem vencidos, ou exterminados, pelos fortes. O aspecto de fraqueza ou força, segundo a concepção machadiana, não se aplica à questão física, Machado nunca abordaria o tema de forma tão superficial, mas sim de forma ética. Rubião encontrou sua loucura quando descobriu o amor por Sofia, e à medida que o sentimento terno foi crescendo e se desenvolvendo, sua loucura se torna mais evidente; Cristiano Palha, por outro lado, utilizou-se de sua “esperteza” e de nenhum escrúpulo para saquear os espólios de seu rival (como as duas tribos famintas, sedentas pela existência personificada nas batatas). No Brasil do século XIX, as batatas são todas as formas de conseguir renda e, com ela, manter o *status* perante a sociedade. Rubião estava fadado ao seu declínio, e Palha fadado à sua ascensão.

Além dessas, é necessário destacar uma outra qualidade que Candido não realça, mas é presente nas obras machadianas e imprescindível para, não somente a sua compreensão, mas também o seu sentido mais amplo e profundo: *intertextualidade*. Machado de Assis era um exímio leitor, desde as obras gregas fundamentais para moldar a cultura literária ocidental até textos filosóficos contemporâneos à sua época. A narrativa machadiana se alimenta de todas as influências que consegue e faz com que convirjam

para o seu próprio estilo de tal forma que elas não são simplesmente decorativas, mas sim fazem com que cada personagem ou com que a própria cena adquira camadas cada vez mais profundas, podendo até mesmo adquirir um aspecto profético que reforçaria a relação de ausência de liberdade entre os personagens.

Schwarz, ao refletir sobre as influências dentro do texto machadiano, acrescenta uma camada interpretativa interessante, afirmando que

Se você olhar de perto, há sempre malícia e segunda intenção nas citações célebres, que estão deslocadas e torcidas de modo a expressar, pela impropriedade, as feições nada universais da sociedade brasileira, com suas particularidades que são problemas (SCHWARZ, 2019, p. 257).

Nesse sentido, a intertextualidade machadiana, suas referências para a construção de sua narrativa, não são de forma alguma “inocentes”, fazendo com que possam acrescentar camadas em seus personagens. Desse modo, as falas que expressam imitação ou citação direta de seja qual for a fonte, autores célebres franceses ou gregos, agregam camadas interpretativas, podendo variar de um momento narrativo para outro (qualidades que serão destrinchadas mais amplamente durante esta dissertação).

Ainda sobre a intertextualidade, Gilberto Passos (2008) discorre:

(...) pois nela encontramos um elemento crucial das duas obras¹, a necessidade de buscar referências em outros autores numa tentativa de participar da circulação literária e possibilitar ao leitor um jogo ficcional ainda mais complexo, porque à trama propriamente dita se acrescenta – evidenciando-se – o dado intertextual, relacionado sobretudo à literatura francesa (p. 12).

Além disso, existe a necessidade de dirigir o olhar para fora para entender o que se passa aqui dentro. Como explica Passos,

(...) para melhor representar o Brasil é preciso sair dele. Dito de outro modo: o dado estrangeiro entra na composição da vida brasileira retratada literariamente, porque tudo concorre para isto. Ressalvados o talento de Machado e sua consciência aguda da enorme distância que vai do servilismo ao respeito ao legado, fica a verificação acima expendida: é necessário que se registre o "sentimento íntimo" da vida nacional – donde a escolha, por exemplo, de seus momentos significativos e da carga cultural que os envolve, sem, no entanto,

¹ As “duas obras” às quais Passos se refere são, respectivamente, *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires*, que contam com a presença do conselheiro Aires.

buscar apoiar-se exclusivamente no particularismo do momento histórico vivido (PASSOS, 2008, p. 135).

Se o Brasil bebe de fontes estrangeiras, se ele se molda segundo elas, o melhor caminho para entender onde está inserido é diretamente na fonte. Em poucos lugares e momentos históricos o percurso de afastamento para entender o que está à frente funcionaria tão bem como ocorreu na narrativa de Machado de Assis.

Entre os vários autores que Machado faz convergirem para a sua obra (em especial os franceses, como destacado por Passos) o que, ao nosso ver, ganha mais relevância e colabora com a ideia de uma narração em camadas é William Shakespeare. O dramaturgo inglês está presente nas crônicas, nos contos e nos romances machadianos. Adriana Teles (2017) analisa sistematicamente essa intertextualidade e como ela faz com que a obra machadiana ganhe uma nova perspectiva sob um palco shakespeariano. Seu estudo revela como os textos não ficcionais transbordam em *Hamlet* (1603), ao passo que os romances têm a essência de *Macbeth* (1623) e os contos a predominância de *Romeu e Julieta* (1597) (TELES, 2017, p. 180). De fato, a leitura das obras machadianas adquire um significado mais profundo e é enriquecida quando se analisam os diálogos com o dramaturgo inglês.

O exemplo mais conhecido e estudado dessa intertextualidade foi notado primeiro por Helen Caldwell em seu livro *O Otelo brasileiro de Machado de Assis*, publicado na década de 1960. Nele, a autora analisa como a transformação de Bento Santiago em Dom Casmurro tem paralelos com *Otelo, o mouro de Veneza* (1604), de Shakespeare. Os paralelos não somente funcionam como uma forma, mas, como é do feitio de Machado, são inundados de significados. O exemplo mais gritante dessa situação, alegado pela própria estudiosa, acontece em *Dom Casmurro*, mais especificamente no capítulo LXII, cujo título anuncia a relação: “Uma ponta de Iago”. Nele, Bento Santiago encontra-se surpreso com a aparente falta de razão da tão exacerbada alegria de Capitu e é nesse momento que José Dias age como Iago, mesmo que sem intenção. Na trama shakespeariana, Iago é o responsável por manipular as incertezas e medos de Otelo e levá-lo ao assassinato de sua inocente Desdêmona; aqui, José Dias segue os mesmos passos, traçando não somente paralelos entre as personalidades de Bento e Otelo, mas também definindo o futuro do protagonista, minando a sua confiança em si mesmo, acentuando suas próprias inseguranças e restringindo a sua liberdade. Um leitor atento de Shakespeare notará nesse momento que o derradeiro declínio do personagem irá se concluir, bem como a sua transformação de Bento em Casmurro. A intertextualidade torna-se mais intensa no

capítulo C, com o título “tu serás feliz, Bentinho!”. A enunciação da frase nos remete ao diálogo inicial das bruxas em *Macbeth*, no qual anunciam “tu serás rei, Macbeth”; é digno de nota que os paralelos não são somente notados nas palavras, mas também pelo mensageiro que, no caso de Bento, são fadas ao invés de bruxas, o exato antagonista segundo a ideia de ficção medieval. É o momento em que o personagem inicia a sua desolação. A ficção machadiana caminha no mesmo sentido, plantando as sementes e tornando o solo fértil para o momento mais dramático do livro, encontrado no capítulo CXXXV, cujo título não poderia ser outro senão “Otelo”: Bento planejava a sua morte pois já não conseguia suportar a traição de sua amada, realidade para ele já consumada, mas, após assistir à peça representando justamente a tragédia do mouro, decide que “não eu, mas Capitu deveria morrer” (DC, 2016, p. 624). Bento não leva a cabo o seu plano, não consegue reunir coragem para fazê-lo, porém podemos afirmar com certeza que esse é o momento em que ocorre a sua transformação em casmurro, pois o amor e a dor cedem lugar ao ódio, a criança insegura, com medo infantil da mãe e um amor avassalador por sua vizinha, morre e dá lugar a um homem mórbido, frio e completamente resoluto de sua verdade acerca do adultério.

Todo esse conjunto de elementos caracteriza a obra machadiana como sendo atemporal. Além disso, a dimensão narrativa machadiana, em especial em seus romances, refere-se a algo que faz parte da formação da identidade brasileira desde a sua invasão até os dias atuais, pois, como Gledson afirma,

O que torna Machado tão legível hoje não é tanto alguma qualidade abstrata universal que transcenda seu tempo e lugar, mas o fato de que os problemas dos quais trata – corrupção, clientelismo, imperialismo e outros – ainda existem (GLEDSON, 2006, p. 250).

A precisão histórica da narrativa machadiana também merece louvores. Nas ocasiões em que se dispõe a transcorrer sobre um fato, fazendo com que as datas citadas (com raras exceções) de forma casual e banal possuam uma dimensão maior, faz com que os personagens e o momento no qual estão inseridos tenham um duplo sentido: narrativo (para o bom andamento do conto ou romance) e alegórico (com a finalidade de demonstrar uma crítica ou ponto de vista do autor sobre o acontecimento isolado ou sua repercussão em um plano maior), ou simplesmente “buscando erguê-las acima da craveira irrelevante, ou doméstica, de seus conflitos” (SCHWARZ, 2020, p. 74).

Nos romances, vários são os protagonistas que mais se comportam como personagens secundários dentro da esfera nacional, ou seja, os eventos ocorrem contra a sua vontade e por vezes eles extrapolam sua importância diante de eventos marcantes. Além disso, várias são as visões dos personagens diante de algum evento, podendo glorificá-lo ou demonizá-lo (ou simplesmente permanecerem bestificados diante de tais acontecimentos). Diante dessa percepção, podemos dizer que os personagens principais se escondem nas sombras. Suas mãos estão em quase todo o cotidiano popular, porém raramente são percebidas, exceto por aqueles que possuem certa “miopia”, tal como Machado vangloriava-se de possuir. Essa miopia ganha uma conotação diferente do contexto literal, pois segundo o próprio romancista em uma de suas crônicas, mais especificamente publicada em *A semana*, datada de 11 de novembro de 1900, ele afirma:

Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto (...) eu apertei os meus [olhos] para ver coisas miúdas, coisas que escapam ao maior número, coisas de míopes. A vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam (ASSIS, 2013, p. 307).

Desse modo, Machado consegue conceber um panorama social próprio, à sua maneira, onde o desinibido autor entrelaça vidas medíocres em um panorama maior. John Gledson (2006) reafirma a ironia do romancista de que seria justamente a miopia que o faria captar a sociedade em seus moldes tão próprios, algo que fugiria àqueles que possuem “grandes vistas”, o que seria, para o autor, motivo de orgulho.

As técnicas metalinguísticas também fazem com que a leitura possua certos níveis de profundidade, ou camadas. É possível ler a obra machadiana de forma ingênua, mas entendê-la em sua plenitude requer certa “miopia; é preciso estar atento aos detalhes. É um erro de leitura das alegorias ficcionais machadianas crer que suas obras descrevem pessoas específicas. Com exceção da figura de D. Pedro II, raras são as vezes, em seus romances e contos, que Machado se prende a algo tão simples como atacar uma pessoa ou instituição, mas são recorrentes as vezes em que ataca o que o sujeito representa, com seus vieses positivos e negativos. Como afirma Gledson,

(...) comecei a perceber que, nesse primeiro momento, o pensamento de Machado de Assis sobre o tema da história brasileira não se concentrava nas classes e nem no regime, mas na própria nação brasileira, no momento da sua independência –, de certa forma, na identidade nacional (GLEDSON, 2006, p. 18).

Como foi dito acima, a ideia de se discutir o que é o Brasil desde a sua independência, sua identidade, quem o constitui e qual sua relevância, é um tema que intriga Machado. A identidade nacional sempre foi heterogênea, calcada em desigualdade, violência, buscas obstinadas por riquezas e poder (que vão desde o ambiente familiar, até mesmo às grandes questões nacionais); todos esses aspectos se apresentam como identidade nacional e é justamente esse o pilar em que se baseia a ficção de Machado de Assis. É um momento extremamente delicado para a nação como um todo, pois nem ela possui uma imagem nítida de si, então como saber o que era se, como se estivesse de frente a um espelho, não conseguia discernir o que observava? (GLEDSON, 2006, p. 74). Esse é um dos pontos que as obras de Machado procuram representar, não exatamente fornecendo respostas, mas concedendo as ferramentas necessárias para que seja possível entender, mesmo que debilmente, a forma tão assombrosa que se encontra defronte, no espelho.

Seus romances, em especial *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba*, *Esau e Jacó*, *Casa Velha* (1885), *Dom Casmurro* (1889) e *Memorial de Aires* (1908), aqueles que John Gledson definiu como da “fase adulta” possuem nuances, ou melhor, possuem paisagens riquíssimas que só são possíveis de serem vistas por aqueles que são míopes, somente são acessíveis para aqueles que esquecem o que está na sua frente e se concentram nas informações contidas nos cantos, silenciosas, mas nem por isso acanhadas, afinal, quase como de modo desprendido, “pretendem transmitir grandes e importantes verdades históricas, de surpreendente profundidade e amplitude” (GLEDSON, 2003, p. 25). Além disso, a ficção machadiana da fase adulta possui como característica primordial o intuito de sempre lançar-se contra as aparências, ela “desafia o leitor, obscurece a leitura”, as suas “idas e vindas do andamento do enredo incorporam os aparentes paradoxos comportamentais das personagens, bem como as ousadias dos narradores refletem uma formação social” (BETELLA, 2007, p. 41).

O que corrobora com esse fato é a escrita ficcional machadiana, em seus momentos de maior consagração como *Memórias póstumas* e *Dom Casmurro* se passar em primeira pessoa. Esse efeito é denominado por “narradores em situação” (GLEDSON, 2006, p. 273) e faz com que o ponto de vista dos personagens, sejam eles protagonistas ou aqueles que os norteiam, seja sempre limitado e definido. São construídos por personagens que enxergam tanto o que possuem de melhor, como de pior; dotam os

personagens de características humanas, sendo aqui “humano” sinônimo de imperfeição e limitação.

Essa imperfeição do personagem cria um efeito ardiloso na leitura, pois ele é dotado de uma consciência limitada, já que detém o poder de agir, ou pelo menos pensa tê-lo, porém permanece passivo por seu campo de conhecimento e ação serem, várias vezes, limitado. Ou seja, o narrador faz com que ele (o próprio protagonista de seus romances, como é o caso do indulgente Rubião em *Quincas Borba* ou mesmo Brás Cubas em *Memórias póstumas*) pareça sábio. Ou, para exemplificar com mais clareza, “o romance se torna um experimento que demonstra como, através de complicadas maneiras e com que sofisticação, as pessoas podem convencer a si mesmas de que estão certas, quando estão erradas” (GLEDSON, 2003, p. 285). Afinal, mesmo Brás, com toda a erudição e filosofia que desenvolve no decorrer do romance, não consegue o seu tão almejado emplastro; Rubião, que observou e viveu o Humanitismo, acaba como vítima dele; Bento Santiago, ao assumir o manto de Casmurro, tenta assassinar o filho e permanece estoico à sua morte e aos apelos de Capitu. Tudo se resume a situações nas quais o personagem não convence aos próximos, mas a si mesmo de seu ponto de vista sobre a realidade, o que faz com que o próprio leitor seja ludibriado e, pelas mais eruditas e sofisticadas palavras, seja seu cúmplice, não no ato, mas na crença que fortalece o protagonista.

Alguns eventos ganham destaque pela sua relação com o indivíduo, como quando um personagem em uma determinada situação representa toda uma classe de pessoas. Mas é necessário lembrar que alguns personagens representam alegorias, não por toda a ficção, mas em momentos específicos, o que torna a leitura de uma obra machadiana por vezes um desafio interpretativo. É necessário um entendimento do personagem no momento em que a ação ocorre para se possuir uma ideia ampla da alegoria que Machado faz, em que momento histórico e com que instituição ou representação de poder. Porém, essas situações, mesmo com seus múltiplos significados e interpretações, podem (e, por vezes o fazem) exprimir alegorias imperfeitas, ou simplesmente alegorias que não se encaixam plenamente no sentido claro da palavra. Ou seja, estamos falando de obras com personagens riquíssimos, porém formados de camadas interpretativas para quem as lê, o que os tornam ainda mais complexos em decorrência da situação que aprofunda, distorce ou anula sua própria referência com a realidade. De acordo com Gledson,

Para os personagens (embora, repito, em grau variável), para os leitores e até para o autor, eventos como a queda do Império podem ou não ser de importância suprema. Podemos ter alguma certeza, apenas, de que não são tão importantes quando parecem (GLEDSON, 2003, p. 211).

A narrativa fica mais ainda mais preciosa se notarmos todo o panorama brasileiro, político e cultural, em que ela está inserida e que sofre com imensas mudanças durante toda essa segunda metade de século XIX. A obra de Machado de Assis consegue registrar muito do que acontecia no centro cultural da nação tropical e exprime isso de maneira extremamente irônica e sarcástica, mas também largamente mais perspicaz e lúcida. Como explica Bosi, o narrador onisciente deixa de existir, ele se torna agora contestável, incoerente, “não há mais heróis a cumprir missões ou a afirmar a própria vontade; há apenas destinos, destinos sem grandeza” (1994, p. 191).

Machado dominava a forma narrativa e sua escrita pode ser sutil em especial ao descrever a sociedade que, à sua maneira, retrata o abismo entre as classes sociais. Afinal, retomando o raciocínio de Schwarz, é evidente que o romancista, Machado, concebia e pensava “coisas muito negativas a respeito da sociedade contemporânea” (SCHWARZ, 2019, p. 67). Muitos desses motivos, como serão desenvolvidos no decorrer desta dissertação, são atribuídos à bestialidade de uma camada ordinária brasileira contrapondo-se a sua necessidade emancipatória, mas também baseando-se na impossibilidade de ascensão de classes bem como na presença de uma oligarquia econômica que controla a política nacional (um dos motivos para a existência tão longa da escravidão).

A narrativa se divide, de maneira geral, em dois universos particulares²: um burguês decadente e o periférico, norteados de pessoas “comuns”. O universo burguês constitui-se, via de regra, como uma sátira ou como crassa ironia (como é o caso de *Memórias póstumas*, um dos exemplos mais gritantes do ataque direto à hegemonia vigente, ou à sua aparência de austeridade). Porém, se até aqui exaltamos a figura de Machado de Assis, faz-se necessário também apresentar um outro ponto de vista sobre a obra do escritor.

No panorama que visa pintar, a narrativa machadiana consegue ser ímpar, tanto pela sua característica narrativa, pelos ricos detalhes históricos, como pelas alegorias

² Muito embora aqui destaquemos dois elementos com a finalidade de uma tipificação da narrativa machadiana envolvendo as classes sociais, quando analisarmos propriamente o romance *Esaú e Jacó* iremos demonstrar como a estrutura política/social divide-se em três nessa obra.

apresentadas de formas quase imperceptíveis que moldam o belo quadro que ele faz. Todavia, o quadro está apontado para uma dimensão específica, o que faz com que ele não apresente a sociedade como um todo, mas sim a parte que busca destacar. Existem certos pontos que são largamente explorados e outros deliberadamente deixados de lado em sua narrativa, mas ambos cooperam juntos no panorama histórico formando a identidade do Brasil que Machado descreve. Raymundo Faoro defende que

O confronto entre a visão de Machado de Assis e a realidade, ou mais corretamente, a realidade tal qual percebe o historiador, indica muitas discrepâncias de detalhe. O papel do Senado escapou à perspicácia do romancista; a influência da minoria, no jogo político, não lhe parecia de molde a comprometer a legitimidade da representação política. Haveria, neste setor, imperfeições quantitativas, que o tempo e o esforço bem intencionado dos homens corrigiriam. Outras, muitas outras, seriam as incongruências entre a perspectiva do escritor e o painel reconstruído do passado. As diferenças de pormenores não mostram, mesmo se arroladas, minudentemente, a peculiaridade do quadro construído por Machado de Assis sobre o Segundo Reinado (FAORO, 2001, p. 180).

É claro que falamos aqui de um romancista, não de um historiador ou mesmo de um ficcionista do romance histórico, como foi o caso de Walter Scott, Alexandre Dumas, Liev Tolstói ou Victor Hugo (citando apenas alguns dos que possuem mais renome nesse gênero), e mesmo se falássemos de tais encontraríamos equívocos em sua construção de uma narrativa do passado, pois “há em toda obra literária omissões significativas, com o mesmo alcance das referências explícitas. O que não se diz significa, às vezes, mais do que aquilo que se proclama, com a solenidade ou a altas vozes” (FAORO, 2001, p. 383). Também compreendemos as complicações que os termos “história” ou “realidade” carregam, sejam os âmbitos que forem (históricos, filosóficos, morais e tantos outros), afinal, o que podemos realmente afirmar é que “um fato histórico é, portanto, um constructo de nossas mentes, em princípio, tão válido quanto outro, esteja apoiado pela lógica e por evidências, ou não” (BETELLA, 2007, p. 222). Desse modo, Machado utiliza-se de critérios arbitrários na construção de sua narrativa, bem como todos os escritores e romancistas. Até esse momento, não seria novidade analisar *o que* os narradores machadianos constroem, mas sim *a forma como* eles constroem os eventos e as suas repercussões dentro da sua própria narrativa (alguns narradores são autores, a título de exemplo, Brás Cubas). Sobre isso, podemos notar que as obras possuem um caráter não propriamente saudosista, mas comprometido com a narrativa histórica que o

próprio narrador desenvolve (que, vez por outra, idealiza certos aspectos históricos). Conforme nota Gabriela Betella, citando os romances da última fase machadiana, suas obras são revisionistas:

As últimas obras de Machado entrelaçam-se numa espécie de "revisitação" de épocas marcantes na história brasileira, dado importante para elucidar a formação dos narradores envolvidos, já que todos viveram quase no mesmo período histórico. Assim, a lógica da análise também incide sobre as relações temporais a cunhar comportamentos sociais e narrativos expostos por meio de pontos de vista que, por sua vez, instauram novamente princípios de narrativas mais antigas (BETELLA, 2007, p. 48).

Revisitando os pontos que lhes interessam, os narradores de Machado destacam acontecimentos e omitem outros, criando um “silêncio” conveniente para o cenário que procuram construir. Os holofotes são, sem dúvida, interessantes, porém o silêncio é, a nosso ver, o ápice narrativo que ofusca todos os outros e é partindo dele que podemos obter uma vasta gama de informações. Não obstante, os detalhes omitidos em seus contos e romances expressam muito do papel de vários grupos no panorama monárquico.

Schwarz é ainda mais profundo que Faoro e alega que o plano histórico em Machado não se utiliza do pressuposto de alegoria, mas sim de ornamentação, fazendo com que os primeiros romances, antes da aclamada maturidade inaugurada com *Memórias*, possuam pouco do caráter alegórico que o torna atemporal e tão repleto de camadas:

Do mesmo modo, os romances da primeira fase têm pouco espaço para as manifestações mais espetaculares da nova era, tais como a política parlamentar, o cultivo da ciência, a empresa capitalista, a filosofia da evolução, o progresso material. A quase ausência não decorre de desinteresse, mas da evidência do caráter precário destas atividades no país, difíceis de conciliar sem ridículo com as formas de dominação vigentes. Por outro lado, não podiam também faltar completamente, uma vez que eram indispensáveis à verossimilhança oitocentista e à presunção civilizada da fina. Com o tino realista necessário à idealização, Machado tratava o interesse pelas matemáticas, pelos versos, pela construção de pontes, pela pesquisa histórica ou pela Câmara de Deputados como simples complementos da elegância senhorial (SCHWARZ, 2020, p. 229).

Partindo do argumento de Schwarz, os planos históricos machadianos não seriam propositalmente encaixados em momentos específicos, mas sim obrigações para com o realismo da narrativa, que procurava retratar uma sociedade na qual as camadas mais

favorecidas estavam sempre de olhos postos na política vigente (mesmo que raramente atuassem como protagonistas dela). O que faria com que grande parte da narrativa perdesse várias dimensões, ao menos na sua primeira fase, que corresponde aos romances *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878).

Em especial nos dois últimos romances que publicou, *Esau e Jacó* e *Memorial de Aires* têm como palco principal o final do Segundo Reinado e o início da Primeira República, porém os primeiros livros também refletem questões ideológicas e filosóficas vigentes no momento em que se passam e são escritos. A título de exemplo temos o protagonismo feminino, um dos temas “que continuarão a preocupar Machado por toda a sua carreira” (GLEDSON, 2006, p. 41). Machado pode tratar do desenvolvimento burguês em sua maturidade, mas antes, em sua “mocidade”, trata do desenvolvimento humano, quando suas alegorias não se restringem ao progresso material, mas sim ao papel do indivíduo na sociedade e sua afirmação, quase existencial, diante do que e de quem lhe cerca.

Além disso, a ficção machadiana ataca o próprio gênero no qual está inserida, pois enquanto se inaugura e lança padrões, também, deliberadamente, procura fugir da sua própria forma. Como explica Schwarz,

Noutras palavras, tratava-se de escrever um romance realista com soluções literárias antirrealistas, e de configurar o peso da realidade nacional fora do âmbito de suas explicações em voga, por meio exclusivamente do acerto da composição (...) Ao escrever um romance "do seu tempo e do seu país" com recursos do século anterior, Machado bloqueava a fusão romântica do indivíduo no coletivo e na tendência histórica, barbaridade moderna e regressiva explicitamente visada na crítica ao Humanitismo, para o qual a dor individual não existe (SCHWARZ, 2020, p. 208).

Machado defende e ataca seu estilo narrativa, criando um amálgama de problemas e situações que são levadas ao extremo pelo peso da realidade que recai em seus personagens; estes, por sua vez, em diversas ocasiões, transformam o que poderia ser um simples acontecimento em uma alegoria com significado maior, trazendo um peso que ressoa até os nossos dias.

2.2 – Sobre o conflito em *Esaú e Jacó*

No dia 18 de novembro, três dias após a Proclamação da República, Aristides Lobo (1838-1896), jornalista e republicano, publicava no *Diário popular* um artigo em forma de carta que iria coroar todo o significado da nova República. Sobre ela, Carvalho discorre:

Em frase que se tornou famosa, Aristides Lobo, o propagandista da República, manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime. Segundo ele, o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar (CARVALHO, 2019a, p. 9).

Bestializado, passivo, sem compreender, sem entender, impotente e alienado, são várias as palavras que poderiam descrever a ação popular nesse movimento que foi a Proclamação da República, mas iremos nos concentrar nas narrativas machadianas.

O narrador de *Esaú e Jacó* corrobora com a visão de Aristides Lobo à sua própria maneira. Nesse livro tão peculiar, Machado estabelece uma relação diferente da outrora ordem vigente de seus antigos romances. Se em sua fase adulta encontramos um Brás Cubas embebido em veneno e despido de suas obrigações sociais, se com Rubião encontramos um ataque à filosofia darwiniana e positivista, se com Bento Santiago encontramos um narrador não confiável, faz-se necessário que nós nos desapeguemos desses mecanismos narrativos e demos lugar ao conflito. *Esaú e Jacó* é uma obra que por excelência se baseia em ciclos de conflito que se repetem continuamente, cercados por momentos de mediação (os conflitos são realizados por duas personagens, a mediação costuma ocorrer por um elemento à parte ou por uma terceira personagem) não somente dos próprios personagens uns para com os outros, mas também da própria narração para com a história narrada.

Tal cacofonia não poderia ser mais exata para descrever um romance permeado de alegorias que remetem ao Brasil monárquico, em especial à era de D. Pedro II, período em que se concentra a maior parte da produção machadiana. Ao seu modo e ao de seu realismo, lança uma profecia sobre a aurora dos novos tempos estabelecida por Deodoro em seu cavalo branco.

Heloisa Starling (2019), ao propor um elogio sobre a capacidade ficcional tanto de Euclides da Cunha como de Machado de Assis, assinala que

Esses autores têm um modo original de refletir sobre os dilemas e as possibilidades de interpretação do país, e, a certa altura da narrativa, cada um deles oferece um lugar alternativo de intensa visibilidade para enxergarmos algo daquilo que se passa no mundo histórico (...) não é que eles consigam ver mais – mas seus escritos ajudam a ver mais intensamente (STARLING, 2019, p. 197).

O “modo original” de Machado ver a sociedade ganha a sua maior forma e peso em níveis na narrativa de *Esaú e Jacó*, na qual a expressão de um homem sobre as concepções políticas de seu tempo ao modo como lhe eram apresentadas e percebidas ganham especial forma e conteúdo. Se em *Memórias póstumas* cada linha se entrelaça em forma de ironia, sarcasmo e veneno, em *Esaú e Jacó*, cada ideia posta em papel serve ao propósito de criar um romance entrelaçado com a história do Brasil em seu Segundo Reinado até o momento de sua derrocada, formado por diversas analogias, alegorias e metáforas, além da tradicional ironia machadiana. A nova república havia sido instaurada há quase quatorze anos quando Machado de Assis lança seu penúltimo romance; embora o germe da ideia já estivesse presente muito antes da finalização da sua escrita, o momento em que ele a conclui não poderia ser mais oportuno.

Quando Sant’Anna escreve sobre *Esaú e Jacó* afirma que é um livro pautado especialmente na ideia de conflito. Sobre essa ideia, convergente ao princípio alegórico, podemos notar o que o autor diz sobre Machado de Assis:

Ele não conta uma história para ilustrar de novo um mito já existente, como era usual no Romantismo. Nem se interessa em compor uma obra realista enquanto o Realismo se define como descrição e fotografia de *uma* realidade social e histórica. É exatamente na medida em que se afasta de tal “realismo” externo para montar a coerência interna do texto que ele se aproxima mais de um caráter alegórico, contando uma parábola individualizadora e originalmente formulada (SANT’ANNA, 2012, p. 192).

Machado não escreve uma história completa do evento, mas sim um romance com camadas e alegorias voláteis pautadas em determinado ponto de vista que funcionam e se desenvolvem a cada embate. Nessa obra, o conflito é a essência que move os personagens, cada ação decisiva é pautada mediante um combate ideológico e a história somente consegue “avançar” quando uma filosofia, ideia ou princípio triunfa sobre o outro. Feito

isso, o romance encontra momentos de “paz”, em geral ocasionados por um mediador, porém esses momentos exercem a função de catapultar outros personagens (ou os mesmos, dependendo da ocasião) para um novo conflito. O narrador em *Esaú e Jacó* vê a realidade como resultados de conflitos, em especial no âmbito político, sendo eles implícitos e explícitos ao público brasileiro, portanto, a construção ficcional aqui reside justamente em utilizar-se da sua própria miopia para destacar um Brasil alegórico, movido não por ideais pacíficos, mas sim por ideologias que se mordem, se rasgam e arranham. Tudo ocorre em um palco assistido por um público que nem mesmo concebe a dimensão das circunstâncias nas quais está inserido.

Esse conflito estende-se desde que o leitor se confronta com o título do livro, na referência cristã aos irmãos Esaú e Jacó, que, desde o ventre de sua mãe, estavam em conflito; tão logo foram crescendo e os anos passando a rivalidade tornou-se mais acentuada, culminando no momento em que Esaú troca seus direitos de primogênito por um prato de lentilhas. Claro que o título nos remete ao embate físico, porém essas questões têm pouca relevância dentro da estrutura ficcional machadiana, o que nos é interessante aqui é o debate das ideias e o que elas representam no momento histórico específico.

Tal conflito também age em concordância com a verossimilhança narrativa, fazendo com que encontre uma explicação em si mesma, não em fonte exterior, mesmo que a realidade do livro seja própria, ou autônoma. Ou seja, o que o romance faz é se dobrar sobre si, ou se sobrepor. Logo no começo, em “Advertência”, somos apresentados às notas do conselheiro Aires, essas que, por excelência, comporiam o romance, como o próprio capítulo mostra-nos que “o sétimo trazia esse título: Último” (EJ, 2013, p. 23). Porém, as notas do conselheiro sobre o romance já são, em si, um tema imenso para a discussão sobre o modo como esse apresentaria a realidade; questões como: por que Aires se dedica a esse ou aquele aspecto? O que move Aires a escrever de tal modo ou a não o fazer? Quais seriam as intenções de Aires? São somente alguns exemplos. Porém, o que torna ainda mais interessante a leitura do romance é que ele é contado por um narrador oculto, o qual não sabemos quem é, que fala sobre os cadernos de Aires; mais profundo ainda que isso é o modo como ele o faz: de forma enfadonha, sentindo-se entediado ao realizá-lo. Desse modo, toda a narrativa está à mercê de um narrador que não nos oferece, do ponto de vista narrativo, segurança, empolgação ou mesmo deixa claras suas intenções; em momento algum o narrador se revela, sempre permanece oculto, o que pode

gerar várias vozes, como a sua, a de Aires e a dos personagens, sem nunca sabermos a qual devemos atribuir veracidade.

Logo na introdução, o narrador-autor nos informa que a leitura do manuscrito do conselheiro é “enfadonha”. Lima (2011) afirma que “se tivéssemos que escolher um único termo para caracterizar a prosa de *Esau e Jacó* este seria, indubitavelmente, o tédio” (p. 70). A autora defende que, mesmo que o romance a princípio tenha certos momentos de agitação, logo, em especial no momento de amadurecimento dos protagonistas, torna-se tediosa, ou enfadonha, bem como o narrador-autor afirma em “Advertência”. Existem motivos para tal, os quais se resumem em

O caráter frouxo das personagens, a atitude do narrador em relação a elas e ao enredo e o conflito frágil, sem pretensão aparente de reter e empolgar o leitor são maneiras com que o tédio é instalado no romance (...) De acordo com uma perspectiva convencional de romance realista, um conflito plantado num antagonismo objetivo e bem especificado seria o motor do enredo e daria força para o romance se desenvolver; entretanto, em *Esau e Jacó* este motor está assentado num conflito estagnado na aparência, o qual se justifica, para ser um realismo pertinente com a matéria brasileira, justamente por se tratar de um ritmo histórico fixado na irrelevância das datas e acontecimentos, pela escassez de mudanças reais que estes acontecimentos poderiam suscitar (LIMA, 2011, p. 71).

Segundo a autora, a partir do momento em que a narrativa se aproxima de fatos históricos, fugindo de uma configuração narrativa própria, perde-se a capacidade de envolvimento com o leitor, levando-o ao tédio. Ela aponta como uma das razões para tal efeito a própria aparência estática da sociedade brasileira; desse modo, a partir do momento em que as alegorias tornam-se mais evidentes ao leitor, também se torna mais evidente o efeito tedioso e enfadonho da leitura (essa feita pelo leitor e pelo próprio narrador-autor dos manuscritos). A representação da sociedade oitocentista na virada do século traz a ausência do dinamismo e a consequência formal é o “desinteresse e o tédio construídos no romance tendo como base a rixa entre os irmãos” (LIMA, 2011, p. 73). Como a autora completa, quando afirma que

o tom dominante do tédio liga-se a uma verdade histórica pois, independentemente das enormes mudanças no sistema econômico, que naquele momento se expandia com altíssimos custos para o país pelo endividamento, não houve interesse em fazê-las alcançar a população trazendo qualquer tipo de melhorias, preferiu-se a manutenção do poder nas mãos dos mesmos, fato que caracteriza a modernização brasileira como conservadora e acomodatória (LIMA, 2011, p. 76).

É interessante a constatação de que não são somente as alegorias com relações históricas atreladas cada vez mais próximas que causam o tédio, mas também enquanto o panorama continua o mesmo, onde se muda tudo, mas nada se muda, desse modo a exclusão ganha maior realce e efeito. Esse efeito fica mais evidente no final do livro, em especial quando os gêmeos continuam os mesmos e quando a política nacional continua a mesma, é condizente, como defende a autora, o maior efeito do tédio, ou, como afirma o narrador-autor, do sentimento enfadonho.

Também é peculiar o modo como a prosa se estabelece, narrada por um narrador-autor oculto, ao qual não sabemos em momento algum qual é a sua intenção ao fazê-lo ou mesmo temos uma sombra de sua imagem.

Por outro lado, Araújo (2005) argumenta que

nosso cordial Aires é o autor da narrativa, mas se incluiu nela enquanto personagem, embora *Esau e Jacó* seja narrado em terceira pessoa de razoável onisciência. Isto é, embora seja o autor, Aires se recusa a assumir a condição de narrador e muito menos assume as opiniões, algumas tremendas, emitidas pelo narrador, que, no entanto, concordam em grande parte com aquelas emitidas pelo personagem Conselheiro Aires. Um romance que tem não um personagem-narrador, mas um personagem-autor, que se recusa a se confundir, a priori, com aquele personagem-narrador. É deste ponto de vista já ambíguo que se contarão os embates entre os gêmeos Pedro e Paulo, um monarquista e o outro republicano, justamente na quadra histórica de passagem de um regime político a outro (ARAÚJO, 2005. p. 88).

Araújo apresenta a ideia de personagem-autor, referindo-se a Aires. Durante esta dissertação, não adotaremos esse ponto de vista³, porém, partiremos do pressuposto de Sant'Anna (2012, p. 195) de uma narrativa de um narrador-autor com base nas anotações do caderno de Aires. Contudo, o efeito consegue ser o mesmo do destacado por Araújo: confusão e ambiguidade.

O próprio conselheiro, como afirma Araújo, permanece o tempo todo “cordial”. Aires, em vários momentos, exerce o mesmo papel de Natividade, o de mediação, o que

³ A conclusão de Araújo é de fato interessante sobre a narrativa, porém, não concordamos com ela. Como afirma a própria “Advertência”, os cadernos do conselheiro são consultados após seu (indefinido) falecimento. Se considerarmos apenas a questão narrativa, faria sentido atribuir toda a veracidade a Aires, porém o narrador oculto nos apresenta a história com base nos cadernos, ou seja, uma narrativa oculta em paralelo com a narrativa do conselheiro, o que faz com que o leitor não possua uma noção definida de onde termina a narrativa do conselheiro e onde começa a desse narrador oculto, nem mesmo quais seriam os seus propósitos. Atribuir somente a Aires a narrativa do romance é uma hipótese válida e com a possibilidade de intrigantes desdobramentos, porém, a leitura e o estudo do romance-nos levaram a outros caminhos.

faz com que, como explica o crítico, a narração tenha esse efeito dual entre a confusão e a ambiguidade. Também segundo esse raciocínio, poderíamos argumentar que Aires contribui para o efeito de tédio, citado acima, se compreendermos o conflito como o momento de tensão e os momentos de mediação como tédio.

Porém, se além disso, o tédio está presente quando atrelado às alegorias que se apresentam no que tange à fase adulta dos irmãos, devemos enunciar algumas alegorias e referências que são introduzidas, explícita e implicitamente, nos primeiros capítulos, ou seja, o nascimento e infância dos gêmeos.

Como é destacado na mitologia bíblica, os gêmeos Esaú e Jacó, desde a concepção e formação no útero da mãe, seriam inimigos e formariam duas nações fortes (Gênesis, capítulos 25 a 27). É justamente o argumento utilizado pelo conselheiro para aludir a Santos, afirmando que a causa de tal violência poderia ser tanto espiritual quanto científica (EJ, 2012, p. 60).

Sabemos que os narradores machadianos tendem a incorporar conceitos e ideias, usando-as e abusando delas, segundo a sua vontade para que obedeçam aos seus desígnios. Em *Esaú e Jacó*, esse mecanismo se repete, especialmente porque o romance se vale primeiro da ideia cristã para, após o começo da leitura, usar a religiosidade pagã pelo mito de Castor e Pólux (capítulo CXXI). Sant'Anna (2012, p. 189) realça como o conflito se estabelece entre o cristianismo e o paganismo, mas com a clara diferença de que no segundo caso é usada a fraternidade como solução ao conflito⁴, algo que não ocorre no mito cristão. Porém, os nomes Pedro e Paulo também não são meros acasos, pois fazem referência aos apóstolos de Cristo dentro da mitologia cristã; o que nos é interessante nesse exemplo é ainda a ideia de conflito, pois é registrado que em determinado momento Paulo repreendeu publicamente a Pedro (Gálatas, capítulo 2), trazendo à tona não somente a mitologia cristã, mas baseando-se nela mais uma vez para realçar o conflito. Novamente, Machado vai contra a mesma ideia lançada na Bíblia, pois sabe-se que Pedro aceitou a correção de Paulo (A segunda carta de Pedro, capítulo 3), diferentemente dos gêmeos machadianos que não conseguem permanecer em paz ou mesmo superar as ofensas e ideologias do outro em prol de um bem maior (situação que se aplica à morte de Flora e de sua mãe, Natividade).

⁴ No mito grego Pólux era filho de Zeus, tornando-o imortal, enquanto Castor, não. Por serem inseparáveis, quando Castor falece, Pólux suplica que Zeus devolva sua vida. A condição estabelecida é que ele compartilhe sua imortalidade com o irmão. Algo que Pólux aceita de imediato. Para celebrar a prova de amor entre os irmãos, Zeus os transforma na constelação de gêmeos, onde nunca poderiam ser separados.

Embora o foco narrativo dentro da mitologia cristã seja o conflito entre os gêmeos pela primogenitura e pela benção do patriarca da família, é preciso lembrar que no final de sua vida Jacó fez as pazes com o seu irmão, Esaú (Gênesis, capítulo 33). Nesse sentido, é lógico que Machado se utilize de Castor e Pólux, pois, de muitas formas, seus caminhos são paralelos com os dos irmãos da mitologia cristã. Mas, o que nos chama especialmente a atenção nesse contexto é que, após firmada a referência que daria o molde da personalidade de seus protagonistas, ele abre mão desse recurso narrativo, conferindo uma contradição à sua própria escrita e à concepção que fez questão de inaugurar. Os resultados possíveis desse mecanismo narrativo são especialmente dois.

Primeiramente, confere personalidade aos personagens. Diferente de serem simples heróis gregos com os seus destinos já traçados, Pedro e Paulo possuem certa autonomia, pois ambos não se apresentam como uma cópia rasa de suas inspirações, mas quando insistem em um destino de conflito vão veemente contra a ideia final de catarse, eles escolhem a liberdade de serem quem são, mesmo que essa liberdade implique em perpétuo conflito. Outra interpretação possível é uma zombaria por parte do autor com os mitos cristãos e pagãos; embora esse ponto seja apenas especulativo, deve ser levado em conta, pois, é digno de nota que por vezes, e como já analisado no capítulo anterior, o narrador machadiano tende a macular ou distorcer filosofias em favor de sua visão de mundo. O efeito prático de tal distorção é a tese machadiana de que conflitos que resultam em catarse ou fraternidade são meramente esotéricos ou utópicos, sendo os homens destinados ao eterno embate, pois é essa violência que os torna reais. Seria a teoria de Quincas Borba que defende a necessidade de suplantar o “inimigo” para sobreviver, mas aplicada ao sentimento religioso.

Sob esse aspecto, é possível discernir o porquê de o narrador não utilizar metáforas ou referências a Caim e Abel ou Rômulo e Remo. Citando primeiro o caso cristão no qual os dois irmãos, Caim e Abel, disputam a atenção de Deus e Abel torna-se o favorito, causando a ira, ciúme e inveja de seu irmão mais velho; o resultado é amplamente conhecido: Caim mata Abel (Gênesis, capítulo 4). Com Rômulo e Remo, fundadores de Roma, o fim trágico se repete, com o acréscimo de que, durante a construção da cidade, o conflito se dá por meio do deboche; o comportamento se perpetua até que Rômulo mata seu irmão (ou é morto por um de seus seguidores em determinadas versões do mito). Nesse sentido, embora a história dos gêmeos Pedro e Paulo não envolva um homicídio tal como no caso bíblico ou na lenda romana, a ideia do conflito se estende e se perpetua até atingir o clímax; se fosse utilizado qualquer um desses mitos para construir uma

analogia, a liberdade de escolha de seus personagens estaria restrita, sendo a única escolha realmente plausível a de cometer ou não um assassinato.

Sant'Anna (2012) defende que o enredo apresenta intervalos de concordância e convergência entre os conflitos, quase sempre ocasionados por elementos mediadores, como nas situações infantis de conflito entre Pedro e Paulo nas quais sua mãe costuma ser um elemento mediador, ou simplesmente apaziguador; porém, como dito acima, esses espaços são temporários e mostram-se, em sua totalidade, quase sempre o motivo para se criar uma nova cisão. Desse modo, mesmo quando a narrativa se encontra em um estado de “paz” entre os personagens, é justamente essa concordância, ou mediação, que alimenta o novo desentendimento, em vez de ele sobrevir por acaso, é invocado para ser renovado em uma nova forma. Mesmo Flora, uma personagem “apática”, é destacada pelo estudioso como sendo um elemento de coesão simplesmente para se transformar em elemento de divisão. A batalha pelo afeto da jovem cria uma desunião em um nível tão crasso como as ideias políticas. O exemplo desse conflito se encontra sucintamente na própria enunciação do narrador ao afirmar que “parecera-lhes antes que Flora não aceitava um nem outro, logo depois que aceitava a ambos, e mais tarde um e outro alternadamente” (*EJ*, 2012, p. 212). Nesse sentido, a afeição da personagem não somente parte dos jovens para com ela, mas vem de como ela cria a sua percepção de um para o outro de forma quase instintiva. Em outras palavras, nos é sugerido que a ideia de conflito não se dá somente entre os gêmeos, mas entre qualquer um que possua relação com eles, pois todos os personagens do romance (com ressalva de Custódio, o confeitoiro, que segue uma analogia diferente) têm como traço marcante da personalidade o conflito; não é a realidade que os força a serem conflituosos, mas sim a sua natureza que faz com que a realidade se dobre instintivamente diante da sua vontade inconsciente. Até mesmo depois de morta, em sua cova, Pedro afirma que Flora “nos separou (...) agora, que desapareceu, que nos una”, ao que é completado por Paulo, que reflete que a moça “talvez morresse para isso mesmo” (*EJ*, 2012, p. 257). Nesse momento, repete-se a ideia de que o conflito é sucedido por paz somente para que a paz crie novamente mais conflito, gerando um ciclo infinito que sucede todas as situações. Natividade, a mãe dos gêmeos, também é uma outra faceta dessa questão, sendo um elemento não apenas mediador, mas sim um espaço de validação das questões envolvendo as ideologias, não somente dos jovens, mas até mesmo de Santos; ela torna as questões palpáveis e ambíguas, fazendo com que a interpretação delas alimente o conflito latente. Mesmo quando tenta criar paz duradoura entre os filhos como um desejo póstumo, quando diz “anda, Pedro, anda, Paulo, jurem

que serão amigos” (*EJ*, 2012, p. 275), é outro exemplo de como a própria essência dos personagens fortalece o sistema criado na ficção, pois, como seu apelo complacente, típico de uma mãe, prega a paz, o resultado é efêmero, tão logo, depois de um curto período paz, é desencadeado novamente o ciclo.

Outro exemplo de conflito, discreto, que ocorre durante o livro, é o xadrez. Machado possuía grande predileção pelo jogo, como é largamente explorado por seus biógrafos, e utiliza-se desse recurso lúdico como instrumento narrativo. O narrador, nas sombras, conduz os personagens como se estivesse travando um duelo com o seu leitor, sendo o tabuleiro as anotações do conselheiro. Como observou muito bem Sant’Anna (2012, p. 196) esse jogo intrínseco dentro do enredo só torna mais concreta a ideia de conflito, agora em níveis não somente narrativos, mas fazendo com que os personagens sejam peças em um tabuleiro na mão de dois enxadristas⁵ que se digladiam em um nível quase dantesco. Sobre essa ideia, podemos analisar a seguinte passagem:

Se aceitas a comparação, distinguirás o rei e a dama, o bispo e o cavalo, sem que o cavalo possa fazer de torre, nem a torre de peão. Há ainda a diferença da cor, branca e preta, mas esta não tira o poder da marcha de cada peça, e afinal umas e outras podem ganhar a partida, e assim vai o mundo. Talvez conviesse pôr aqui, de quando em quando, como nas publicações do jogo, um diagrama das posições belas ou difíceis. Não havendo tabuleiro, é um grande auxílio este processo para acompanhar os lances, mas também pode ser que tenhas visão bastante para reproduzir na memória as situações diversas. Creio que sim. Fora com diagramas! Tudo irá como se realmente visses jogar a partida entre pessoa e pessoa, ou mais claramente, entre Deus e o Diabo (*EJ*, 2012, p. 58-59).

O trecho nos é especialmente interessante. Além de apresentar os personagens como peças de xadrez (o que já tornaria palpável a ideia de combate) faz com que o romance adquira mais camadas, pois aqui nenhum personagem é fixo, todos são instáveis e estão sempre em conflito, tais como peças em um tabuleiro de xadrez, onde, desde o peão à rainha, estão sempre se movendo, articulando e construindo estratégias para que possam derrotar seus adversários. Como já foi afirmado anteriormente, outros personagens assumem o mesmo manto em outros romances e contos machadianos, ao que chamamos de alegoria. Exatamente por isso, em um momento A podemos afirmar que um personagem ou cena constrói uma alegoria, sendo em momento B uma alegoria

⁵ Embora nunca fique claro quais são os personagens que se digladiam no jogo de xadrez, somos levados a concluir que é a relação entre o leitor dos manuscritos e o próprio Aires, como se o ato de decifrar e escrever fosse, em si, a partida de xadrez.

diferente; um conjunto de metáforas que constroem uma alegoria imperfeita, podendo adquirir várias camadas interpretativas através das sugestões apresentadas por um narrador não confiável. Retomando ao conceito de Massaud Moisés (2004) em *Dicionário de termos literários* define-se alegoria como “um discurso que, como revela a etimologia de vocabulário, faz entender outro ou alude a outro, que fala de uma coisa referindo-se a outra (...) o aspecto material funciona como disfarce, dissimulação, ou revestimento, do aspecto moral, ideal ou ficcional” (p. 14). Fica claro que o que torna *Esaú e Jacó* especial é que além de os personagens aqui serem largamente instáveis devido à sua capacidade alegórica em determinados momentos, essa essência tende a ser muito mais profunda quando aplicada a ideia de conflito, o que faz com que a instabilidade seja constante bem como os duelos entre as “peças” torne suas ações claudicantes. Corroborando o argumento, Sant’Anna escreve sobre a análise da estrutura do romance aplicada ao lúdico do xadrez:

Em Machado o concerto da história é seu modo de contar a história. A negação ou modificação do enredo ou alteração das características dos personagens demonstram sua obsessão pela enunciação, seu prazer pelo bordado da narrativa, sua paixão pelo jogo (SANT’ANNA, 2012, p. 203).

De fato, o conflito é a norma dentro do romance, é ele que dá o tom da música, o maestro da orquestra. Tudo é por ele, por meio dele e para ele. Tanto o é que todos os conflitos necessitam de uma resolução para que se estabeleça um novo, pois o círculo tem que permanecer se renovando e envolvendo novos personagens em novas situações. Um exemplo dessa condição é a morte de Flora, morte por indecisão. A natureza do seu conflito estende-se desde o momento em que é introduzida na narrativa e sempre é elevada a um patamar sufocante para a personagem, podendo ser Flora (como via de regra) ou um terceiro; por não conseguir se decidir, por não conseguir resolver o conflito de modo que a resolução criasse mais conflito, vem a sua derrota em forma de morte, somente para abrir espaço para mais conflito. O mesmo acontece com a mãe dos gêmeos, Natividade, cuja morte gera um momento de concordância somente para desfazer-se logo após criando novamente mais conflito, como é concluído no final do romance: “mudar? Não mudaram nada; são os mesmos” (EJ, 2012, p. 278). Note-se que, nesse caso em especial, não quer dizer que as opiniões políticas de Pedro e Paulo não tenham mudado, pois isso aconteceu, mas sim que a natureza conflituosa dos dois permaneceu a mesma, apesar de suas novas filosofias, pontos de vista e decepções (ou consolidações das utopias

alcançadas, somente para vê-las pálidas, opacas e amargas). Ou, em essência: “eles apenas trocam de lugar, mas seu desempenho é o mesmo” (SANT’ANNA, 2012, p. 210), e por “desempenho” entendemos como a ideia de conflito, de perpétuo duelo entre os gêmeos.

Outro ponto que merece destaque é que, em certo nível, todas as ideias podem ser incorporadas por quem quer que seja da maneira como lhe for mais conveniente, sendo elas não um ideal para que se dê a vida, mas sim uma ferramenta para a ascensão social.

A visão estabelecida no romance é de que a política é um jogo não de essência ou ideias, mas sim um jogo de aparências. Essa visão da política remonta a escritores anteriores a Machado de Assis, como Maquiavel (1496-1527), que já considerava a aparência como um elemento primordial dentre aqueles que ocupam uma posição de poder. Sobre isso, Hannah Arendt (2020) enuncia com clareza, quando explica que

Sem dúvida todo ato tem sua motivação, além de um objetivo e de um princípio; o ato em si, porém, mesmo que proclame seu objetivo e evidencie seu princípio, não revela a motivação interna do agente. Seus motivos se mantêm obscuros, não brilham, mas se ocultam não só aos outros como também, na maior parte do tempo, a si mesmo, a seu exame pessoal. Por isso a busca dos motivos, a exigência de que todos exponham em público suas motivações íntimas, na medida em que pede o impossível, transforma todos os atores em hipócritas; no momento em que se inicia a exposição de motivos, a hipocrisia começa a envenenar todas as relações humanas (...) na política, mais do que em qualquer outra esfera, não temos como distinguir entre o ser e a aparência (ARENDR, 2020, p. 138).

Enquanto o conselheiro é o ser sem posição, neutro, que transmite suas ideias de forma cândida, quase desinteressado da política, tendo, como no caso da confeitaria, prazer em procurar uma solução para um enigma ou encontrar o bem comum a todos, em contrapartida, os personagens que o cercam são somente aparência, pois não sabemos suas motivações, onde está sua lealdade, até onde seu patriotismo confunde-se com o egoísmo, quais “boas” ações são realmente boas e quais são motivadas por cobiça ou narcisismo; todas essas questões nos são roubadas e o leitor é obrigado a crer que a aparência dos personagens é quem de fato eles realmente são. Claro, Machado se apropria desse conceito e generaliza os personagens, transformando-os em camarilha oportunista. O narrador, em alguns momentos, nos priva de um mergulho mais profundo em seus personagens, tornando-os tão rasos quanto um pires, o que nos leva a aceitar suas ações, ideias e filosofias de uma maneira simplória, sem uma motivação mais profunda ou com

camadas de experiências e pensamentos que moldem suas ações: são simples ações por ações baseadas em uma filosofia conveniente. São ideias e conceitos superficiais, pois é assim que o romance ilustra a política nacional, baseada em aparência e recorrentemente rasa.

Na busca de prestígio e *status* Natividade ganha o maior destaque, pois existem dois momentos em que sua perspectiva social dribla os limites éticos e dobra a realidade segundo a sua própria vontade. Podemos destacar o primeiro, quando diz que “as próprias ideias nem sempre conservam o nome do pai; muitas aparecem órfãs, nascidas de nada e de ninguém. Cada um pega delas, verte-as como pode, e vai levá-las à feira, onde todos as têm por suas” (*EJ*, 2012, p. 106). Nesse momento, a personagem afirma que as convicções nacionais são como uma feira, onde cada um compra o que precisa ou o que lhe convém, talvez até o que esteja ao seu alcance. Nesse sentido, as ideias, as filosofias têm a função apenas de nutrir a pessoa, de mantê-la na roda social, sem necessariamente as incorporar em si. A ideia é criada, porém, ela ainda está em estado germinante, somente vai florescer no capítulo XLVII: “Você estava com eles, como a gente está num baile, onde não é preciso ter as mesmas ideias para dançar a mesma quadrilha” (*EJ*, 2012, p. 125). Agora a filosofia apresenta-se volátil e as relações podem ser usadas e desusadas segundo a necessidade ou interesse do personagem. Nesse momento, a metáfora de Natividade faz-se presente em uma quadrilha. É interessante notar o paralelo entre a feira e a quadrilha, espaços de socialização, sendo o primeiro por necessidade e o segundo por entretenimento. No primeiro as ideias não eram de ninguém, e no segundo a pessoa poderia simplesmente abdicar dos seus próprios ideais e seguir a “música”, seguir a ordem vigente sem necessariamente concordar ou discordar, desde que a sua aparência expresse certa medida de apoio ao poder, podendo ser, como no diálogo entre Natividade e Santos, conservador ou liberal. Em suma, o que está em jogo é o seu lugar na sociedade, não propriamente a qualidade de vida, liberdade ou qualquer outra questão; Natividade transforma a busca por um lugar na elite como uma luta constante, onde o que deve ser sacrificado e consumido são seus próprios ideais.

Por fim, é necessário destacar, retomando a ideia de Maquiavel sobre aparência política, que *Esau e Jacó* é, em grande parte, um livro de conflito entre a realidade e aquilo que os personagens constroem como tal, cujas ideias conflitantes, por mais divergentes que sejam, são esmagadas pela forma mais crua e demasiadamente pesada de desesperança que é gerada pela apatia. Em suma, o romance recheado de alegorias, metáforas e analogias que transmitem a ideia de que não existe esperança,

independentemente de sua filosofia de vida ou suas ideias políticas, ou mesmo de sua classe social. O real conflito no livro, e o único a ser realmente vencido, é se é necessário realmente acreditar no que prega ou se é necessária somente uma aparência como modo de sobrevivência; nessa linha de pensamento, a descrença e a antipatia de Custódio fazem todo o sentido, pois, assim, vencem a desesperança e o desespero, já que o narrador evidencia que a realidade destrói a todos.

2.3 – Sobre a alegoria nacional

Uma vez que o esquema conflitante do livro foi colocado, é necessário agora entendermos o porquê de o romance *Esaú e Jacó* ser tão singular na produção machadiana.

Como foi ressaltado anteriormente toda a obra que compõe a fase madura de Machado de Assis é, ao seu modo, peculiar. Começando por *Memórias póstumas de Brás Cubas* em que temos um “autor defunto” (não um “defunto autor”) narrando sua vida de um modo, ao início, não linear; temos *Quincas Borba* e toda a falha do sistema darwinista; há *Dom Casmurro* e o narrador não confiável em primeira pessoa; contamos com *Esaú e Jacó* e suas diversas e plurais alegorias nacionais; por fim, porém não menos importante, existe o *Memorial de Aires* escrito em forma de diário. São definições restritivas se comparadas à complexa interpretação que as obras podem nos oferecer. Porém, o ponto em questão é que todos esses romances são únicos segundo a forma como são escritos e pelo propósito ao qual se valem.

Apesar de contar com vários elementos históricos como pano de fundo, como cenários em uma peça de teatro, *Esaú e Jacó* não é propriamente um romance histórico, não nos termos definidos por György Lukács (2014). Por outro lado, dentre todos os romances machadianos é o que os acontecimentos históricos mais ganham força e protagonismo.

Os romances machadianos são, em essência, alegóricos em vários momentos. Mesmo que a narrativa funcione de forma independente das situações alegóricas que constituem, Machado de Assis escreve em dois níveis: primeiro, o enredo, supostamente inocente e desprendido, o qual serve para encantar o leitor. Segundo: a alegoria implícita, a que confere não somente significado ao texto, mas também faz com que ele se amplie e tome novas dimensões. Esse conceito foi explicado anteriormente quando consideramos

algumas características narrativas machadianas em romances e em contos, nos quais, majoritariamente, seu elemento alegórico está presente.

Além disso, Hansen (2006) enuncia o conceito de alegoria enquanto forma de ornamentação do discurso. O teórico compreende o conceito em duas formas distintas: a primeira mantém relação com a poesia e os poetas, estando relacionada tanto ao falar como ao interpretar; o segundo conceito, mais pertinente para a análise do romance, está relacionada com um “modo de entender e decifrar” (2006, p. 8)⁶. Essa ideia poderia ser entendida pelo conceito expresso no texto, em que ele adquire duas camadas interpretativas: a primeira, de sentido figurado, expresso no texto e a segunda, de sentido próprio, que pode ser encontrada “abaixo” do sentido figurado, não estando presente literalmente no signo que compõe o texto, mas sendo o algo mais profundo que se encontra no signo. Segundo Hansen, esse seria o real sentido do texto, sendo uma interpretação que se oculta e não se expressa em uma leitura literal do texto.

São vários os critérios que o autor afirma para a construção de um uso adequado da alegoria como instrumento do discurso, sendo a clareza e a brevidade (com a finalidade persuasiva) elementos norteadores nessa questão, nomeadas pelo autor como “virtudes retóricas”, ou seja, como ele define: “a prática construtiva de um consenso acerca de uma adequação geral da representação” (HANSEN, 2006, p. 46). A narrativa de *Esau e Jacó* é permeada por vários desses momentos. Nesse sentido, não podemos pensar que o romance como um todo constitui somente uma única alegoria, mas sim que são esses momentos breves, nos quais a alegoria encontra-se abaixo do sentido literal, que compõem o romance, formando assim uma narrativa composta de várias alegorias.

Em *Esau e Jacó* o elemento alegórico está presente de forma lúcida, mas nem sempre tão clara, compondo uma série de alegorias. Podemos afirmar que o conflito anda lado a lado com a alegoria, permeando o romance com a mesma constância, dando um sentido mais amplo aos embates e fazendo com que os conflitos não sejam somente a norma vigente, mas estabelecendo um porquê de eles serem a norma, algo maior que o capricho do narrador-autor. Nesse sentido, o narrador constrói em sua escrita um esquema tão complexo que mesmo as regras que ele impõe para a narrativa, como o conflito, estão obedecendo a uma regra maior, a de serem alegorias voláteis.

⁶ Hansen realiza um estudo excelente sobre o uso da alegoria voltada para as *Escrituras Sagradas*. Como podemos entender a cizânia entre os irmãos de *Esau e Jacó* com referências bíblicas, como já demonstrado, poderíamos estender os conceitos de análise alegórica para certos pontos narrativos, em especial a questão da interpretação da hermenêutica cristã que pressupõe uma leitura que foge a uma simples assimilação literal dos signos; a presente dissertação propõe um paradigma similar.

Essas alegorias não são tão claras como, por exemplo, a alegoria de Platão sobre a caverna. Podemos afirmar que o romance percorre vários momentos alegóricos, mas que essas alegorias não poderiam montar, aos moldes clássicos estabelecidos acima, alegorias perfeitas. Sendo assim, podemos afirmar o romance *Esaú e Jacó* como um conjunto de alegorias imperfeitas, o que fundamenta o conceito trabalhado até o momento de cada alegoria. Nesse sentido, a narrativa poderia ser considerada inovadora e emancipatória.

Apontando o caráter emancipatório desse romance em relação a outras obras de Machado, podemos notar que,

De fato, se nos outros romances é preciso buscar e interpretar, para encontrar e entender os significados políticos e históricos do livro, aqui os acontecimentos, símbolos, nomes alegóricos etc., que se relacionam com a política são tão numerosos a ponto de se tornarem inescapáveis. Um romance que começa em 1871 (o ano da Lei do Ventre Livre), com uma mãe recente que se chamava Natividade e sobe o Morro do Castelo (onde o Rio foi fundado, em 1557, por Estácio de Sá, e onde os jesuítas, liderados por Frei Manuel de Nóbrega, mantiveram seu colégio), a fim de consultar uma cabocla chamada Bárbara, sobre o destino dos filhos, não pode ser considerado esquivo em seu convite ao leitor para se empenhar num jogo de interpretação histórica, em nível alegórico (GLEDSON, 2003, p. 194).

Segundo John Gledson a obra *Esaú e Jacó* possui uma linha narrativa totalmente baseada no elemento histórico, porém, o que o torna diferente é o jogo, a ideia de que o que é não parece ser e o que pode ser definitivamente não é. Enquanto isso, o narrador oculto se diverte às custas de seus leitores ingênuos e desavisados.

Para isso, vamos a alguns exemplos: o primeiro é encontrado logo no começo do livro e, conforme destacado na afirmação de Gledson, é o Morro do Castelo. Nessa passagem, não são os personagens que assumem o manto alegórico, ao menos não no primeiro momento ou no primeiro nível da narrativa, mas sim o espaço onde ela se passa:

Era a primeira vez que as duas iam ao morro do Castelo. Começaram de subir pelo lado da rua do Carmo. Muita gente há no Rio de Janeiro que nunca lá foi, muita haverá morrido, muita mais nascerá e morrerá sem lá pôr os pés. Nem todos podem dizer que conhecem uma cidade inteira (...)

Natividade e Perpétua conheciam outras partes, além de Botafogo, mas o morro do Castelo, por mais que ouvissem falar dele e da cabocla que lá reinava em 1871, era-lhes tão estranho e remoto como o *club*. O íngreme, o desigual, o mal calçado da ladeira mortificavam os pés às duas pobres donas. Não obstante, continuavam a subir, como se fosse penitência, devagarinho, cara no chão, véu para baixo. A manhã trazia certo movimento; mulheres, homens, crianças que desciam ou

subiam, lavadeiras e soldados, algum empregado, algum lojista, algum padre, todos olhavam espantados para elas, que aliás vestiam com grande simplicidade; mas há um donaire que se não perde, e não era vulgar naquelas alturas. A mesma lentidão do andar, comparada à rapidez das outras pessoas, fazia desconfiar que era a primeira vez que ali iam. Uma crioula perguntou a um sargento: "Você quer ver que elas vão à cabocla?" E ambos pararam a distância, tomados daquele invencível desejo de conhecer a vida alheia, que é muita vez toda a necessidade humana (*EJ*, 2012, p. 23-24).

Note-se que o primeiro lugar apresentado no romance é justamente o Morro do Castelo, o local de fundação do que viria a ser a cidade do Rio de Janeiro, isso ainda no século XVI, viabilizado por Estácio de Sá. Posteriormente, com a instalação dos jesuítas, foi o local que primeiro também recebeu o colégio e a igreja dos Jesuítas, além da Casa da Câmera e outros prédios de importância local. Foi a partir dele que a população se expandiu, conquistou e habitou as regiões adjacentes, como o morro de São Bento, morro de Santo Antônio e morro da Conceição.

Todas essas elevações formaram a cidade no período colonial, pois o morro foi para o Rio de Janeiro da época o que Roma foi para a antiguidade; as principais e primeiras ruas nasceram dele e convergiam para ele, bem como a ideia de centralidade política, educacional e administrativa. O morro talvez só tenha perdido a sua importância com o aumento da população carioca, que, ao se expandir, começou a ocupar a várzea da região, deixando o morro para trás. Desse modo, se encabeçarmos a ideia de que o Rio de Janeiro era uma das regiões de mais relevância nacional (não somente por ser a capital, mas também por ser a porta de entrada para o exterior, no caso, a Europa), o Morro do Castelo era importante por ter sido a sua origem.

Também é digno de nota o estado atual das origens da cidade: podemos ver uma relação de total abandono e precariedade. Note-se que o narrador anuncia sua subida como uma “penitência”; devemos levar em conta que em parte ele emprega esse termo devido à parcimônia que as damas demonstram ao enfrentar um caminho longo, afinal, devemos nos lembrar que Natividade encontra-se grávida nesse momento, porém deve ser ressaltado o lado aflitivo, tanto física quanto moralmente da situação. O lado físico, é óbvio, reflete-se na dor com que ambas suportam com certa resiliência a subida, dor essa especialmente causada pelo desconforto dos sapatos utilizados, mas também pelos olhares alheios que caem sobre ambas sem que elas aparentemente deem maior atenção. Os olhares são curiosos, pois, como é descrito na própria narrativa, o morro não é habitado por uma parcela burguesa da população, mas sim pela classe trabalhadora, a que se levanta ao canto do galo para desempenhar as suas funções e tarefas. Um ponto de

destaque é que o morro tinha o seu próprio ritmo, apressado, volumoso, seu próprio jeito e trejeito, refletindo o futuro modo de vida dos cortiços que se formariam em situações similares; é justamente nesse cenário que Natividade e Perpétua se destacam.

Assim, nos é sugerido que as classes sociais do Rio de Janeiro são distintas e percebidas logo no momento em que são avistadas, sendo a sua essência ou aparência algo impossível de ser disfarçado. Ou seja, somos informados da impossibilidade de comunhão entre as classes sociais na realidade carioca, por extensão fluminense e nacional. A presença das duas damas gera estranheza pois ali não é o seu lugar de pertencimento, o fato de identificá-las realça a diferença social entre os grupos, mas, a necessidade de estarem ali entrega muito mais: a mistura das classes só se dá mediante uma necessidade maior implícita em ambos os grupos, nesse caso a necessidade de uma previsão que acalmasse a ansiedade da jovem mãe por parte da cabocla. Ou seja, o narrador nos enuncia, em paralelo com a alegoria que aquela situação envolverá a capital, que ali existem duas classes de pessoas que são divergentes entre si, que não entram em conflito físico direto, somente sabem seu local de pertencimento, porém, reconhece que a mistura de ambas, quando raramente ocorre, não forma uma amálgama, mas sim é feita por necessidade. Sobre essa identificação por classes, Gledson (2003, p. 215) questiona se “O Morro do Castelo, onde ocorre a consulta, foi o local de fundação da cidade do Rio: um local de origens talvez, e assim um local sagrado e de ratificação da cabocla e de seu status místico?”.

É interessante pensar nessa questão “mística”, em especial se compararmos o capítulo I com o XIV e o XV. Como foi explorado anteriormente neste trabalho, todo o livro estabelece-se na ideia de conflito, mostrando sempre a mesma situação de formas diferentes para diversos personagens, com significados distintos de acordo com suas ações, locais e falas. Porém, devemos levar em conta que no primeiro capítulo Natividade e Perpétua vão até a origem da cidade e encontram ali uma religião de matriz africana personificada pela cabocla; nos parágrafos XIV e XV, temos Santos indagando o conselheiro sobre a mesma questão, a briga entre irmãos ainda na barriga da mãe e se isso seria um presságio, porém, o conselheiro faz previsões, bem como a cabocla, só que baseando-se no cristianismo. Desse modo, podemos perceber adereços sutis que nos sugerem o complemento da analogia: a de que o Rio de Janeiro, na sua fundação ou na sua base funcional, seria feito de pessoas escravizadas (que traziam suas crenças oriundas de países da África e aqui formavam uma amálgama com os novos costumes), além de

toda uma camada servil e trabalhadora que pertencia à camada ordinária da população; e de outro lado, vemos uma aristocracia burguesa que é majoritariamente cristã.

Devemos nos ater agora à questão regional e nacional. Por que *Esaú e Jacó* não seria uma alegoria carioca e sim uma alegoria nacional? Primeiro, é digno de nota que estamos falando da capital de um país, o que já implica no centro político da União, porém, além disso, no século XIX o Rio de Janeiro não era somente um palanque político, mas estava no centro dos holofotes culturais e sociais; ele era o Olimpo brasileiro, onde a alta sociedade concentrava-se, ostentava e criava bases cada vez mais hegemônicas. Portanto, todos os movimentos que ocorrem em terras fluminenses possuem repercussão nacional, sejam nos costumes, por exemplo, de uso de utensílios ou modos à mesa, conforme destaca a obra *Sobrados e mucambos* (1998) de Gilberto Freyre, mas também irradiam tradições políticas que seriam sentidas por toda a União, como o saudosismo de D. Pedro II nos primeiros anos da República.

Para compreender o elemento histórico utilizado por Machado para a construção da alegoria, vamos nos deslocar para o capítulo XXIII intitulado “Quando tiverem barbas”:

Naquele ano, uma noite de agosto, como estivessem algumas pessoas na casa de Botafogo, sucedeu que uma delas, não sei se homem ou mulher, perguntou aos dois irmãos que idade tinham.

Paulo respondeu:

- Nasci no aniversário do dia em que Pedro I caiu do trono.

E Pedro:

- Nasci no aniversário do dia em que Sua Majestade subiu ao trono.

As respostas foram simultâneas, não sucessivas, tanto que a pessoa pediu-lhes que falasse cada um por sua vez. A mãe explicou:

- Nasceram no dia 7 de abril de 1870. Pedro repetiu vagarosamente:

- Nasci no dia em que Sua Majestade subiu ao trono.

E Paulo, em seguida:

- Nasci no dia em que Pedro I caiu do trono.

Natividade repreendeu a Paulo a sua resposta subversiva. Paulo explicou-se, Pedro contestou a explicação e deu outra, e a sala viraria *club*, se a mãe não os acomodasse por esta maneira:

- Isto hão de ser grupos de colégio; vocês não estão em idade de falar em política. Quando tiverem barbas.

As barbas não queriam vir, por mais que eles chamassem o buço com os dedos, mas as opiniões políticas e vinham e cresciam. Não eram propriamente opiniões, não tinham raízes grandes nem pequenas. Eram (mal comparando) gravatas de cor particular, que eles atavam ao pescoço, à espera que a cor cansasse e viesse outra. Naturalmente cada um tinha a sua. Também se pode crer que a de cada um era, mais ou menos, adequada à pessoa (...) as barbas é que não queriam vir. Que é

que se lhes há de fazer quando as barbas não querem vir? Esperar que venham por seu pé, que apareçam, que cresçam, que embranqueçam, como é seu costume delas, salvo as que não embranquecem nunca, ou só em parte e temporariamente. Tudo isto é sabido e banal, mas dá ensejo a dizer de duas barbas do último gênero, célebres naquele tempo, e ora totalmente esquecidas (EJ, 2012, p. 76-77).

São dois pontos que devem ser destacados aqui. O primeiro é a questão de a data do nascimento de ambos ser em 7 de abril de 1870, conforme informa a própria mãe. Concentrando-nos nesse ano em específico notamos que imediatamente é construída a relação dos gêmeos com a criação da própria identidade brasileira a partir dos eventos desse momento, tais como o final da guerra do Paraguai e a elaboração e publicação do *Manifesto republicano* pelo jornal fluminense *A república*.

Também é digno de nota que a interpretação da mesma data de maneira oposta pelos dois protagonistas acentua o esquema de conflito elaborado no começo do capítulo. Na verdade, aqui ele ganha a sua proporção mais interessante, pois o mesmo dia possui diferentes significados para ambas as correntes políticas. De acordo com Passos (2008, p. 81),

Entre os gêmeos, a data de nascimento é motivo de uma dissensão, colorida de elementos políticos; um afirma ter nascido no aniversário da queda de D. Pedro I e o outro contesta, afirmando ser o dia da subida ao trono de D. Pedro II. A mesma data admite, como se percebe, duas interpretações radicalmente contrárias, embora complementares do ponto de vista da narrativa: Pedro e Paulo devem se opor. O momento histórico em que se inscrevem os impele à busca de elementos que configurem Monarquia e República.

Porém, aqui a dimensão narrativa deve dar lugar ao elemento histórico, afinal, ele é a base do romance e o que concede níveis à própria narrativa. As respostas dos irmãos, quando crianças, mostram as posições políticas opostas que irão adotar quando adultos. Eles nascem no dia 07 de abril, mesma data da abdicação de D. Pedro I, que ocorrera no ano de 1831. Esse evento histórico é rebaixado por Paulo, que comemora o fato de o imperador ter “caído do trono”, o que mostra sua propensão ao republicanismo. Apesar de D. Pedro II não ter assumido o poder de imediato, pois quando seu pai abdicou o príncipe tinha apenas cinco anos de idade, Pedro comemora essa data como sendo o “dia em que Sua Majestade subiu ao trono”, mostrando o seu apoio à monarquia.

Claro que a intenção primária do narrador é destacar a relação dos gêmeos com a política na ideia de queda e ascensão, porém, nesses eventos as forças que operam por

meio da figura dos monarcas possuem relevância no âmbito nacional. Sendo os próprios personagens Pedro e Paulo alegorias dos monarquistas e republicanos, respectivamente, a importância desses acontecimentos deve ser medida de forma nacional e não apenas regional, pois embora o Rio de Janeiro seja de fato extremamente importante nessa época, a política governamental aplicava-se a todo o território brasileiro.

Outro ponto que possui apelo é a referência que o narrador faz à expectativa de crescimento das barbas de Pedro e Paulo, que pode ser relacionada à questão das barbas de D. Pedro II. Quando D. Pedro II sobe ao trono, após o Golpe da Maioridade, tinha apenas 15 anos e, obviamente, não tinha barbas; portanto lhe faltava o estereótipo masculino viril. Quando a guerra do Paraguai finalmente acaba, em 1870, suas barbas já estavam brancas precocemente (tinha apenas 45 anos); até o final de seu reinado, D. Pedro II há de ter como símbolo suas barbas. Portanto, aqui não falamos delas como um simples ornamento estético, mas sim como o que elas foram para o imperador: um símbolo de sua maturidade, de sua amargura e, depois disso, de sua pessoa já em fase decadente. Sobre essa questão, Gilberto Freyre nota que

A prematuridade de Dom Pedro II pode ser tomada como exemplo. Fez-se imperador aos quinze anos e logo tornou-se pensativo e grave. Aos vinte e tantos era já um velho com as barbas e o aspecto de um avô. A juventude fugira dele a galope. A educação brasileira favorecia, num Brasil ortodoxamente patriarcal como foi o dos meados do século XIX, a prematuridade do menino (FREYRE, 2016b, p. 98).

Conforme destaca Freyre, a juventude de Pedro havia sido roubada e logo o monarca foi inserido em um mundo de adultos onde ele não havia somente de se portar como um, mas deveria aparentar-se como os mais velhos, portanto, eis aí as implicações de sua barba, um jovem que deixava de sê-lo para tornar-se um homem maduro.

Quando a mãe de Pedro e Paulo pede para que os filhos deixassem primeiro a barba crescer para depois expressarem suas opiniões, pede na verdade que ambos conquistem primeiro a maturidade e o símbolo de respeito, o mesmo que D. Pedro II conquistou, para que depois adotassem uma posição política e a sustentassem. Nesse sentido, os jovens ao almejamem pela barba na verdade almejam pelo seu espaço de relevância no poder falar e sustentar suas convicções que desde cedo já afloravam. Também é necessário constatar que falamos de personagens em fase de crescimento e construção do ser, moldando suas identidades, tal como é a situação da identidade brasileira durante todo o período do Segundo Reinado.

Gledson (2003, p. 205), entretanto, decide tomar um rumo interpretativo diferente, dando um outro significado às barbas dos jovens: “E se supusermos que uma ‘barba’ representa o Império, a outra a República, o que descobriremos? Coerência, acredito, e mais do que isso, uma visão de cada regime que é satírica mas, acima de tudo, histórica”. Nesse caso, a questão da maturidade poderia ser substituída pelo poder nacional. Pedro a aspira indicando que os monarquistas querem que o regime permaneça hegemônico, já Paulo a deseja pois quer que tal poder cresça da mesma forma para o regime republicano que defende. Nesse sentido, a situação pode estender-se nesses dois níveis, o que não é novidade na narrativa machadiana: o primeiro sendo do poder de fala para com a mãe e o círculo ao qual os gêmeos pertencem, o segundo como poder nacional a ser exercido por um grupo político específico.

Além disso, neste mesmo capítulo, nos é apresentado um frade, amigo de Pedro. A amizade monarquista não é aqui, como de praxe, uma coincidência. Na narrativa, é descrito que o frade era alguém meigo e espiritual e, por conta dessa mesma fé, empreendeu uma viagem ao interior. Após seis meses de viagem, em seu retorno, contava com as barbas pretas, “brilhaníssima”; porém, realizando uma nova viagem, de cerca de nove meses, voltou com a barba “de prata ou de neve”. O narrador também enuncia que ele chegou até os cinquenta anos e ainda lança um desafio: pede que “a leitora adivinhe esse capítulo” (EJ, 2012, p. 78). O leitor, nesse caso, que melhor levantou uma explicação sobre a passagem repentina e curta do frei foi John Gledson (2003, p. 205), afirmando a alegoria que o frade representa:

O frade, sendo amigo de Pedro, é o Império, paciente, encantador, cheio de fé, sem dúvida; mas a verdadeira história aparece no segundo parágrafo citado (...) este paralelo explica os detalhes desse trecho e lhes confere interesse: o rejuvenescimento baseia-se no café (negro) e na escravatura (negra), e “brilhaníssima” por causa da riqueza que produz. Depois de algum tempo, no entanto, mostra-se que o escurecimento é apenas temporário, produto dessa prosperidade econômica, voltando o regime a ser o que sempre foi – *ancien*. Talvez haja aqui uma referência ao bem conhecido fato histórico de que a barba de Pedro II embranqueceu prematuramente, no final da década de 1860, quando ele tinha 40 e poucos anos.

Essa talvez seja a alegoria mais sutil apresentada em todo o romance. De fato, permeado por um elemento histórico tão gritante, por que Machado escolheria justamente esse parágrafo e justamente a ideia de frade para representar o imperador? Porém, o episódio nos serve como fio condutor de questões maiores, de que as alegorias são

múltiplas e não que o romance inteiro personifique apenas uma delas. Nesse momento, o grau de volatilidade dos elementos que compõem a narração é tamanho que parecerá difícil, num primeiro momento, concebê-los: personagens que são alegorias, lugares que são personificações de ideias ou identidades; alegorias que se completam por meio do elemento histórico podendo ser sucedidas por outras logo em seguida, ambas trabalhando para a construção de uma alegoria maior em vários contextos. Todos esses acontecimentos são acompanhados de intenso conflito, alternância e por raros momentos de colaboração, somente para que o ciclo inicie-se novamente.

Por fim, valemo-nos de um último exemplo das alegorias que permeiam o romance. Poderíamos citar que o casamento entre Natividade e Santos é a alegoria do convívio simbólico e histórico entre a camarilha oportunista e o financista que enriqueceu com a febre das ações na década de 1850. A morte de Flora, que até então vive uma vida “opaca”, ofuscada pela ação e ideias de outros personagens, representaria a “morte” da república com o bombardeio ao Rio de Janeiro em 1893 e a Revolta da Armada. Além das representações de Pedro e Paulo com respeito à camada populacional monarquista e republicana, respectivamente, e de Santos, que personifica o prelúdio do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (2004).

Em suma, *Esaú e Jacó* não é somente mais uma obra machadiana, mas muito provavelmente um dos romances com mais níveis de significado baseando-se no elemento histórico sem propriamente ser um romance histórico. Também não podemos reduzir a obra a somente uma alegoria, sendo, na verdade, um conjunto de várias alegorias que funcionam tanto individualmente quanto como peças de um quebra-cabeça, juntando-se e formando uma figura maior, nesse caso, o panorama do Brasil do Segundo Reinado sob várias perspectivas, hábitos, cenários e personagens.

3 BISPO PARA C4

3.1 - Sobre a Abolição

O narrador oculto também enxerga a abolição da escravatura de uma maneira ímpar e a narra de forma peculiar dentro de *Esaú e Jacó*. Ambos os gêmeos ostentam visões diferentes sobre a política, tanto a que impera, monárquica, quanto a que haveria de vir, republicana. Mas as divergências insistem em continuar (e por que haveria de ser diferente?) mesmo no momento da Abolição em 1888.

Primeiro, deve ser digno de nota que a abolição da escravatura não foi um processo isolado, mas o desenrolar de vários outros processos anteriores e, acima disso, um catalisador de algo maior: a queda da monarquia e o estabelecimento de uma nova oligarquia. O evento em si já é cheio de significado, porém, inserido em um contexto maior ganha quase (se não a mesma) perspectiva do que foi a Proclamação da República, sendo um jogo de aparências, um mecanismo para a reafirmação de uma classe dominante, não uma política pública voltada para o desenvolvimento social e nacional. Sobre essa questão, podemos notar que

Com a Abolição houve um deslocamento do poder político. Acelerou-se a decadência da oligarquia tradicional que detivera o poder durante o Império e se identificara com a Monarquia. Abalaram-se os fundamentos sociais do sistema monárquico no Brasil. No ano seguinte, era proclamada a República. O poder econômico concentrou-se nas áreas mais dinâmicas. (COSTA, 2010, p. 342)

Desse modo, devemos encarar a Abolição como um prelúdio da República, um grande estimulador de tal movimento. Como tal, a maneira como Machado escreve sobre o evento também lança uma profecia, ou ao menos um *modus operandi* de como seus personagens reagem a grandes eventos. É claro que no romance a questão do 15 de novembro toma um rumo totalmente original, sendo o evento mais bem representado por meio de alegorias (seja em números de personagens apresentados no romance, seja em significados que Machado tenta nos transmitir), porém também devemos nos ater ao significado do 13 de maio pois sentiremos um pouco do fel que o escritor nos transmite.

O modo taciturno como o capítulo XXXVII é construído é, por si só, interessante. O narrador afirma que:

Não esqueça dizer que, em 1888, uma questão grave e gravíssima os fez concordar [os irmãos] também, ainda que por diversa razão. A data explica o fato: foi a emancipação dos escravos. Estavam então longe um do outro, mas a opinião uniu-os.

A diferença única entre eles dizia respeito à significação da reforma, que para Pedro era um ato de justiça, e para Paulo era o início da revolução. (EJ, 2012, p. 105)

O que nos chama a atenção no primeiro momento é a expressão “grave e gravíssima” que o narrador usa para descrever somente um fato, a abolição. Por que se remeter a ela em dois níveis ou, se não fosse somente um o objeto, por que dar esse caráter dual? A resposta há de ser simples: os modos de os personagens encararem a situação são ligeiramente diferentes, respectivamente, para Pedro, que a vê como grave, logo depois para Paulo, que a vê como gravíssima. O modo como eles a encaram pressupõe um momento de concordância: a abolição era necessária. Porém, as interpretações que advêm dos não confiáveis relatos do nosso narrador oculto sobre o fato nos são especialmente peculiares.

Note-se primeiro que ambos possuem a mesma opinião sobre a escravatura: são contra. No caso de Paulo essa situação já era esperada, já que, excluindo a Conjuração Mineira, os movimentos republicanos, em especial os do século XIX, estão associados às ideias abolicionistas. Mas, a postura de Pedro sim nos é interessante e deve ser analisada com maior cautela. É possível que o narrador concebesse a figura de D. Pedro II nesse momento quando descreve as ações de Pedro no romance *Esaú e Jacó*, um monarquista que não vê sentido na escravatura, tendo em vista que o próprio imperador já tinha concedido liberdade a diversos escravizados ao longo da sua vida.

É evidente em 1888 que o trabalho escravizado realizado nos latifúndios tradicionais era o pilar que sustentava a monarquia. Sendo assim, faz sentido que Pedro, como personagem monarquista, defenda moralmente a sua posição abolicionista, porém seria ingenuidade não notar que essa mesma posição seria o fim de uma era. Como dito pelo narrador, para Pedro a abolição era um ato de “justiça”; lembremo-nos que a justiça permanece acima de vontades alheias e deve fazer não o que é cômodo, mas sim o que é certo já que ela dispõe das regras e parâmetros sociais e legais. Portanto, é possível que Pedro veja o momento com um certo tom lúgubre, pois sabe que esse é um passo definitivo rumo ao fim da monarquia, porém, também entende a necessidade e as bases justas da Abolição. Pedro sabe que o momento final da monarquia há de chegar, mas vê a esperança nesse ato da Abolição como uma tentativa de conciliação popular entre o

governo monárquico e a população fazendo justiça com aqueles que foram, por toda a história do Brasil, escravizados, subordinados a uma vida inumana e indigna. Desse modo, a justiça de D. Pedro II é também oportuna, por isso é atenuado o “grave”, pois ela é de fato muito importante sim, mas com o potencial de ser um divisor de águas, de ser o momento de guinada; ela traz consigo a última esperança de estabelecer um quiçá Terceiro Reinado.

Quando Paulo compara a Abolição a uma revolução nota-se a alusão à Revolução Francesa. Na madrugada do 14 para o 15 de julho de 1789, Luís XVI, imperador da França, é acordado em seu luxuoso quarto por uma inquietação vinda da antecâmara. De repente, vindo dela, o duque de Liancourt (supõe-se que era um nobre com tendências liberais) anuncia que uma multidão furiosa havia invadido a Bastilha em busca de armamento e pólvora. Não entendendo muito bem a situação, seja por alienação ou por simples sonolência, o rei pergunta: “É uma revolta?”, ao que o duque brilhantemente responde: “*Non, sire, c’est une révolution*” (ARENDT, 2020, p. 79). Para o republicano metamorfoseado na figura machadiana de Paulo, a Abolição possui para o Brasil o mesmo peso que a tomada da Bastilha teve para a França de Luís XVI. Em retrospecto, quando Machado concebe o romance, nota-se que as aspirações de Paulo são mais condizentes com o contexto histórico, mas, no ano de 1888 poucas as coisas eram lúcidas ou palpáveis para uma população passiva, tal como era para a monarquia francesa alienada do contato com a população parisiense em 1789. Por isso a expressão “gravíssima” utilizada por Paulo, anunciando um momento sem retorno, um ponto no qual os parâmetros seriam imediatamente mudados, em que a realidade social seria mudada. Vale ressaltar que os presságios ainda adquiriam o tom de estágios a serem completados, pois para o republicano positivista o Brasil seguia um rumo paralelo ao destino francês, portanto, a Abolição era a porta da República.

O narrador descreve esse momento com ironia, porém, a Abolição era um ponto crucial porque a escravatura era em si mesma um ponto crucial; basta nos lembrarmos de que o Brasil do Segundo Reinado somente existe por conta de um passado construído basicamente em cima da escravidão e da monocultura. Além dessa questão, existe um agravante: a economia nacional articula-se sobre o seio da escravatura, tão logo aplica-se o argumento de que “a fazenda está vinculada ao escravo. Não há fazenda sem escravos” (FAORO, 2001, p. 38). Essa formulação pode ser substituída por “não existe Brasil sem escravos”, uma realidade mais do que clara, absurdamente palpável, no século XIX. Sobre essa questão, Gilberto Freyre (2010, p. 164) enuncia que

Embora não nos devamos esquecer nunca do fato de que, na formação brasileira, pastoreio e mineração, diferenciando-se da atividade agrária característica da maior parte da economia, quer pré-nacional, quer nacional, do País, desenvolveram-se, entretanto, dentro do complexo patriarcal, latifundiário, escravocrático e com tendências, quase sempre, à monocultura ou à exclusividade de produção, que envolveu a todas essas várias atividades, dando-lhes uma unidade – a patriarcal-escravocrática – que se sobrepôs a todas as diversidades.

Desse modo, a escravidão no Brasil representa não somente o problema social, mas sua estrutura está de mãos dadas com a maior parcela da renda de um país todo. Portanto, todos aqueles que se aventuravam em grupos abolicionistas tinham que dar uma resposta que mudasse completamente a estrutura mecânica de uma monocultura nacional inteira, pois, o que fugia à monocultura era “a importação de bens manufaturados dos centros europeus” (RIBEIRO, 1995, p. 159). A resposta da monarquia foi simples: omissão. Como já foi destacado anteriormente, a monarquia dependia dos latifúndios que dependiam da escravidão, portanto, a questão do 13 de maio não é simplesmente (o que, por si só, já não é simples) uma questão da transição social de uma classe de pessoas feitas escravas para pessoas livres, ou, mais profundamente, das mudanças de mão de obra para a manutenção da economia nacional como um todo; a questão mostrou-se ser sobre quais grupos oligárquicos iriam substituir os antigos e como eles iriam substituir a política nacional.

Nesse ínterim, surge a alarmante de Paulo para a sua mãe, que a deixa em estado quase catatônico, preocupadíssima: “A abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco” (EJ, 2012, p. 106). Num primeiro momento o enunciado esclarece aquilo que já dissertamos sobre, Paulo vê a abolição como o primeiro passo rumo ao sol, nesse caso, a República. Interessante a passagem, pois remete à visão negativa que o personagem possui da monarquia, como um tempo de trevas; também é interessante notar como a visão republicana enxerga o regime como o oposto natural à monarquia, algo que possibilitaria a essência da vida personificada aqui pela ideia de existência adquirida por meio do exercício pleno da cidadania. Quando a mãe, Natividade, lê novamente o discurso, não é simples acaso chegar à conclusão de que “era uma ameaça ao imperador e ao império” (EJ, 2012, p. 106) pois, na verdade, é não somente uma ameaça, mas algo mais profundo do que isso, é uma profecia. A triste ironia iria destruir os sonhos do nosso jovem republicano machadiano, pois a república seria eclipsada e o mundo entraria novamente em trevas. Porém, deixemos isso para depois.

No momento, devemos esclarecer a última parte do enunciado, que diz: “emancipado o preto, resta emancipar o branco”. A qual emancipação Paulo referia-se nesse momento? Tendo em perspectiva que, na sua linha de raciocínio ambos são cativos, primeiro caracterizemos as suas amarras. Obviamente as amarras do negro seriam as da servidão involuntária pela escravatura. Mas, quais seriam as do branco para que ele pudesse se emancipar? Paulo refere-se ao sistema monárquico como as amarras que prendem a sociedade e as compara com as que prendem o negro. Em um sentido distorcido a comparação tem algum significado, pois, bem como um escravizado obedece às ordens do seu senhor, assim podemos sugerir que Paulo julga a monarquia como déspota, obrigando uma sociedade inteira a agir não em concordância com a sua própria vontade, mas sim segundo a vontade do monarca. O ponto de convergência entre as ideias é a liberdade: ambos, preto e branco, não são livres. Nesse sentido, a República concebida e imaginada aqui é, antes de tudo, a liberdade do ser, de todos os seres humanos.

Faz-se necessário destacar como que a estrutura social foi moldada mediante o preceito de ausência de liberdade para o negro, evidenciando como era impossível que um escravizado assumisse a mesma posição social que um branco; e, porventura, aqueles que o fizessem, não eram considerados de fato negros, mas sim “brancos de alma”. Portanto, seria simples deixar-se levar pela estrutura criada para a manutenção da escravatura, já que ela era a estrutura que mantinha toda a União. Nesse ponto criam-se dois extremos: o primeiro é quando o sistema doutrinário funciona com tal magnitude que convence o indivíduo de que a sua condição de vida escrava não é somente “natural”, como de fato quase ordeira ao bom andamento das coisas. Sobre essa questão, Darcy Ribeiro disserta:

Essas condições tornaram o negro mais resignado com seu destino, agora melhorado pela assunção à dignidade de ser humano e ainda mais indoutrinável a uma concepção do mundo que explica a ordem social como sagrada, e a riqueza do rico e a pobreza do pobre como destinações inapeláveis. (RIBEIRO, 1995, p. 302)

No entanto, no outro extremo, temos grupos abolicionistas e fugas de pessoas escravizadas que têm seus primeiros relatos desde o início da escravidão. O negro no Brasil habita entre esses dois extremos: resignado ou combativo. É bem verdade que os personagens negros machadianos são dotados de uma passividade resignada, bem como a descrita acima; nesse sentido a explicação de Ribeiro corrobora com a ideia escravista presente na ficção machadiana. Nesse momento não é somente uma afirmação de

mudança social, mas a mudança social pela mudança das regras implícitas e explícitas que regem a sociedade; uma mudança social pela mudança política.

Raymundo Faoro (2001) também disserta sobre a relação escravizado/senhor de escravizados presente em *Esaú e Jacó*:

A fina mão de Machado de Assis distingue bem, com intencional clareza, a distância do servo e da família do senhor – estava o escravo longe da familiaridade e do contacto, recebia e dava afeição, sem receber amizade. Os escravos de Santos (Esaú e Jacó), espelho de seus sentimentos, viveram a recente baronia, alegres com a alegria do senhor (...) O escravo se conforta à sorte, sem maldizê-la, submerso num mundo que não lhe permite esperanças, senão as recompensas depois da morte, no reino da bem-aventurança. (FAORO, 2001, p. 366)

Saindo da esfera desse romance e mergulhando em outras obras podemos encontrar semelhante conduta cândida. A título de exemplo podemos citar as crônicas machadianas, uma produção incrivelmente rica e ainda pouco estudada. Em uma crônica publicada em 19 de maio de 1888, sob pseudônimo, mas com o sempre oportuno “bons dias!” e com o encerramento de “boas noites!”, nos é narrado que um senhor de escravo havia alforriado seu negro escravo antes mesmo dos “debates da segunda feira” (ASSIS, 2013, p. 96). Restituía a liberdade a Pancrácio, seu negro escravizado, oferecendo até mesmo “casa amiga” e “um ordenado”; a postura do escravizado perante esses acontecimentos? É narrado que ele pede, mais de uma vez, para ficar, aceita os petelecos seguintes de seu senhor, bem como os pontapés e puxões de orelhas, os insultos e tudo mais; sempre, conforme descrito, “recebe humildemente” e até mesmo com certa “alegria”. Dois são os autores que elaboraram as melhores discussões sobre a questão. John Gledson (2003) afirma que Machado enxerga a Abolição como algo relativo, pois a transição era de um gênero de relacionamento de trabalho social insalubre e opressor para outro. Por outro lado, Sidney Chalhoub (1990) também defende que o escritor insiste na questão da transição de aparências em que se muda tudo, mas não se muda nada; porém, ele inaugura a percepção de que na aristocracia que há muito dominava majoritariamente o sistema escravocrata existiam falências incorrigíveis, ao menos a curto prazo, sendo a Abolição uma tentativa de salvar as aparências, ou, ao menos o que restava delas.

Porém, o que podemos extrair das leituras é a posição passiva da classe escravizada diante dos atos dos seus senhores. Claro, muitos são os exemplos históricos que mostram que a visão machadiana não era uma regra e talvez fosse apenas o modo com que o autor observava e compreendia a sua realidade em seu momento. Seja pela sua

“miopia”, seja pelo meio no qual estava inserido, as pessoas escravizadas na ficção machadiana possuem, via de regra, uma atitude semelhante à de Pancrácio, suportando os maus tratos com alegria, com prazer, não somente rindo do infortuno presente e do desatino futuro, mas abraçando-o como uma sincera vocação⁷.

Lembre-mos também de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, no capítulo XI intitulado “O menino é o pai do homem”, no qual o jovem Brás, aquele “menino diabo” que certo dia “quebrou a cabeça de uma escrava porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo” e logo após isso aprontou uma série de “travessuras”. Nem mesmo Prudêncio escapou aos seus maus tratos, pelo contrário, suportou a tudo “sem dizer uma palavra” (MP, 2016, p. 42). Todos os escravizados permanecem taciturnos, resignados aos seus destinos, sem proferir maiores ofensas ou tentativas de golpes físicos; sua resiliência pode facilmente ser vista como a permissividade que perpetua não o sistema escravista em si, mas as relações entre senhores e escravos.

Torna-se claro, nesse momento, que no romance *Esaú e Jacó* a ideia abolicionista parte não por iniciativa das próprias pessoas escravizadas, mas sim *por elas* feita por aqueles que estão em condição social superior. Essa relação cria dimensões um tanto quanto problemáticas e, de certa forma, distantes da realidade, e é aí que a analogia machadiana deixa de ser uma representação da realidade e torna-se simplesmente ficção, pois na narrativa o negro escravizado e o branco carioca médio estão inseridos dentro do mesmo espectro reduzido de exclusão. A ficção machadiana deliberadamente, porém implicitamente, mostra que a questão da abolição não pertence aos escravizados em si, mas sim ao sistema vigente que articula a escravidão. O porquê de fazê-lo desse modo? John Gledson (2003, p. 86) oferece a explicação de que “seria pouco realista representar os escravos em si como uma classe, lutando por seus próprios direitos, ou mostrar outras pessoas representando altruisticamente seus interesses”. Num primeiro momento é uma resposta oportuna, que se encaixa entre os moldes propostos, porém, pode ser possível ir um pouco mais além nessa questão.

A linha de raciocínio machadiana é pautada na ideia de que as estruturas do Estado monárquico mantêm a escravatura, tão logo, deve ser ela a aboli-la, porém, assim que o fizesse, ela acabaria, pois ao mesmo tempo que ela lhe confere legitimidade, também é a sua base de apoio nacional e, especialmente no final da década de 1880, poderíamos dizer

⁷ O capítulo 2 de *Visões da liberdade* (1990) oferece maiores esclarecimentos e desdobramentos sobre a crônica machadiana na realidade escravocrata do Segundo Reinado; o leitor interessado poderá tirar bom proveito em lê-lo em sua íntegra.

que os donos de latifúndio que usam a mão de obra escravizada são realmente seu único apoio que possui certa relevância na sociedade. Nesse momento, a frase do discurso de Paulo, de que “a abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco” (*EJ*, 2012, p. 106) ganha uma segunda dimensão: o preto só é emancipado por uma força de fora a ele, resta que tal força também emancipe o branco. Paulo, referindo-se à classe média carioca, espera que uma força de fora da esfera social, julgando essa classe em tal condição de inferioridade por conta de sua própria passividade, a resgate, pois, entende que, devido à situação deixada por ela mesma e pela nação como um todo, não conseguiria por si só se salvar, tal como o negro que, por si só, não conseguiria se emancipar. Então, é assim que o 13 de maio de 1888 desencadeia o 15 de novembro de 1889.

Tamanha é a relação da Lei Áurea com a queda da monarquia que são muitos os historiadores que escrevem que foi justamente a Abolição que desencadeou o fim do regime monárquico. Sobre essa relação, José Murilo de Carvalho nos informa que “a causa da República vinha estreitamente acoplada ao abolicionismo. A luta contra a escravidão era muitas vezes um pretexto para combater a monarquia” (CARVALHO, 2019b, p. 193). Na mesma linha, o historiador Sidney Chalhoub (1990) aponta que a Abolição não é somente um fator que exerceria grande influência na mudança política, mas seria o fator decisivo dentro da questão monárquica/republicana:

Com efeito, talvez nenhum assunto tenha sido tão decisivo naquelas décadas finais do Segundo Reinado quanto o significado da liberdade dos negros. Este era um assunto econômico, pois afinal dele dependia a autonomia ou não dos negros em suas atividades produtivas, assim como a disponibilidade ou não da força de trabalho dos escravos para os senhores que se tornavam patrões. Este era um assunto político, pois afinal o governo podia agora interferir mais decisivamente na organização das relações de trabalho. Insinuava-se aqui também a questão social: afinal, eram agora necessárias políticas públicas no sentido de viabilizar ao negro liberto a obtenção de condições de moradia, alimentação e instrução, todos assuntos percebidos anteriormente como parte das atribuições dos senhores. Este era um assunto que envolvia tudo isso, se bem que isso ainda não era tudo, e se bem que vários itens dessa agenda não tenham jamais entrado realmente em pauta. (CHALHOUB, 1990, p. 26)

A luta abolicionista era o primeiro nível de uma questão muito maior que, como destacou o autor, deveria mudar não somente a aparência do novo regime em detrimento do antigo, mas também criar novos mecanismos que favorecessem a questão social ou

que simplesmente criassem uma legislação para a questão ignorada até então (e que, como a história nos ensinou, foi deliberadamente ignorada por muitos anos).

Porém, se retornarmos a Lima (2011) para mais esclarecimentos dessa questão, focando-se no que seria a visão do trabalho escravizado na produção machadiana, em especial no panorama histórico e social, veremos que esses mecanismos podem se provar equivocados ou simplesmente errôneos, afinal,

Numa sociedade cuja economia estava assentada no trabalho escravo, como a que o romance de Machado mimetiza⁸, o princípio dinâmico da competição universal, ligado ao aburguesamento dos meios e das mentalidades, fica impossibilitado, porquanto o trabalho é visto como fator de desprestígio social, ao contrário do que ocorre em sociedades em que o dinamismo capitalista já se encontra bem adaptado (LIMA, 2011, p. 71).

Note-se que, como afirma a autora, o trabalho é visto de modo desprestigiado, seria impossível conciliar o favorecimento e ascensão de uma nova classe que representasse justamente o que era um demérito aos olhos da própria sociedade na qual estão inseridos os grupos escravizados e os de baixa renda.

Mesmo assim o declínio da monarquia era palpável a todos. Seu prazo era escasso e quando o custo-benefício para a sustentar fosse maior do que o custo para mantê-la então ela chegaria ao seu fim.

Nesse sentido a figura do marechal Deodoro se sobressai, pois ele inicia o debate direto sobre o assunto da Abolição, algo que a monarquia postergou por anos, criando leis paliativas, sem nunca chegar a uma mudança real. Atitude astuta a da monarquia, pois não contrariava as velhas oligarquias agrárias, porém, Deodoro decide partir pela direção oposta, tomando o lado dos abolicionistas. O momento histórico agora era outro e em 1889 várias eram as províncias que já haviam abolido a escravatura (a título de exemplo, o Ceará a abolira em 1883, Pernambuco e Amazonas em 1884), bem como a mão de obra imigrante estava crescendo vertiginosamente em território nacional (não de maneira uniforme, diga-se de passagem). Segundo Carvalho,

Deodoro teve o apoio dos abolicionistas em sua campanha para o Senado em 1887. Nesse mesmo ano, o futuro proclamador da República enviou à princesa Isabel documento do Clube Militar, de que era o presidente, solicitando que o Exército não fosse empregado na

⁸ O romance ao qual a autora faz referência aqui é *Esau e Jacó*, porém a sua análise sobre o trabalho escravo não se restringe somente a essa obra, podendo ser aplicada em uma vasta gama da produção machadiana.

captura dos escravos que fugiam das fazendas. O documento afirmava ser a liberdade o maior bem que possuímos sobre a terra e que não era tarefa para os integrantes do Exército brasileiro capturar, como se fossem capitães do mato, os que pacificamente buscavam esse bem supremo. Essa atitude contribuiu para o apressamento da abolição. A Guarda Nacional estava desmobilizada e as polícias provinciais eram demasiado fracas para manter a ordem escravista. (CARVALHO, 2019b, p. 240)

Deodoro, mesmo não sendo republicano, apesar de ser um militar, sabia como ser um bom político. Como já foi afirmado, o exército revestiu-se de um manto de santidade, como salvador e resgatador da Pátria. O diálogo do marechal possuía a qualidade de agradar e estimular duas forças distintas: os abolicionistas que lutavam contra a escravidão e a nova elite oligárquica que surgia baseando seu desempenho não em mão de obra escravizada, mas sim em trabalhadores imigrantes assalariados. A Abolição foi uma conciliação digna da figura do monarca dos trópicos, mas nem essa atitude salvaria sua figura ou a de Isabel, que já se encontravam em um ponto insolúvel do final de sua trajetória.

Essa conciliação facilita a ascensão do poder oligárquico dos grupos latifundiários que controlam latifúndios de café, transformando a política brasileira republicana em uma espécie de trampolim para afirmar sua legitimidade. Notemos que, de acordo com Ribeiro,

A abolição, seguida do regime republicano que liquida com a escravidão e com a fidalguia, não abala, porém, o reinado do café, que se faz cada vez mais poderoso. É regido, agora, por cafeicultores que se fazem os grandes próceres republicanos e por um novo sistema de trabalho que se irá aproximando paulatinamente do assalariado. (RIBEIRO, 1995, p. 398)

Não é que o regime republicano não abale o reinado do café, na verdade, ele vai na contramão dessa alternativa e torna seu poder ainda mais hegemônico. É irônico, digno de uma triste ironia machadiana, que o sistema que procurava ser emancipatório e libertador na verdade somente muda a aparência dos grilhões que prendem a sociedade. Notório destacar que Machado, como comentado de início, viveu os primeiros anos da República, portanto a sua escrita e narrativa prende-se ao regime que ainda está “aprendendo a andar”, porém, caminha com passos lentos e tortuosos.

Contudo, precisamos também levar em conta o problema social que o Brasil enfrenta nesse momento (que, em certo ponto, ressoa até hoje), o fato de que a escravidão

também forma uma condição de classe socialmente inferior. Além dos preconceitos de cor, ainda havia os preconceitos sociais e esses são tão arraigados quanto o próprio trabalho escravo estava no Brasil no século XIX. Para Ribeiro,

Acresce, ainda, que, conforme assinalamos repetidamente, mais do que preconceitos de raça ou de cor, têm os brasileiros arraigado preconceito de classe. As enormes distâncias sociais que medeiam entre pobres e remediados, não apenas em função de suas posses mas também pelo seu grau de integração no estilo de vida dos grupos privilegiados como analfabetos ou letrados, como detentores de um saber vulgar transmitido oralmente ou de um saber moderno, como herdeiros da tradição folclórica ou do patrimônio cultural erudito, como descendentes de famílias bem situadas ou de origem humilde opõem pobres e ricos muito mais do que negros e brancos. (RIBEIRO, 1995, p. 236)

O problema da escravidão foi “resolvido”, ao menos legalmente, com o 13 de maio, mas o problema social, mesmo durante a República de Deodoro, Floriano e de todos os outros persistiu – e persiste ainda hoje. Basta nos lembrarmos de que cinco anos depois acontecia a Revolta da Vacina e em 1910 a Revolta da Chibata; ambas tiveram um caráter implicitamente racista, de cunho estatal contra a população negra recém-liberta. Nesse instante retornamos ao romance machadiano, especialmente no que tange ao final do discurso de Paulo justamente no momento da Abolição. Paulo, lucidamente, enuncia que “a abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco” (*EJ*, 2012, p. 106). Como já explicamos, essa afirmação refere-se ao desejo utópico de Paulo de ver a sociedade livre da monarquia, pois vê grilhões metafóricos na sociedade cujo senhor de escravos seria uma representação da própria monarquia. Porém, podemos dar uma dimensão mais ampla para o enunciado. Dimensão essa que é percebida no próprio discurso feito por Paulo, pois ele faz referência, discreta, a outra figura proeminente na época, em especial na questão da Abolição:

[A mãe de Paulo] Não atinou... Nem sempre as mães atinam. Não atinou que a frase do discurso não era propriamente do filho; não era de ninguém. Alguém a proferiu um dia, em discurso ou conversa, em gazeta ou em viagem de terra ou de mar. Outrem a repetiu, até que muita gente a fez sua. Era nova, era enérgica, era expressiva, ficou sendo patrimônio comum. (*EJ*, 2012, p. 106)

Esse “alguém” a quem o narrador oculto (ou, pelo efeito ludibriante da própria narração, o conselheiro Aires) é, provavelmente, a figura de Rui Barbosa. Segundo a nota

de Hélio Guimarães (*EJ*, 2012, p. 106), em um discurso realizado no dia 6 de julho de 1881 na Bahia, devido às homenagens aos dez anos da morte de Castro Alves, Barbosa proclama: “A escravidão do negro é a mutilação da liberdade do branco”⁹. Nesse momento, Machado estabelece o abolicionista republicano como principal referência de Paulo e quase como fonte de assimilação do personagem.

Paulo não enxerga, mas os preconceitos sociais atuam de modo a não permitirem que a sociedade caminhe rumo a um progresso social tal como concebiam os abolicionistas e os republicanos. O movimento do 13 de maio mostrou-se pífio, pois não se preocupou em inserir o negro nas novas relações de trabalho assalariado e, pior ainda, não procurou inserir o negro na sociedade brasileira, que continuou a tratá-lo como um ser inferior; nesse sentido, Deodoro está de mãos dadas com Pedro II e com outros políticos da época, na omissão de qualquer tentativa de eliminar o preconceito social e racial implícito. Recorrendo novamente a Ribeiro (1995, p. 301) podemos notar que “a circunstância de que o ex-escravo não tinha para onde dirigir-se a fim de trabalhar para si mesmo, num mundo em que a terra fora monopolizada, o compelia a permanecer no eito”. A aspiração de Paulo dialoga com essa situação social, na qual nem o preto nem o branco foram de fato libertos, somente as amarras do primeiro haveriam de mudar, sendo agora não propriedade de um único senhor de escravos, mas ainda vítima do forte preconceito estrutural e de condições sociais que foram feitas para marginalizá-lo; o branco, por sua vez, vê-se livre da monarquia, porém ainda continua cativo da mesma condição social que impossibilita uma sociedade igualitária. Pior ainda, perpetua-se esse sistema velado como algo natural, situação essa que se aplica moralmente às camadas mais elitizadas, pois, ao branco sem *status* ou sem capital, resta uma vida de suplício, já que “atrás da alforria do escravo não está apenas a cobiça, mas a tranquila exploração do empregado, que o sistema do salário explica e legitima” (FAORO, 2001, p. 361); o branco pobre somente se sobressairá ao negro no quesito social, no qual será mais amplamente aceito que o negro. Retomando o raciocínio de Ribeiro, podemos notar que “a Independência e a República, que em quase toda a América deram lugar a um profundo esforço nacional por elevar o nível cultural da população, capacitando-a para o exercício da cidadania, não ensejaram um esforço equivalente no Brasil” (RIBEIRO, 1995, p. 403), nesse sentido, nem o branco nem o preto são independentes, nem um nem o outro consegue exercer plenamente a sua cidadania. Sobre essa questão, Gledson enuncia que

⁹ In: ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Introdução e Notas Hélio Guimarães. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012.

Durante os anos seguintes, Machado teria um prazer perverso em lembrar incidentes capazes de mostrar que, com a lei ou sem ela, a escravidão não estava extinta (...) os efeitos da escravidão eram demasiado profundos para serem “abolidos” por uma lei e, se a euforia pública alimentasse essa ilusão, seria prejudicial. (GLEDSON, 2006, p. 165)

Os “anos seguintes” ao qual o autor refere-se são aqueles após a Abolição, sendo que Machado aproveita as oportunidades que lhe são conferidas para ironizar não somente as esperanças daqueles como Pedro, que vê o ato como “justiça”, mas para tornar real o que antes era só uma aspiração: a plena convicção de um país com tamanha tradição escravocrata não deixaria de sê-lo simplesmente por leis paliativas ou pela má forma como foi realizada a sua abolição. Era preciso ir além, era preciso uma mudança em níveis não alcançados na época (anacronicamente, nem mesmo hoje), era preciso dar um passo que ninguém no momento se propõe a fazê-lo. O romancista nota que não se vale a pena comemorar uma aparência ou a falsa ideia de algo que não pode tornar-se verdade, que, pelo contrário, é um insulto à verdade.

Assim, estabelece-se um marco atemporal no qual muda-se o governo, muda-se a música, mas a quadrilha continua a mesma, cujo sistema velado que impede não somente a ascensão social, mas a mera possibilidade de considerar o outro como ser humano dotado de plenos direitos torna-se algo impossível.

4 DAMA PARA H5

4.1 - Sobre o 15 de novembro

Assim, chegamos à fatídica sexta-feira da Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889. Para entender como a visão machadiana concebe esse momento, é necessário retroceder uns dias, quando poucos eram os que sabiam do movimento e a sua organização ainda era parca. Essa organização, ou falta dela, não se restringia somente à província do Rio de Janeiro, mas também se aplicava a São Paulo, onde estava concentrada a maior massa republicana, tanto em matéria de apoiadores civis como em concentração de ideias para a criação da nova estrutura política. Porém, dias antes da Proclamação, a confusão em ambos os locais era generalizada:

Apenas alguns republicanos civis da capital tinham sido avisados, e eles, por sua vez, avisaram os paulistas. E isso a quatro dias do golpe e contra a vontade de Deodoro, que julgava tratar-se de assunto exclusivamente militar. Esperava-se o fim da monarquia, mas não daquele modo. (CARVALHO, 2007, p. 211)

Até o dia 14 de novembro poucas eram as ações e as que efetivamente ocorriam pareciam mais movimentos isolados, tais como as revoltas que o território nacional já conhecia tão bem, nada com algum caráter que pudesse, de fato, mudar o rosto da política nacional. Porém, na véspera da Proclamação, a tentativa de golpe já dava as caras, não para a população comum, mas sim nas cartas anônimas sobre uma “sublevação militar” (ALONSO, 2019, p. 167). O resultado? Logo na manhã do dia 14 instaurava-se uma sessão preparatória no Parlamento. Para agravar ainda mais a situação, espalharam-se boatos sobre a prisão de líderes republicanos; os jornais imediatamente atentaram contra o governo e um levante constituído de poucas pessoas sem qualquer liderança forte foi montado. Segundo Carvalho,

Inventou¹⁰ que Deodoro e Benjamin tinham sido presos e que os regimentos de São Cristóvão seriam atacados pela Guarda Nacional, pela Guarda Negra e pela polícia. Seus quinze minutos de glória aconteceram quando entregou a Pedro II a intimação para deixar o país. Os boatos tiveram efeito imediato. As unidades puseram-se em marcha

¹⁰ O responsável citado que inventou os boatos era o major Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, um agente de relevância na época que se tornaria ninguém menos que o sogro de Euclides da Cunha, o futuro herói republicano (CARVALHO, 2019b, p. 200).

para a praça da República sem que Deodoro dissesse tivesse conhecimento. Segundo depoimentos de participantes, a maioria dos soldados estava convencida de que ia lutar contra as duas guardas e a polícia. (CARVALHO, 2019b, p. 194).

Durante o resto do tempo pouco ou nada aconteceu, mas às três horas da manhã do dia 15 de novembro tudo iria mudar. Nesse instante, Floriano Peixoto conta toda a situação para Ouro Preto, que resolve telegrafar para o imperador D. Pedro II, que na época não residia na capital fluminense, mas sim em Petrópolis. Passada uma hora, o grupo, ainda sem liderança, contou com os apelos de Benjamin Constant que pedia apoio ao Clube Naval para que Floriano Peixoto liderasse e encabeçasse o movimento, tendo em vista que Deodoro da Fonseca encontrava-se enfermo. Passando-se algumas horas, por volta das cinco da manhã, o movimento ganha mais corpo, pois Benjamin “juntou à tropa no campo de Santana. Lá estavam Aristides Lobo (1838-96) e Bocaiuva, em gritos pró-República. Arfante, Deodoro chegou e assumiu o comando” (ALONSO, 2019, p. 167). Note-se a convicção de Deodoro, que não se deixou abalar e apesar de sua idade e barbas brancas ainda tomou a iniciativa de estar no movimento. Porém, é pouco provável que soubesse, nesse exato momento, o papel que iria desempenhar, já que as preferências eram para Floriano.

Deve-se apontar também a inexistente participação popular em todos os aspectos da organização até então. Isso só mudou às cinco e meia da manhã, ainda no dia 15, quando a movimentação no campo de Santana (o mesmo eternizado por Benedito Calixto) atraiu cerca de duzentos curiosos, entre eles “republicanos e estudantes” (ALONSO, 2019, p. 167). Agora sim o movimento passara a contar com uma parcela da população, infelizmente, ínfima e agindo como público diante de um palanque, não como agente. Os integrantes do governo decidiram deslocar-se para o quartel general, ainda no campo de Santana, onde os insurgentes os encurralaram por volta das oito da manhã. Foi então que “o ministro da Marinha¹¹, fora do edifício, deu ordem de prisão à tropa e atirou na direção de Deodoro, mas a arma falhou. Acabou alvejado. Ouro Preto se negou a negociar com os sublevados. Floriano o fez” (ALONSO, 2019, p. 167).

Às nove horas, os jornais já preparavam uma edição especial comemorando a chegada da República, porém, nesse momento a situação começa a tomar um ar um pouco mais tenso. Os ministros são feitos de reféns, condição que somente seria desfeita se eles

¹¹ O ministro da marinha na ocasião era José da Costa Azevedo (1823-1904), também conhecido como barão de Ladário.

renunciassem a seus cargos e reconhecessem o novo governo como autêntico. Essa afirmação é proferida pelo próprio Deodoro, que teme que a situação saia do controle. Às dez horas, a família imperial começa a receber as primeiras notícias sobre a situação. Além dos ministros, é prometido a todos os monarquistas envolvidos que não sofreriam retaliações nem seriam feridos se apoiassem a causa. Longe dali, D. Pedro II decide reagir de alguma forma, mas é Isabel quem consegue o apoio de um líder liberal, Manuel de Sousa Dantas (1831-94). Em apoio à monarquia, André Rebouças (1838-98) e o visconde de Taunay (1843-99) tentam situar a resistência ao “golpe” em Petrópolis, mas já era tarde, o imperador já havia deixado a cidade e seus apoiadores não o sabiam, pois não conseguiram telegrafar. O imperador havia de chegar à capital por volta das duas horas da tarde, por coincidência, quando Floriano pede que Deodoro liberte os ministros feitos de reféns. D. Pedro II dirige-se então ao Paço, onde Ouro Preto indica Deodoro da Fonseca como o novo chefe de governo (ALONSO, 2019, p. 168).

Nesse momento, o relato histórico começa a se parecer um pouco com o que conhecemos, porém, em paralelo a essa questão, ele também se distancia. Deodoro, ao sair do quartel, por volta das dez da manhã, é aclamado com salvas de tiros provenientes dos militares e até mesmo alguma ovação dos jovens republicanos que estavam ali desde a manhã. Porém, após isso, recolhe suas forças e decide ir para casa. Deodoro ali permaneceu até meados das seis horas, quando uma passeata chegou à sua casa com uma moção. Ali mesmo, da janela, Benjamin prometeu uma “constituente e um plebiscito sobre a forma de governo”, ele também anunciava um “governo provisório” (ALONSO, 2019, p. 169). Acabara aí, com mais alguns anúncios referentes às formações e constituições do governo, o 15 de novembro. Faltava-lhes certo apelo pelo espírito republicano, mas, ao menos, a província de São Paulo entoava a *Marselhesa* com um certo vigor, tal como fez na manhã do novo dia; os jornais paulistas, pela tradição republicana, pareciam ainda mais adiantados que as notícias e os fatos, dando a República como já gloriosamente instaurada.

No dia seguinte, Dantas informou ao imperador que a “revolução triunfou”. O conde d’Eu tentava, sem sucesso, conversações com Deodoro. A resposta somente chegaria às duas horas da tarde e era negativa para a monarquia, ordenava que D. Pedro II e seus familiares deixassem o Brasil em 24 horas. Uma hora depois, às três, houve uma sessão extraordinária na Câmara Municipal que empossava e legitimava o governo provisório. Todos encontravam-se presentes, exceto Deodoro, que estava em sua residência, acamado. Agora, não somente São Paulo, mas várias províncias

acompanhavam o hino francês e existem até mesmo relatos de aceitação geral, pois poucos são os conflitos (ALONSO, 2019, p. 170).

Porém, a urgência da expulsão da família imperial não era infundada, pois, de acordo com Schwarcz,

O fantasma da monarquia parecia tão vivo que o governo provisório, temeroso das manifestações favoráveis ao imperador e do choque com estudantes republicanos, comunicou que a partida deveria ser imediata; na madrugada do dia 17. (SCHWARCZ, 1998, p. 461)

O novo regime era como a aldeia de Quincas Borba, que para triunfar e ganhar direito às batatas precisava eliminar os seus rivais. Dito e feito. Sendo um assunto de extrema urgência e, talvez por certa apatia de ambos os lados, a remoção foi logo providenciada. Às três horas da manhã do dia 17 a família imperial, acompanhada de mais cinco famílias, dirigem-se ao cais Pharoux. Juntam-se a eles Rebouças (Ouro Preto já havia sido preso e deportado no dia anterior). A partida estava programada para as duas horas da tarde, mas, nesse momento ocorre um diálogo que, provavelmente, é o primeiro registro de falta de polimento do agora ex-imperador:

D. Pedro e sua família embarcam, portanto, na calada da noite, e é nesse momento que ocorre o único diálogo tenso. Dizem que o imperador teria perguntado se Deodoro estava "no meio disso" e, ao ouvir a resposta positiva, teria afirmado: "Não sou negro fugido. Não embarco nessa hora", e ainda blasfemado: "Os senhores são uns doidos!". (SCHWARCZ, 1998, 461)

A hora mais “digna” escolhida pelo monarca foi a meia-noite e então, ao som de um apito, deixam o Brasil em uma partida no navio Alagoas, sem festejos, sem aclamações, sem pedidos de volta, somente alguns poucos olhares escondidos. Esse foi, simplificadoramente, o processo da Proclamação da República no Brasil. Outras bibliografias distorcem esse final, transferindo-o para um evento com festas de despedidas, porém, esses relatos mostram-se uma releitura fantasiosa se comparados às narrativas do mesmo período. Porém, o ponto em que todas convergem é na ausência de espectadores, ou na presença de poucas pessoas bestificadas, atônitas, sem qualquer ação, tornando a “revolução” em algo não do povo, mas sim de uma classe, militar e oligárquica, alienada a eles.

A questão republicana já era discutida em larga escala há muitos anos no Brasil, basta que nos lembremos que a Proclamação se deu em 1889, porém, o Partido

Republicano já existia em São Paulo desde 1873; além disso, vários jornais (incentivados pelas permissivas atitudes de D. Pedro II, que não se via no direito de censurá-los) já declaravam abertamente a sua postura a favor da mudança de regime e da queda da monarquia. Porém, apesar de tudo isso, o fatídico dia ainda assim foi uma surpresa geral. Também se torna evidente como as decisões mais importantes foram tomadas às pressas, como seria razoável pressupor em uma situação de conflito real. O que nos chama a atenção é que não havia primícia estabelecida para que fosse traçado um plano, simplesmente o que havia era um pífio levante de alguns poucos engajados em uma causa pela qual acreditavam ser tão palpável de conseguir quanto o fato de uma simples gota d'água fazer um copo transbordar. Sobre essa diminuta participação na Proclamação, mesmo entre aqueles que estavam diretamente envolvidos no movimento, o historiador José Murilo de Carvalho (2019b) escreve que

Toda a ideologia e toda a agitação vieram dos jovens positivistas de Benjamin Constant. Sua educação, seu número, sua posição na hierarquia lhes davam condição de exercer esse papel. Mas, em 15 de novembro, foi a farda que lhes deu a vitória. *A grande maioria dos militares reunidos de ambos os lados na praça da Aclamação não sabia que se tratava de proclamar República.* (CARVALHO, 2019b, p. 72, grifo nosso)

É evidente a bestialização como forma de exclusão nacional, porém, o que nos é enunciado pelo autor é que esse sentimento atarantado não era unilateral, mas sim recorrente em ambas as partes envolvidas, na população e naqueles que participavam ativamente do movimento.

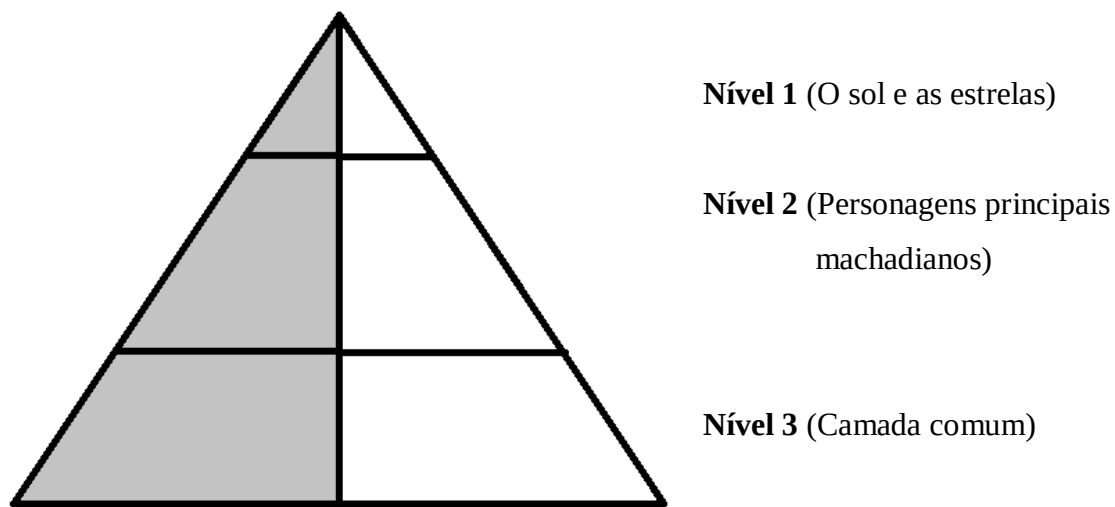
4.2 - Sobre o evento segundo o conselheiro

Agora, analisemos como esse evento ocorre para o conselheiro Aires; para tanto, bem como fizemos um passo a passo da Proclamação, faremos o mesmo com o conselheiro. Nesse relato, ele passará por três estágios: desinteresse, interesse e resignação. Todos os estágios têm os seus porquês e, sobretudo, personificam uma alegoria da população nacional diante dos acontecimentos da madrugada e manhã do dia 15. O escritor realiza uma alegoria com extrema precisão os acontecimentos do ponto de vista comum e, nos primeiros momentos, podemos notar que aqui tanto o nosso narrador oculto como as anotações do conselheiro seguem os acontecimentos, sem interferir em

momento algum, apenas sutilmente no final. Ao comparar os relatos de Aires com os eventos da Proclamação, é notório que o narrador escreve uma versão ficcional, porém conta com um viés histórico poderosíssimo. Todo o romance é recheado de referências históricas e alegorias, todavia a alegoria é tão palpável que ganha uma dimensão nacional aqui.

Outro ponto importante que também merece destaque é que dividiremos a população em três níveis distintos, simplificados, mas que vão de acordo com as concepções machadianas que também os identificam sem os nomear. O primeiro, uma camarilha oligárquica que exerce o poder no território nacional, que têm a política do seu lado, além de gozar de prestígio e influência de tal modo que os mecanismos políticos trabalham em seu favor (muito é sussurrado sobre ela, mas raramente é explicitada); o segundo, uma elite em ascensão, porém que procura seu lugar na sociedade tendo que, constantemente, provar o seu valor e o faz pela necessidade de conseguir e manter, muitas vezes de modo antiético e imoral, um certo *status quo* (a maioria dos personagens principais dos romances machadianos pertencem a essa classe); por último, a camada mais ordinária da população, formada por trabalhadores comuns, sejam eles livres ou escravizados (em geral são personagens secundários ou figurantes dos romances machadianos). Nosso conselheiro pertence à segunda camada e, durante todo o relato, ele personificará essa parcela da elite brasileira.

Para ilustrar essa questão, podemos notar a pirâmide que se segue moldada em três níveis distintos para representar como se dava a estrutura de poder na sociedade do Segundo Reinado *segundo* a ficção machadiana. As duas cores para representá-las, cinza e branco, podem ser relacionadas ao invisível e visível dentro da sociedade machadiana apresentada em *Esau e Jacó*; desnecessário afirmar que o esquema funciona somente dentro do romance, sendo ele ímpar, a sua forma de organização também é singular.



Vamos a uma explicação sobre o porquê de tal simbolismo e como seus níveis relacionam-se com a narrativa e o papel dos personagens na ficção. Note-se que, no esquema, o branco simboliza o lado mais brilhante da ficção machadiana, aquele no qual Machado dedica-se a destrinchar e retratar a sociedade em seus romances; poderíamos até, em certo nível, dizer que é o lado ficcional tal como o romancista o concebe. Enquanto o lado cinzento permanece mais focado no elemento histórico do que no ficcional, tendo, por vezes, grande relevância na sociedade mas não na narrativa; ou seja, a parte em que ele decide deliberadamente ignorar.

Nível 1: Sol e estrelas. O topo, do lado branco, visível, podemos atribuir ao imperador e toda a família monárquica. Eles estão no lado mais brilhante pois estão justamente nos palcos sob os holofotes das atenções de toda a sociedade; todos aqueles que buscam por ascensão social para validar a sua existência têm como objetivo estar o mais próximo possível do imperador, pois quanto mais perto do “sol”, mais resplandecente e firme será a sua existência. No lado cinza, exercendo quase tanto poder (ou mais) que o imperador, encontramos os grupos oligárquicos, em geral donos de latifúndios e mão de obra escravizada que realmente comandam a política nacional, moldando-a segundo seus interesses e sua vontade (no final do século XIX ocorre um processo de troca de elite oligárquica, que sai do topo e integra o segundo nível, com a ascensão de uma camada que concentra capital utilizando-se majoritariamente de mão de obra assalariada, como mencionado anteriormente). Eles normalmente não são visíveis na narrativa machadiana, mas podemos notar a sua influência na sociedade que o próprio escritor estava inserido através da sua “miopia”.

Nível 2: Personagens principais machadianos. Em geral os personagens machadianos ocupam uma relevância opaca na sociedade: têm profissões, mas não trabalham; têm alguma relevância social, mas não o suficiente para ascender ao topo da pirâmide. No lado claro poderíamos classificar os personagens clássicos do Segundo Reinado tais como Bento Santiago, o velho Quincas Borba ou ainda Brás Cubas. No romance *Esau e Jacó* em específico pertencem a esse lado o conselheiro Aires, o qual possui uma vida tranquila, dotado de experiência dos anos vividos, concentrando-se apenas em seus afazeres diários, sem qualquer indício de vontade de sair da rotina medíocre, muito provavelmente por saber que sua queda não irá ocorrer. No seu oposto, o lado cinza da pirâmide, poderíamos classificar toda a alta roda da sociedade, podendo variar o seu grau de influência na sociedade. Note-se que aqui encontramos uma ironia: se os personagens machadianos são os mais opacos e irrelevantes socialmente, por que ocupar o lugar branco ou a luz na pirâmide? Porque consideramos aqui a relevância social dentro da estrutura machadiana, a qual confere luz às sombras, fazendo com que eventos e pessoas microscópicas possuam relevância e valor em uma sociedade que os considera decadentes.

Nível 3: Camada comum. Na base da pirâmide encontramos todos os trabalhadores ou donos de pequenos negócios, bem como os que são criados, trabalham em confeitarias ou em posições semelhantes; a eles, pouco ou nenhum prestígio social existe, somente em comparação com o seu oposto, o lado cinza da pirâmide. Em geral são levados a situações nas quais sempre ocupam um papel secundário dentro da ficção, servindo como catapulta para os personagens acima. O lado cinza reflete todos aqueles que são escravizados. Note-se que eles têm uma influência consideravelmente menor que os seus opostos, sendo relegados a coadjuvantes dos coadjuvantes, raramente personagens secundários, dentro da ficção machadiana. Poderíamos até mesmo especular que o nosso narrador oculto seria oriundo dessa classe, pois entende a sua importância e relevância dentro da sociedade, mas pouco lhes confere voz, sempre os dotando de uma atitude passiva. Nesse sentido, a forma narrativa apresentada em *Esau e Jacó* seria até mesmo um ato emancipatório novo dentro a ficção machadiana. Porém, poucos são os pontos realmente conclusivos quando procuramos as bases dessa hipótese.

Apresentadas as ideias e um esquema simples de como funciona a sociedade dentro da narrativa, deixemos a ficção falar por si mesma.

Os cadernos de Aires, no que tange à independência, começam no capítulo LIX intitulado “Noite de 14”. Conforme foi destacado acima, a noite havia sido bem agitada,

com eventos cruciais, mesmo que simples, porém, o momento não se apresenta do mesmo modo para os nossos gêmeos. Na verdade, o capítulo destaca-se por, exceto em seu título, ser absolutamente trivial. Para os jovens, não havia política no momento, pelo contrário, estavam em um período de convergência de emoções pacíficas causada pela anunciada partida de Flora por conta de seu pai, Batista, ter perdido o posto de presidente de província; presumiam, Aires e Natividade, de forma simplista e ingênua, que tal acontecimento até mesmo poderia lhes causar alguma paz. Os gêmeos não discutiam política, nem mesmo as poucas pessoas que estavam com eles, pois,

Quando a maioria saiu, ficou só a porção mais íntima, três ou quatro homens a um canto da sala, falando e rindo de ditos e anedotas. Não conversavam de política, e aliás não faltaria matéria. As moças, pela segunda ou terceira vez, trocavam impressões do grande baile recente. (*EJ*, 2012, p. 159)

O baile ao qual as moças referiam-se era o da Ilha Fiscal, no dia 9 de novembro. Porém, não é o baile que deve nos saltar aos olhos, e sim o momento em que é dito “não conversavam de política, e aliás não faltaria matéria”. Essa frase pode sugerir o pensamento de toda uma classe brasileira nessa noite. Havia-se muito para conversar, porém, havia pouco a se fazer, portanto, para que conversar? Melhor é estar entre as anedotas e ditos, rindo. Não que os jovens soubessem dos eventos dramáticos que estavam ocorrendo naquele momento, afinal, como poderiam? Note-se também que, além dos jovens, bem como os gêmeos, Aires e Natividade pertencem a uma classe elevada que têm certa relevância política e social, diferente do confeitiro Custódio, e mesmo assim, também são deliberadamente excluídos.

O narrador enuncia, nesse trecho, a unilateralidade do movimento, que de início, não é civil, mas sim militar, envolvendo uma pequena parcela dos militares, não os republicanos ou simpatizantes do regime, pretos recém-libertados, indígenas, trabalhadores, outras forças armadas ou mesmo qualquer parcela ordinária da população nacional. Nenhum deles foi envolvido e, por conta disso, a população permanecia contando anedotas, rindo, falando de festas e bailes, tal como uma burguesia decadente ao estilo europeu. Tanto é que o conselheiro, ao se referir sobre a noite, afirma que “era clara e tranquila” (*EJ*, 2012, p. 160), ou seja, ainda excluído, sem qualquer noção do que acontecia. Nesse momento, a ocasião faz alusão a uma situação maior, o narrador usa a cena como alegoria para descrever o que é a situação do Brasil nessa noite que somente “acordaria” na manhã seguinte. Não por coincidência Aires, sem conseguir dormir, tenta

ler uma página do seu Cervantes e Erasmo; a leitura de Cervantes nos é especialmente interessante, pois, se assumirmos que Aires lia sua obra mais consagrada, *O engenhoso fidalgo de dom Quixote de la Mancha*, podemos quase que ouvir a risada de escárnio de Machado, pois, como sabemos, o livro narra um homem ensandecido lutando por uma causa que somente faz sentido a ele enfrentando inimigos que na realidade não existem. A situação, nesses termos, poderia enquadrar-se perfeitamente à de qualquer um dos gêmeos, mas, em alegoria maior, a daqueles que participavam no movimento em favor de uma República que expurgaria os problemas sociais e políticos que eram tão exacerbados dentro do governo monárquico, pois o inimigo que julgavam enfrentar, a monarquia, que não era o real inimigo, ou a um nível ainda mais profundo, não era o real mal; porém, todos aqueles envolvidos e os atônitos haveriam de descobrir isso posteriormente.

O capítulo encerra-se com a indicação interessante: “às cinco horas e quarenta minutos estava de pé. Em novembro, sabes que dia que é” (EJ, 2012, p. 161). O horário indica certo rigor, portanto podemos presumir que, até então, o narrador faz uma leitura quase que “literal” dos cadernos de Aires. Até aqui, podemos ver que a narrativa possui extrema precisão do momento histórico que o Brasil está passando.

Então, começa o capítulo LX intitulado “Manhã de 15”. Novamente, apenas pelo título, já somos remetidos à precisão histórica machadiana, pois, de fato, na parte da manhã foi quando se concentrou os principais acontecimentos daquele dia. Quando o conselheiro acorda e se põe de pé a tropa de insurgentes já estava no campo de Santana. É dito que ele começa o seu passeio público “às sete e meia”; note-se que, quase em paralelo, pouco depois seria decretada a ordem de prisão contra o grupo reunido no campo que agora já estava no quartel general e, poucos minutos depois, haveria uma tentativa de tiro contra Deodoro, tentativa essa que iria fracassar. O que o conselheiro faz nesse momento? Observava as ondas, estava a “vê-las bater e recuar” (EJ, 2012, p. 162). Toda a situação é tão discrepante que se torna machadianamente ironia, pois enquanto conflitos se desenrolam de forma parca, mas dramática, a maior parcela da população está ocupada em contemplar o nada, em fitar o vazio e extrair dele algum momento costumeiro de divagação. A alguns metros, mudava-se a política de um país.

Tudo ocorre de forma muito tranquila para o conselheiro até o momento, completamente alienado de tudo o que acontecia, mas, eis que finalmente começam a chegar os primeiros ecos (literalmente ecos) dos acontecimentos:

Notou que a pouca gente que havia ali não estava sentada, como de costume, olhando à toa, lendo gazetas ou cochilando a vigília de uma noite sem cama. Estava de pé, falando entre si, e a outra que entrava ia pegando na conversação sem conhecer os interlocutores; assim lhe pareceu, ao menos. Quivi umas palavras soltas, *Deodoro, batalhões, campo, ministério*, etc. (EJ, 2012, p. 162, grifo do autor)

É interessante o trecho em que Aires observa “a pouca gente que havia ali”. A frase, em si, já denota que a proclamação fora feita em um lugar que não era o centro das atenções populares, de fato, o campo de Santana não era conhecido por isso, muito embora ele fosse o centro da capital fluminense e contasse com o movimento dos passageiros recém-chegados da estação batizada em tempos republicanos de Central do Brasil. Se os militares que ali estavam buscavam atenção poderiam ter escolhido meia dúzia de lugares diferentes no Rio de Janeiro: a título de exemplo, seria muito mais visível uma passeata que ascendesse desde a rua do Ouvidor, o centro cultural e referência da elite carioca. Porém, era ali onde se localizava o senado e quartel, lugares que excluía a maior parcela da população, mesmo os transeuntes que, por acaso, estivessem ali não entrariam, necessariamente, na categoria de “pessoas comuns”; tão logo, é por isso que, nas proximidades, Aires refere-se à “pouca gente que havia ali”, pois aquele não era, normalmente, um centro populoso. Provavelmente, as duzentas pessoas mencionadas por Alonso (2019) deveriam ser a população comum ao lugar, mais os curiosos pelo que de fato acontecia.

Remetendo-nos novamente a John Gledson (2003, p. 217) podemos notar que “em nível menos abstrato, deveria ficar claro que *Esaú e Jacó* nos mostra uma sociedade que, em alto grau, perdeu seu senso histórico e, assim, é incapaz de compreender o presente, ou de distinguir a superfície da substância”. A sentença é cruel, o que não a impede de ser exata. Por estar tão alienada em tão múltiplos sentidos, o presente aparentemente mostra-se como um mistério, mais do que isso, mostrou-se ser algo de difícil compreensão, no qual a superfície (e estávamos falando aqui de um movimento extremamente superficial, que mudara a aparência sem pouco ou nada ter mudado em sua essência¹²) era algo confuso e perturbador, o que fez surgir a pequena parcela de “curiosos”.

¹² Entende-se aqui por “essência” que os mesmos problemas sociais que assolavam a União no período monárquico foram pouco ou nada alterados. A Proclamação não encabeçava os ideais republicanos, apesar de manter uma aparência de virtude republicana. Desse modo, mesmo que o governo vigente tenha mudado, para aqueles na situação de Custódio todo o acontecimento fora superficial.

Em sequência, podemos ler que o conselheiro escuta algumas palavras levadas ao vento, rumores e boatos, os quais falavam especialmente de Deodoro e dos batalhões. Aí é que um ponto interessante é levantado, o uso de “batalhões” pode ser um pouco equivocado, mas essa ideia há de ser tangível tendo em vista que são simples boatos que podem sofrer distorções quando se vão de ouvinte a ouvinte. Porém, quando falam de Deodoro, provavelmente falam de sua posição atribuída como líder do movimento ou da tentativa de tiro que, nesse momento, ele já deve ter sofrido. Sendo assim, Aires se encontra entre as oito e meia e nove horas da manhã; em alguns minutos já seriam elaboradas as primeiras manchetes que anunciariam as boas novas.

Mas, o que nos é especialmente interessante, igualmente provocante e perturbador, é o momento em que, tendo em perspectiva todas essas notícias que são, no mínimo, instigantes, a alegoria do conselheiro faz-se completa. Para tanto, continuemos analisando o trecho

Algumas, ditas em tom alto, vinham acaso para ele, a ver se lhe espertavam a curiosidade, e se obtinham mais uma orelha às notícias. Não juro que assim fosse, porque o dia vai longe, e as pessoas não eram conhecidas. O próprio Aires, se tal coisa suspeitou, não a disse a ninguém; também não afiou o ouvido para alcançar o resto. Ao contrário, lembrando-lhe algo particular, escreveu a lápis uma nota na carteira. Tanto bastou para que os curiosos se dispersassem, não sem algum epíteto de louvor, uns ao governo, outros ao exército: podia ser amigo de um ou de outro. (EJ, 2012, p. 162)

Note-se que as notícias *vinham a Aires* e não *ele ia às notícias*. Essa diferença poderia parecer sutil num primeiro momento, mas destaca a atitude do conselheiro e, até onde é possível estabelecer paralelos e analogias, a nível nacional. Mesmo ouvindo rumores que poderiam despertar a sua atenção, ele não se dignifica a conferir com seus próprios olhos, muito pelo contrário, permanece estático, atônito e passivo a tudo; são as notícias que o procuram e encontram, por mero acaso, enquanto ele se comporta como um simples ouvinte passivo. Outro ponto preocupante é quando é destacado que ele não “afiou o ouvido”. Aires, nem mesmo na sua posição de receptor passivo, preocupava-se em ouvir com certa qualidade ou interesse as notícias que lhe sobrevinham. O conselheiro não demonstrava a menor preocupação e interesse sobre o que estava acontecendo no campo de Santana. Obviamente, essa descrença não se deve ao fato de ele achar que a república ou monarquia fossem bobagens, pois, para formular tal opinião ele teria que, no mínimo, ter conhecimento do que acontecia; o desinteresse de Aires nasce na proposta

de que o evento militar que acontece é, por si só, desinteressante, independente de qual seja a interpretação dele. Isso é especialmente preocupante tendo em vista que falamos aqui de um personagem ficcional politizado; se nem mesmo tal personagem demonstrava interesse no evento que acontecia, o que poderia ser da população que foi privada de uma educação política ou, em termos ainda mais agravantes, que nem mesmo sabia da existência da ideia de revolta para poder exercê-la? Todas as respostas supostamente seguem o mesmo caminho: não havia um porquê. Tanto é que no momento seguinte em que os comentários borbulham, os curiosos (destaque para a expressão “curiosos” e não “multidão”, “povo” ou “massas”, denotando a ideia de poucas pessoas) começaram a se dispersar e tão logo o fizeram em silêncio, sem gritos de vitória, sem gritos de “viva a República” ou qualquer expressão jactanciosa que expressasse o mínimo de interesse ou entendimento da situação.

Os jornais haveriam de anunciar a nova república ao mesmo tempo que absolutamente nenhum dos curiosos, segundo a narrativa machadiana, sabia de sua existência. Ou seja, o movimento republicano, no primeiro momento, se é que podemos qualificá-lo como tal, além de acontecer sem a intervenção pública, ou do povo, também era “comemorada” ou simplesmente anunciada primeiro àqueles que estavam acima da camada ordinária da população.

Porém, o percurso de Aires continua:

Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas. Voltou ao largo, onde três tálburis o disputaram; ele entrou no que lhe ficou mais à mão, e mandou tocar para o Catete. Não perguntou nada ao cocheiro; este é que lhe disse tudo e o resto. Falou de uma revolução, de dois ministros mortos, um fugido, os demais presos. O imperador, capturado em Petrópolis, vinha descendo a serra. (EJ, 2012, p. 162-3)

O ponto alto de toda a narração do conselheiro encontra-se nesse parágrafo. Primeiro, notemos que Aires ainda não se encontra realmente interessado nos eventos, tudo, até o momento, não passa de boatos, ou de simples palavras ao vento. Mas, nesse trecho a narrativa machadiana descreve as pessoas que presenciaram o acontecimento, os “curiosos” como “gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho”; essa definição não somente corrobora com o escrito de Aristides Lobo (CARVALHO, 2019a,

p. 9) afirmando que “o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, sem conhecer o que significava”, mas expande essa ideia. Enquanto Lobo iria descrever essa imagem naquela tarde, para ser publicada apenas no dia 18, quando os acontecimentos já se desenrolaram e até mesmo a família imperial havia deixado o país, o narrador ficcional machadiano mergulha ainda mais fundo na concepção de bestialização, descrevendo-os com ausência de expressões, de gestos, de um entendimento. Na narrativa machadiana a população não se encontra somente atônita, mas sim perplexa, assombrada, atordoada e confusa; eram como pessoas sem razão, que presenciavam um evento astronômico raro mas não tinham pleno entendimento do que presenciavam, apenas lhes restava ficarem atarantados com a estranheza de algo que lhes fugia ao cotidiano, ao comum de todos os dias.

Eis então que Aires se desloca e o seu movimento físico nos é de especial interesse. Quando estava nas proximidades do campo de Santana as notícias eram parcas, se não inexistentes pois, como foi destacado, não eram notícias e sim boatos. Porém, quando o conselheiro vai à rua do Ouvidor, a mais popular e afrancesada rua do Rio de Janeiro na época, os boatos começam a tomar corpo, não à moda nacional, mas remetendo-os à cultura estrangeira. Corroborando com essa ideia, Lilia Schwarcz explica que “nesse contexto, a rua do Ouvidor transformava-se no símbolo dileto dessa nova forma de vida em que se pretendia, nos trópicos, imitar a mesma sociabilidade das cortes ou dos mais recentes bulevares europeus” (SCHWARCZ, 1998, p. 107). Vivendo à base da incorporação à moda própria das tendências europeias, contando com uma elite em ascensão, mas ainda não a elite que dirigia o Brasil, é natural que os eventos também ganhassem uma dimensão própria; mais natural ainda que as notícias chegassem primeiro a eles do que à camada mais ordinária da população, que, de costume, era a última em todos os aspectos nacionais, seja na interpretação dos eventos ou até nas informações que recebia para que pudesse dar algum significado a eles. Nesse sentido, poderíamos até mesmo presumir que os acontecimentos ganham uma nova interpretação, segundo a qual o movimento deixa de ser um simples movimento e torna-se um levante e começa com os primeiros passos para a criação de uma ideia de revolução justamente porque as pessoas que estavam ali, ouvindo sobre ele, contaminavam o fato com as suas próprias ideias e ideais. Podemos definir o movimento em dois: (1) o real, que aconteceu no campo de Santana, e (2) a interpretação que ele irá ganhar na rua do Ouvidor; ou seja, podemos usar duas nomenclaturas distintas, mas que o narrador sugere sutilmente, sendo a primeira um golpe e a segunda, como até mesmo as próprias notícias que o conselheiro ouvia, uma revolução. Se antes Paulo julgava que a abolição era a aurora da Revolução, para aqueles

que estavam na rua do Ouvidor o sol já brilhava e resplandecia grandemente sobre eles, a revolução já lhes era não só palpável, mas consumada. A inspiração europeia, em especial francesa, rendera ao golpe ares revolucionários.

Também, no final da fala do cocheiro, enquanto Aires está na carruagem, tomamos conhecimento de que a parcela de informações ouvida pelo conselheiro não é de todo confiável, além de sabermos do momento em que Aires se encontra nos acontecimentos, quando já havia “dois ministros mortos, um fugido, os demais presos” (*EJ*, 2012, p. 163). Primeiro, destaque-se que os boatos não são condizentes com os fatos reais, pois o movimento militar deu-se sem nenhuma morte, e apenas a prisão dos ministros é condizente com a realidade. Nesse trecho, podemos enxergar mais claramente que mesmo a elite que tanto destacamos aqui também tem um acesso não só pequeno, mas equivocado às informações (o que ainda é mais do que o inexistente nas outras massas). Porém, o que é enunciado depois denota com exatidão o momento em que se encontra o conselheiro, quando afirma-se que “O imperador, capturado em Petrópolis, vinha descendo a serra” (*EJ*, 2012, p. 163). Quando o imperador chega à cidade já são por volta das duas horas da tarde, mesmo momento em que Deodoro liberta os ministros. Portanto, podemos presumir com isso que os boatos são de fato equivocados. Muitos de forma equivocada pois o imperador não havia sido preso em Petrópolis, e cheguem aos ouvidos do nosso conselheiro é sensato afirmar que, no mínimo, transcorre meia ou uma hora após as duas da tarde e nesse momento Aires não se encontrava em seu transporte. Então o que ocorre?

É descrito, capítulos à frente, quando o conselheiro já está em sua casa e já até mesmo recebeu uma visita inesperada, a do confeitoiro, que, logo após sair recebe também Santos. Nesse momento, é indicado pelo conselheiro serem “duas horas da tarde” (*EJ*, 2012, p. 172), o que corresponderia ao horário verdadeiro em que o monarca de fato chegou à cidade. Portanto, é plausível crer que os boatos são de fato falsos, pois é muito mais provável que a narrativa somente tome conta do horário da manhã enquanto a tarde dividira-se entre o confeitoiro e Santos. Não por acaso que o final do capítulo tratará justamente da ideia de que boatos são espalhados a esmo, sendo que o conselheiro até mesmo afirma que dois terços de tudo o que se escuta são invenções.

Até então a atonia do conselheiro remete-nos ao próprio comportamento nacional de forma generalizada no desenrolar dos assuntos, porém, aqui, a alegoria se faz completa, pois existe um fato que desperta não somente o interesse do ouvinte, mas o instiga, faz com que haja vida nesse então quase sepulcral ouvinte:

Quis saber mais, mostrou-se interessado e curioso, e acabou perguntando se realmente houvera o que dizia. O cocheiro contou que ouvira tudo a um homem que trouxera da Rua dos Inválidos e levara ao Largo da Glória, por sinal que estava assombrado, não podia falar, pedia-lhe que corresse, que lhe pagaria o dobro; e pagou. (EJ, 2012, p. 163)

Aires passou de um completo atônito para alguém não somente curioso, mas quase obstinado, propondo-se a até mesmo lançar mão de uma despesa desnecessária para logo se obter informações; a nós cabe o questionamento: por quê? A atenção de Aires mudou pois podemos entender que sua afeição estava voltada não para a República, mas sim para a figura do imperador. Representando a camada mais alta da população é claro que Aires não haveria de ter o menor interesse na República, mas o imperador, a monarquia, esse sim lhe interessava. Resta-nos afirmar que, conforme realça Gilberto Freyre (2016) em *Ordem e progresso*, o sentimento de republicanismo iria se esvanecer e minguar nos primeiros anos da República em detrimento do sentimento de saudosismo da monarquia que iria ganhar ares tão altos que em anos já não se via. Machado, como um homem de sua época, escreve *Esaú e Jacó* no período republicano e o lança em 1904, o que coincide com o sentimento nacional de carinho pelo outrora monarca dos trópicos.

O narrador enuncia, por meio do personagem Aires (novamente, por conta das complicações narrativas desse peculiar romance, a incerteza se Aires é assim por sua natureza ou pela distorção narrativa é gritante), que as atenções da elite que estava em segundo nível voltavam-se para a figura de D. Pedro II e que qualquer sentimento de comoção era por ele, qualquer sentimento que tirasse o povo do estado bestial devia-se não ao advento da república, mas sim à queda do imperador. O que transforma a República não em um movimento popular (no sentido de participação do povo), mas sim em um evento de uma classe, em paralelo a isso, transforma a queda do imperador em algo que não só comoveria as pessoas, mas que também geraria reações e as forçariam a tomar alguma atitude. Nesse sentido, foi a queda do imperador que deu algum motivo para que a camada mais comum da população carioca reagisse.

Devemos levar em conta que Aires, mesmo tendo demonstrado interesse quando lhe foi conveniente, no tocante ao imperador, não acreditava nos boatos que ouvia. Esses boatos possuem o seguinte efeito sobre o personagem: primeiro, são desacreditados pelo provável exagero de suas próprias ações, sendo elas sempre mais glorificadas ou endemoniadas segundo aquele que transmite a ideia; em segundo lugar, é desacreditada

a própria ideia do acontecimento, sendo reduzido a uma sandice ou delírio coletivo. Note-se que nos cadernos do conselheiro, até o momento, ele mesmo não falara de uma república e nem mesmo ouvia falar dela, tratando-se de um livro narrado segundo as anotações do personagem, uma escrita da escrita. Aires não achou, em momento algum, que o movimento tivera um caráter republicano, portanto nem se deu ao trabalho de escrever sobre o golpe como tal. Ou seja, as pessoas encontravam-se entre os dois extremos demonstrados pelo cotidiano do conselheiro e pelas suas relações com o cocheiro e com o criado: em um momento a população estava equivocada, em outro estava desacreditada.

Tanto é que, depois de explicado em uma conversa com seu criado o porquê de o conselheiro não acreditar em tais notícias, temos a seguinte afirmação sobre a sua descrença no regime como um todo:

Pouco depois passava pela Rua do Catete a padiola que levava um ministro, ferido. Sabendo que os outros estavam vivos e sãos e o imperador era esperado de Petrópolis, não acreditou na mudança de régimen que ouvira ao cocheiro de tálburi e ao criado José. Reduziu tudo a um movimento que ia acabar com a simples mudança de pessoal.

— Temos gabinete novo, disse consigo.

Almoçou tranquilo, lendo Xenofonte: "*Considerava eu um dia quantas repúblicas têm sido derribadas por cidadãos que desejam outra espécie de governo*, e quantas monarquias e oligarquias são destruídas pela sublevação dos povos; e de quantos sobem ao poder uns são depressa derribados, outros, se duram, são admirados por hábeis e felizes..." (EJ, 2012, p. 164, grifo nosso)

Agora o conselheiro entra em uma nova fase de ação diante dos eventos do dia 15 de novembro. Primeiro, ele passou por um completo desinteresse pelos acontecimentos, mesmo importando-se em dar ouvido aos boatos; depois, mostrou algum interesse quando foi ouvido que a figura do imperador D. Pedro II estava em risco, mas foi até aí que seu interesse conseguiu chegar; por último, ainda no mesmo dia, sem estar inteirado de todos os acontecimentos, os considera não como triviais, mas simplesmente como enfadonhos. Se outrora o povo estava assistindo a um fenômeno inédito sem entendê-lo em sua plenitude, agora ele (no manto de população) possuía uma vaga e ligeira ideia do que acontecia, porém, mesmo a compreensão do evento não lhe despertara interesse a ponto de envolver uma ação efetiva e imediata.

O que é tocante em Aires é que ele pensa não em monarquias que caem, mas em repúblicas que caem. Após todos os acontecimentos Aires entra em um estado de

resignação ou de conformidade com o novo governo, porém não o recebe de braços abertos ou mesmo com um certo ar de positividade; ele o faz com a esperança de que o governo logo há de cair. Como é explicado antes, ele mesmo não acreditou na mudança de governo porque Aires sabia que, em sua essência, o governo permaneceria o mesmo, sendo ele feito não por uma república ou monarquia, mas sim por uma camarilha oligárquica que direciona a política nacional a seu favor. Concordando com esse argumento, temos a plena concepção de John Gledson que afirma: “A República nascerá, então, da oligarquia. E, neste caso (como na famosa cena da tabuleta, em *Esaú e Jacó*), a mudança de regime será, simplesmente, uma mudança de rótulo: antes e depois, a oligarquia governará” (2003, p. 149). A cena da tabuleta será analisada posteriormente, porém podemos assumir, diante disso, que o desinteresse de Aires advém da mudança de aparência enquanto a essência permanece a mesma, o que transforma o fatídico 15 de novembro não em algo entusiasmante, mas simplesmente em um acontecimento banal, já que a essência do governo há de permanecer.

Porém, também podemos ir em outra mão um pouco divergente, afinal, existe a possibilidade de afirmar que Aires é um entusiasta da monarquia pois, vê nela o poder de unificação e de controle de certos grupos em detrimento de outros; ele ainda vai além e conclui que a própria população há de perceber que a atual administração é um equívoco, um erro, e há de querer a volta da antiga. Muito embora o povo não tenha participado do movimento republicano ele crê que o fará em busca de trazer de volta o governo monárquico. Porém, mesmo com seu entusiasmo ele entende que a monarquia e a oligarquia caminham juntas. Aires enuncia, nesse capítulo LII, que a população brasileira, ao seu modo míope de ver, é mais entusiasta do governo monárquico do que do sistema republicano pois ele estaria mais próximo de trazer um governo ideal que aí sim teria a participação popular na sua realização e concretização.

Por não ser ideal, não existe apoio nacional no movimento republicano, o que explicaria a pequena parcela da população envolvida no movimento e sua quase absoluta alienação, exceto como testemunhas atônitas do ocorrido; também o episódio no romance colabora com a narrativa que defende que a República brasileira nasce de forma unilateral, um governo de poucos para poucos, uma República que não é República. O narrador, talvez melhor que o conselheiro, compreende as limitações e as hipocrisias da monarquia, mas a vê como o mais próximo de um governo ideal, de um governo em que as pessoas realmente se importem com a vida política, seja qual for a classe social, mas seu pessimismo final o contamina, pois compreende que todos os sistemas políticos são

cíclicos, caem e sobem com o passar dos anos. Mesmo que exista alguma esperança na narrativa de *Esaú e Jacó* ela é utópica, o realismo pessimista vem à tona em seguida, quando afirma que “sabes a conclusão do autor, em prol da tese de que o homem é difícil de governar” (EJ, 2012, p. 164). A conclusão, nesse momento, não é a do conselheiro, mas do narrador-autor que lê os cadernos do conselheiro, uma conclusão pessimista, de que se trocam os governos mas nunca é atingido o ideal, isso porque o homem é uma criatura difícil de se governar, difícil de se dialogar ou compreender, difícil de estar engajada em uníssono em uma causa; em suma, que o homem, em todos os seus aspectos, é uma criatura difícil. Não por acaso que o capítulo possui o título “Lendo Xenofonte”, historiador e filósofo grego que viveu por volta de 430 a 350 a.C. e é o autor de *Ciroédia*, relato em que demonstra justamente a dificuldade que os homens possuem de governar uns aos outros. A conclusão parece obter um outro respaldo em uma citação do Velho Testamento e é provável que o próprio narrador, ou talvez até mesmo Aires, tivesse esse versículo em mente ao chegar à sua conclusão. O versículo em questão encontra-se no livro de Eclesiastes, capítulo 8, versículo 9, que diz: “Tudo isto eu tenho visto, e houve um empenho do meu coração em todo o trabalho que se tem feito debaixo do sol, [durante] o tempo em que homem tem dominado homem para seu prejuízo”. Sendo difícil de ser governado, os que o fazem, fazem para o seu próprio malefício e prejuízo. Ele defende que aqueles que exercem a política, republicana ou monárquica, o fazem para o seu prejuízo e que podemos nos importar até certo ponto, porém, mesmo essa preocupação mostra-se vã tendo em vista que se muda tudo, mas não se muda nada, muda-se governo, não se muda a ordem vigente; todos aqueles que o querem fazer somente encontram problemas para si mesmos.

Posto isso, se faz necessário um esclarecimento para uma questão que é intermitente. Por todo o percurso foi atenuada a questão passiva nacional representada pelo conselheiro e o cocheiro; mas é necessário sair do campo literário e também se considerar a questão histórica de um grupo militar atônito, igualmente bestializado, tal como as próprias pessoas que observavam o evento. Então surge a dúvida: como um grupo tão diminuto cultiva relações até o momento tão entrelaçadas com as elites que dominavam o Brasil durante o final do Segundo Reinado? Afinal, é uma questão justa, pois como podem poucas pessoas, praticamente desorganizadas, estarem ligadas a algo que acreditavam, ao menos teoricamente, serem veementemente contra? As possíveis respostas para essas questões entrelaçam-se nitidamente com o final do romance machadiano.

Vamos destacar duas esferas: a primeira, histórica; a segunda, a narrativa machadiana. Quando ocorre a República, é passível de se aceitar que fosse um movimento espontâneo, de poucas pessoas descoordenadas que não tinham relação inicialmente com as elites, basta constar que os envolvidos militarmente são Deodoro e Floriano, que ocupavam posições de destaque na hierarquia militar, porém, não estabeleciam uma relação direta com a política oligárquica vigente antes da Proclamação, simplesmente são influenciados por estarem em uma corporação que sofre a influência direta das pressões oligárquicas. Porém, o que torna a situação um tanto quanto mais complexa é que a monarquia cai tão fácil que um punhado de pessoas a derruba, mas, mesmo que houvesse aqueles (estes seriam provavelmente os discípulos militares de Constant) que acreditassem realmente na causa, ela lhes foi roubada no momento em que foi feita, pois o governo instaurado aproveitou-se do fato oportuno como primícia para amoldar as políticas públicas mediante a sua vontade, fazendo com que a máquina estatal funcionasse para eles e por eles. José Murilo de Carvalho afirma que existiam convicções dentro da corporação militar, convicções essas que não iam de acordo com o viés republicano, simplesmente eram convicções contra a monarquia e é aí que a República lhes cai como um manto cômodo e oportuno:

Ao longo do Império, formou-se uma contraelite dentro do Exército, social e intelectualmente antagônica à elite civil, insatisfeita com a situação do país e, sobretudo, com sua própria posição na hierarquia de poder e prestígio. Essa contraelite forneceu a liderança da intervenção de 1889. (CARVALHO, 2019b, p. 237)

Ou seja, mesmo que o movimento fosse de fato espontâneo, mesmo que as aspirações não fossem somente antimonárquicas, mas também embebidas em um manto sinceramente republicano (na medida do possível), ele foi o pretexto ideal para que fosse expulso um regime que já não dialogava mais com as necessidades das oligarquias nacionais, as quais utilizaram-se dele para promover sua política, tudo supostamente pelo “bem” da República.

Quando Deodoro proclama a República no fatídico 15 de novembro, situação essa que foi “evitada até o último instante” (CARVALHO, 2019b, p. 71), o “povo brasileiro” não exerceu qualquer influência ou teve um papel de relevância no movimento, considerado quase que exclusivamente militar; o mesmo ocorre quando é elaborada a primeira constituição republicana em 1891, na qual não existe qualquer ideia de participação ou representatividade. Reforçando o argumento, a afirmação de Oscar

Vilhena (2019) é oportuna quando explica que “não há notícia de representantes de artesãos, operários, camponeses, mulheres, indígenas e, muito menos, de antigos escravos” (p. 76). Esse grupo heterogêneo de pessoas representa, em diversos níveis, a população brasileira excluída e marginalizada, desde antes mesmo do advento da República. Ou, nas palavras da historiadora Heloisa Starling,

O golpe republicano, em 15 de novembro de 1889, não foi só um acontecimento militar extravagante que apanhou quase todo mundo de surpresa e eclodiu sem violência. A República que se instalou no Brasil a partir de então nasceu paradoxal: era oca. Ela estava vazia da tradição. (STARLING, 2018, p. 263)

Também o argumento de Ribeiro (1995) faz-se necessário para tornar a questão mais lúcida:

Não é por acaso, pois, que o Brasil passa de colônia a nação independente e de Monarquia a República, sem que a ordem fazendeira seja afetada e sem que o povo perceba. Todas as nossas instituições políticas constituem superfetações de um poder efetivo que se mantém intocado: o poderio do patronato fazendeiro (RIBEIRO, 1995, p. 219).

Esses indivíduos, que não representavam as minorias, a população indouta e comum brasileira, mas sim as classes privilegiadas financeira e socialmente, donos de enormes latifúndios de monocultura ou de um grande capital financeiro, ou, simplesmente, como afirma o autor, o patronato fazendeiro. Era esse o eixo patriótico e republicano fundado no 15 de novembro, um governo de poucos feito para poucos, um Estado que não causou a fragmentação física nacional, mas feito por elementos que não eram dotados da famosa mediação que tanto era realçada na ficção machadiana em D. Pedro II, mas sim por uma elite voraz, utilizando-se da máquina estatal para a sua própria promoção pessoal, não somente confundindo o público com o privado, sendo cordial, mas sim fazendo com que o público funcione em favor e para o meio privado.

Em terras tupiniquins, o patriotismo é feito não por amor ao desenvolvimento nacional ou à ideia de bem-estar da nação, mas sim em favor do desenvolvimento social e financeiro da elite; talvez seja essa uma das mais soturnas interpretações possíveis de serem extraídas do fenômeno atônico que foi a Proclamação da República no Brasil. A título de exemplo, mesmo quando retrocedemos alguns anos, a 1874, um ano depois da criação do Partido Republicano, fora aprovada a nova lei de recrutamento militar que, entre outros, estabelecia o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas não

preenchidas pelo voluntariado. A União acabara de participar do seu conflito mais sangrento, envolvendo não somente forças militares desarranjadas e uma população escravizada despreparada unidas em um propósito único: exterminar e destruir tudo e todos no caminho em uma busca sangrenta por Solano López. Seria de se esperar que as reformas fossem significativas, em especial com o aumento vertiginoso da popularidade (em detrimento da alarmante queda monárquica) das forças militares, porém, não foi o caso, e as brechas da lei permitiam que quem não quisesse servir poderia ser livre de tal fardo mediante o pagamento de algumas taxas ou apresentação de subsídios, além de concessões para bacharéis, padres e outros. Novamente, o fardo de proteger tão vasta nação recaía sobre as camadas baixas, pois “o serviço continuou a pesar exclusivamente sobre os ombros das pessoas sem recursos financeiros ou políticos” (CARVALHO, 2019b, p. 38). No Brasil, a política estrutural é feita de modo a privilegiar sempre uma elite em detrimento de uma classe que deve pagar pelos seus luxos, lutando pelo direito de sobrevivência. Não é uma luta de classes, é simplesmente um ciclo de dominação que se repete com certa periodicidade, sempre com violência implícita e explícita, sempre construindo métodos legais que tornem seu domínio homogêneo e absoluto. É destacado em *Esaú e Jacó* esse sentido da Proclamação, ao menos mediante a miopia machadiana, não por acaso o Conselheiro destaca (e podemos sentir a pena machadiana assinando embaixo da afirmação) que “em suma, não lhes importam formas de governo, contanto que a sociedade fique firme ou se atire para diante” (EJ, 2012, p. 267).

Obviamente, seria incorreto afirmar que essa interpretação é simplesmente a base de todo o movimento antes e depois do dia 15, afinal o Brasil já contava com clubes republicanos em alguns estados, o mais influente, o de São Paulo, contava com jornais republicanos e outras tentativas de revoltas com a germinante ideia de República, porém, ela se concretiza somente com os personagens envolvidos, aqueles que ocupavam os holofotes como Deodoro e Constant, em conjunto com uma elite política e social que buscava seus próprios propósitos, seus próprios interesses. Machado há muito já tinha a sua miopia voltada para esse fenômeno, há muito já tinha receio de um Brasil assim, mas não conseguia ver uma resposta fácil para tal dilema. O narrador-autor não admite a existência de uma diferenciação clara entre liberal e conservador, nem mesmo em republicanos, só existem aqueles que se aproveitam da oportunidade que lhes é mostrada e aqueles que assistem a tudo passivamente. Afinal, conclui-se uma linha de pensamento simples, mas inquietante, de que “a liberdade política, em termos gerais, significa o direito de ‘ser participante no governo’ – afora isso, não é nada” (ARENDT, 2020, p. 278).

4.3 - Sobre o caso da confeitaria do...?

Por todo o percurso aqui elaborado o conselheiro Aires foi nosso guia dos acontecimentos descrevendo e sendo a própria vivência dos eventos do dia 15 de novembro. Através dele podemos ver os três níveis da pirâmide machadiana esboçada durante a dissertação, que Machado de Assis concebe ao elaborar o romance e o que eles significam socialmente, além disso, podemos ver a série de metáforas que compõem o romance.

Porém, a alegoria mais profunda passa a ser o confeitiro Custódio. Nesse momento, podemos notar que o confeitiro apresenta a possibilidade de ser a alegoria sobre a recepção nacional da República e o que esse novo governo iria significar não para a elite em ascensão, mas sim para a camada ordinária da população, aqueles que “assistiam a tudo, bestializados”.

Primeiro, é necessário destacar que a escolha da profissão, confeitiro, não é aleatória. Sobre essa profissão, contamos com a visão de John Gledson (2003, p. 200) que nos enuncia que

Até mesmo a espécie de loja – uma confeitaria – indica a superficialidade da mudança: é simplesmente um lugar onde as coisas são enfeitadas e se tornam atraentes ao olhar (...) será que isso não se aplica ao Império, que exteriormente ainda era o mesmo (de modo que tantos, inclusive Custódio, surpreendem-se profundamente quando ele desaba), mas por dentro estava deteriorado, incapaz de renovação?

O personagem Custódio, em sua profissão de confeitiro e em sua alegoria da população nacional, é alguém que sobrevive de aparências. A confeitaria em si é isso, um lugar que vende aparências, onde os produtos com maior destaque são justamente os que possuem boa aparência, não necessariamente conteúdo. Nesse sentido, como enuncia Gledson, quem vendia a ilusão em si era o império e quem a comprava era a camada mais ordinária da nação, a comum que, não por acaso, era a que não se importava tanto com quem exercia a regência, mas acreditava passivamente no que ela vendia.

Mas o império já não era mais o mesmo desde o final da Guerra do Paraguai, ele já não era mais o mesmo desde 1888, tanto que, como foi destacado em pontos anteriores, a questão principal não era se o império haveria de cair, mas *quando*. Porém, é digno de nota que quem tivesse essa percepção fosse a camada à qual pertencia o conselheiro e

outros personagens machadianos, a elite em ascensão. A população local estava em tal estado de alienação que essa corrosão lhe foi negada por anos até o momento em que o império finalmente acabou, sem sinais decisivos; talvez Custódio tenha de fato ficado surpreso quando a monarquia acaba como o narrador afirma, porém, a surpresa não o impeliu a tomar uma atitude; nesse sentido, mesmo a surpresa do confeitiro não foi tão grande a ponto de tirá-lo de sua inércia.

Também é digno de nota que, embora não houvesse relevância social ou política, o espaço da confeitaria, mesmo antes do século XIX, era um espaço político. De acordo com Starling,

O espaço público se ampliou notadamente no Rio de Janeiro, as confeitarias e cafés tornaram-se locais privilegiados de politização, polêmica e manifestação pública de opiniões, e a percepção de uma visão diferente de mundo-moderna, reformista, cientificista ganhou as ruas. (STARLING, 2018, p. 264)

Ou seja, mesmo que Custódio não seja um agente, ele está inserido em um ambiente político. Essa imagem torna o personagem uma alegoria distinta das outras, já que possui características definidas, o que delimita o seu potencial interpretativo e alegórico, mas, por outro ângulo, facilita certas sugestões alegóricas. Afinal, um personagem sem voz política com acontecimentos políticos dramáticos à porta ilustra a situação da camada ordinária carioca.

Assim sendo, nossa alegoria começa no capítulo LXII intitulado “Pare no D.”. Aqui, Aires, no mesmo dia desses importantes acontecimentos, recebe a visita do confeitiro Custódio. O encontro é seguido de uma pergunta interessante, e merece nossa atenção:

Custódio saiu, correndo, subiu e entrou assombrado.
 - Que é isso, Sr. Custódio? Disse-lhe Aires. O senhor anda a fazer revoluções?
 - Eu, senhor? Ah! Senhor! Se V. Ex.^a soubesse... (EJ, 2012, p. 165)

Note-se que aqui a confusão do conselheiro soa mais como ironia do que como uma real preocupação. Ele vê o confeitiro assombrado, mas sabe que não é esse o estado das pessoas que estavam presentes no momento do movimento. Além do mais, essa é a primeira vez que o conselheiro se refere ao movimento como “revolução”; como já foi declarado anteriormente, nem mesmo ele crê nessas palavras, portanto, o emprego do

termo, aliado à expressão de assombro do visitante, soa como escárnio velado. Tanto é que o próprio visitante parece no começo não entender o porquê de tal pergunta. Afinal, se a camada em ascensão se interessava somente com a figura do imperador pois ela representava a possibilidade de ascensão social e, portanto, visibilidade, à camada abaixo nada importava o regime, portanto não importava a participação no regime, o que é um fato curioso, pois foi essa mesma população que foi iludida pela imagem de uma monarquia forte. Ilusões vêm e vão, mas a preocupação da população permanece a mesma e Custódio a enuncia com clareza ao afirmar que era a sua tabuleta.

É digno de nota que a tabuleta aqui parece não personificar somente a identidade do estabelecimento da confeitaria, outrora Confeitaria do Império, mas também pode ser entendida como a própria posição de Custódio; esse que, por sua vez, representa a camada mais ordinária da população. Portanto, toda a conversa sobre a tabuleta é, na verdade, uma analogia para qual deveria ser a aparência (e note aparência, não crença ou fidelidade) que a população deveria adotar de agora em diante, já que foi pega de surpresa com a queda do regime com o qual estava há anos habituada.

Nosso confeito já havia mandado reformar a tabuleta quando soube das notícias, podemos dizer que em paralelo com o conselheiro:

Ao acordar de manhã não soube logo do que houvera na cidade, mas pouco a pouco vieram vindo as notícias, viu passar um batalhão, e creu que lhe diziam a verdade os que afirmavam a revolução e vagamente a república. A princípio, no meio do espanto, esqueceu-lhe a tabuleta. (*EJ*, 2012, p. 166)

Com efeito, o batalhão que Custódio presenciou pôde ter sido às cinco da manhã com a agitação no campo de Santana. Se a última hipótese for a que aconteceu, a conversa entre o conselheiro e o confeito haveria de durar pouco tempo, pois assim que o confeito se despedir há de vir na casa de Aires ainda Santos, que, como informado pelo conselheiro, chega “as duas horas da tarde” (*EJ*, 2012, p. 172). Portanto, é lógico presumir que a conversa se passa pouco antes das duas (ainda assumindo a possibilidade da contemplação do confeito sobre as manifestações de manhã no campo de Santana) e, logo após a conversa ou mesmo durante ela, já ocorrem as manifestações quando Deodoro retorna à sua casa às duas horas da tarde. Se assim for, é nítido como a camada popular foi realmente a última a receber as notícias dos novos feitos, pois o conselheiro já ouvia o borbulhar dos acontecimentos desde manhã e o confeito somente lhe procura perto do começo da tarde.

É questionável se Custódio ficou de fato surpreso, a expressão que o narrador-autor utiliza é “espantado”. Desse modo, podemos ver a reação de bestialização do confeitiro pelo evento, ele não possuía interesse explícito, simplesmente assistia a tudo; tamanho foi o seu entretenimento que, por um momento, perdeu a noção das aparências. Nesse sentido, podemos afirmar que Custódio encontrava-se tão alienado pelo desenrolar dos fatos que quando ele é consumado, se vê obrigado a tomar uma postura, por isso se lembra de sua tabuleta e decide mandar “parar no d.”, pois, mesmo antes do conselheiro, entende que a situação política mudou e precisa se adaptar a ela. Essa adaptação não necessita de uma crença fervorosa ou veemente em algo, necessita, por outro lado, de uma aparência de devoção sem de fato ter.

Foi então que Custódio entendeu, também diferentemente de Aires, que a monarquia chegara de fato ao seu fim, a um ponto sem retorno. Quando vê sua tabuleta pronta, nos é relatado que

Lá estava a tabuleta, por sinal que coberta com um pedaço de chita; alguns rapazes que a tinham visto, ao passar na rua, quiseram rasgá-la; o pintor, depois de a defender com boas palavras, achou mais eficaz cobri-la. Levantada a cortina, Custódio leu: "Confeitaria do Império." *Era o nome antigo, o próprio, o célebre, mas era a destruição agora; não podia conservar um dia a tabuleta, ainda que fosse em beco escuro, quanto mais na rua do Catete...* (EJ, 2012, p. 166, grifo nosso)

A tabuleta, ou a aparência, do império já não se mostrava útil ao cidadão comum (que deixara de ser súdito de manhã e agora tornara-se cidadão); aparentemente ser monarquista já não era útil na tarde do dia 15 como era na tarde do dia 14 de novembro.

Também é apresentada uma nova problemática que não se encontra nos registros históricos: a desqualificação da monarquia a ponto de ser não somente símbolo de escárnio, mas também de aqueles adeptos a ela sofrerem violência por suas opiniões. A primeira hipótese que podemos levantar desse trecho é a de que a violência não é física, visto que a tabuleta é “defendida com boas palavras”; sendo a tabuleta a alegoria da aparência do cidadão comum, o narrador enuncia que houve aqueles que ponderadamente, no decorrer do Segundo Reinado, tentaram defender a monarquia com boas palavras, mas, mesmo com os apelos, a posição monárquica ficou insustentável e teve que ser encoberta ou abandonada. É difícil saber se essa seria uma interpretação particular de Aires ou do narrador-autor, mas o que sabemos é que a sugestão é clara: ser monarquista no Segundo Reinado era sim gozar de uma certa glória, de um certo brilho.

Esse monarquismo vale-se somente para aqueles da população comum, portanto o espírito monárquico fazia parte da aspiração da camada ordinária nacional, não era o meio para se atingir um fim da elite que procurava se validar. Nesse sentido, a monarquia é muito mais real para aqueles que estão abaixo do que para os que estão acima, o que justificaria a reação de Custódio de espanto por algo real ou palpável, mesmo fora de alcance, chegar ao seu derradeiro final e, sobretudo, do modo como chegou. Porém, esse prestígio de outrora chegara ao seu final, na verdade, ele havia de se tornar justamente um demérito para quem o possuísse, sendo necessário escondê-lo. Também é digno de nota que Custódio demonstra que o manto monárquico seria a destruição, que para a sobrevivência, não somente política, mas para a literal sobrevivência, era necessário mudá-lo, escondê-lo, transformando a sua aparência em uma nova, em uma aparência republicana.

A outra possibilidade é que a violência fosse realmente real, porém, para tal temos que delimitar o grupo, quem sofreria a violência e aqueles que a fariam. É digno de nota que Aires, em todo o seu percurso analisado, não testemunhou ameaças, incitação de violência ou mesmo qualquer ação que remetesse ao princípio de desordem; pelo contrário, o conselheiro somente encontrou pessoas atônitas e curiosas, além daqueles que espalhavam boatos. Desse modo, fica claro que se houve de fato violência como é narrada no romance (os registros históricos são débeis nesse sentido) ela ocorreu entre a camada fluminense mais desfavorecida socialmente, não ocorrendo entre a elite ou aqueles que estavam envolvidos no movimento.

Corroborando com essa ideia, temos o trecho que se segue estabelecendo a necessidade de uma nova nomenclatura para a tabuleta: “Custódio quis repudiar a obra, mas o pintor ameaçou de pôr o número da confeitaria e o nome do dono na tabuleta, e expô-la assim, para que os revolucionários lhe fossem quebrar as vidraças do Catete. Não teve remédio senão capitular” (*EJ*, 2012, p. 167). Fica entendido nesse trecho que Custódio temia alguma violência e a dava por já concretizada, sendo a ameaça tão iminente que concorda em esperar por uma nova tabuleta e até mesmo acerta um novo ordenado. Se a possibilidade de tais atos contra aqueles que defendiam a monarquia fossem reais a obra machadiana é nesse sentido fiel à realidade histórica, pois registra com eficiência o medo da população diante dos atos do dia 15 e a postura que deveria ser adotada para que sua aparência permitisse sua sobrevivência na mudança de regime.

A possibilidade mais palpável é que, como foi abordado no capítulo anterior, os personagens machadianos imaginem uma ideia e assim que o fazem a tornam real, como, por exemplo, no caso de Bento Santiago em *Dom Casmurro*, que ao se imaginar sendo

traído já tem a traição como consumada. Nesse sentido o simples fato de os personagens temerem haver qualquer violência diante de uma postura monárquica na transição de governo já faria com que a violência fosse não somente esperada, mas, de certa forma real. Esse efeito cria uma impressão que transparece mais uma imagem criada sobre os republicanos do que seria de fato sua aparência real na época; sendo um romance, não um relato historiográfico, poderia ser plausível.

A possibilidade de violência por parte de grupos republicanos contra os monarquistas os coloca em um patamar diferente do que nos é narrado nos registros históricos. Dentro da visão do romance *Esaú e Jacó* os republicanos envolvidos no movimento do dia 15 de novembro seriam extremistas à moda francesa, prontos para praticar não somente a truculência, mas para colocar o bem-estar físico, os bens e a fonte de renda de pessoas divergentes em risco. Sendo assim, o narrador-autor sutilmente sugere que a “revolução” e os seus “revolucionários” são agentes da balbúrdia, quebrando a ordem vigente, eliminando qualquer possibilidade de camaradagem entre a população comum e reduzindo a União, além de transmitir a ideia de uma massa de pessoas não passíveis de se estabelecer um diálogo ou de pensar racionalmente no bem-estar comum. Nessa concepção, se recorrermos ao pensamento aristotélico, os “curiosos” não seriam nem mesmo classificados como “pessoas”. Note-se o trecho de Aristóteles (1991) no qual destaca-se o sentimento proveniente do convívio do homem em sociedade:

Não menos estranho seria fazer do homem sumamente feliz um solitário, pois ninguém escolheria a posse do mundo inteiro sob a condição de viver só, já que o homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade. Por isso, mesmo o homem bom viverá em companhia de outros, visto possuir ele as coisas que são boas por natureza. (ARISTÓTELES, 1991, p. 212)

Para o filósofo grego existe uma relação intrínseca entre o homem e a sociedade, na qual um precisa do outro, sendo que a sociedade precisa do homem para a sua existência e o homem, por sua vez, precisa da sociedade para poder ser feliz. Desse modo, o sentimento de coletividade é necessário à vida.

Nesse sentido, o romance desqualifica o republicano como um ser não somente incapaz de encontrar alegria convivendo em sociedade; ele nem ao menos é capaz de fazê-lo respeitando as opiniões divergentes, em suma, os republicanos do 15 de novembro não seriam seres capazes de exercer a cidadania moderna. Em paralelo a isso, enaltece a figura do monarquista como sendo o oposto natural do republicano pois, se o republicano

representa todas essas características, o monarquista seria o mais próximo de uma pessoa ideal segundo os parâmetros machadianos, sendo aquele que é cordial, que preza pela ordem, que simplesmente mantém as coisas bem como elas são, em seu estado “natural”. Essa concepção é apoiada na ideia de conflito que é estabelecida desde o começo do livro e apontada por Sant’Anna (2012), portanto, é impossível falar do republicano sem falar do monarquista, sendo um o oposto e estando em conflito com o outro. Essa ideia é reafirmada pelo próprio confeitoiro quando se dirige à casa do conselheiro, onde pensa consigo no que “perdia mudando de título – uma casa tão conhecida, desde anos e anos! Diabos levassem a revolução!” (*EJ*, 2012, p. 167). Esse trecho merece um destaque especial pois, partindo do pressuposto de que o confeitoiro encontrou-se com Aires à tarde, podemos presumir que os boatos já haviam tomado corpo e chegado aos ouvidos das pessoas comuns como uma revolução, ficando evidente que as informações circulavam muito mais livremente entre a camada mais baixa da sociedade do que entre a elite acima, o que alimenta a ideia de uma população mais facilmente atônita. Porém, mais do que isso, reafirma a opinião das pessoas comuns sobre o evento que ainda se desenrolava, de que o que acontecia não era em si um evento público, somente uma perturbação da ordem vigente, uma deturpação do “bom nome” construído pela nação durante todo o Segundo Reinado. Desse modo, o narrador-autor se utiliza do relato para transmitir uma mensagem, a de que população civil não estava somente bestializada, mas sim perturbada com as consequências daquelas ações, as repudiando e não as tomando para si. Nesse sentido, poderíamos até mesmo afirmar que a esfera pública ganharia uma nova dimensão, a de que a população não estava apenas alienada por exclusão, mas também por comodidade e conveniência, sendo então a atonia não uma reação unilateral, mas proveniente de ambas as partes.

Essa visão realista pessimista há de ganhar espaço no próximo capítulo do romance, LXIII, intitulado “Tabuleta nova”. Quando Custódio lamenta a perda do bom nome da confeitaria, as despesas extras e até mesmo a paz de espírito chega à seguinte conclusão: “E afinal que tinha ele com política? Era um simples fabricante e vendedor de doces, estimado, afreguesado, respeitado, e principalmente respeitador da ordem pública...” (*EJ*, 2012, p. 168). Não é possível saber se essa passagem reflete as concepções do narrador-autor sobre os revoltantes, também não é nosso propósito aqui, porém, o que é interessante é que a camada ordinária dentro do romance possui plena consciência de que está alienada da política não somente por exclusão, mas por vontade própria. O grupo que Custódio, o confeitoiro, representa é composto por todos aqueles que tinham seus

empregos “comuns” e levavam uma vida “comum”, mas, acima disso, que respeitavam a ordem vigente. Eles o faziam porque, primeiro, era uma situação mais cômoda, como descrito, até trazia um certo prestígio opaco, mas também porque era parte das suas identidades, serem monarquistas, viverem sob a regência do monarca dos trópicos, era parte da débil e em construção identidade brasileira. Quando os republicanos instauram a república, além de perpetuarem e tornarem mais hegemônico o controle de uma oligarquia nacional, além de excluïrem a maior parte, senão quase a totalidade, da população brasileira, eles também destroem a sua identidade. A partir do dia 15 a camada ordinária da população terá que criar uma nova identidade, uma nova aparência, em paralelo com a ordem vigente que vai ser construída.

Diante de todos esses acontecimentos, torna-se cada vez mais natural entendermos o espanto de Custódio ao assistir a tudo. Também se torna natural que nos questionemos: como a população monarquista e ordinária agiu diante desses acontecimentos? O próximo trecho nos revela isso:

- Mas o que é que há? perguntou Aires.
- A república está proclamada.
- Já há governo?
- Penso que já; mas diga-me V. Ex. ouviu alguém - acusar-me jamais de atacar o governo? Ninguém. Entretanto... Uma fatalidade! (EJ, 2012, p. 168)

Quando Aristides Lobo escreve sua famosa carta com o icônico trecho “o povo assistiu àquilo bestializado” (CARVALHO, 2019a, p. 9) é bem provável que tivesse em mente justamente a camada populacional que Custódio representa. No momento em que Custódio assiste à passeata ele está vendo a ordem nacional e sua identidade sendo destruídas e sua reação é a de mais completa bestialização. Afinal, aqui se faz a crítica machadiana à população nacional, pois, de acordo com a narrativa, ela permaneceu passiva por todo o período do Segundo Reinado, mesmo após os eventos traumáticos destacados no capítulo anterior; em conflitos internos e externos, em problemas sociais e estruturais a população sempre permaneceu atônita, o que transforma as revoltas em um caso à parte do que seria a identidade nacional, não um processo natural de quando as condições chegam a um momento desastroso. Portanto, resta a Custódio, e à maior parte da população, aceitar o novo sistema e se trajar de uma nova aparência, usar uma nova tabuleta; o povo o faz lamentando a perda da antiga identidade, sim, mas não deixa de fazê-lo por conta disso.

Agora, há de começar a discussão entre Aires e Custódio. Ela pode ser interpretada como uma alegoria para a nova aparência que a população há de ter, entretanto, em cada opção o confeitiro problematiza a situação e destaca os seus percalços. A primeira ideia apresentada pelo conselheiro é a de dançar conforme a música, ou seja, vestir o manto republicano (mesmo sem o sê-lo, nesse sentido o povo teria que exercer a mesma aparência política destacada por Maquiavel¹³). Vamos ao trecho:

- Mas pode pôr "Confeitaria da República"...
- Lembrou-me isso, em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro.
- Tem razão... Sente-se. (EJ, 2012, p. 168)

Notem-se dois pontos importantes: o primeiro é a falta de fé no governo republicano. Durante todo o período do Segundo Reinado não pareceu à população comum que o governo haveria de acabar, porque, segundo a própria ilusão destacada por Gledson (2003), era parte da ideia monárquica vender a fantasia de que seu poderio não podia ser abalado; portanto, coube à população comum não somente a aceitação do conceito, mas seu perpetuamento. Porém, a República, por outro lado, não nascia com a ideia de estabilidade ou com a mesma firmeza que transmitia a monarquia, muito pelo contrário, Custódio (e, como sempre, a população ordinária) a via com tamanha fragilidade que julgava que em um ou dois meses o novo governo haveria de cair. Cair pelas mãos de quem? Muito provavelmente o confeitiro tem em mente que a população, tanto comum como em certa medida membros da alta sociedade, seria tão apegada à monarquia que haveria de incitar um movimento pela sua volta. Essa percepção realça a ideia de ligação entre as pessoas comuns e o monarca, não somente como símbolo de ordem, mas de identidade.

Porém, a identidade não é tudo e é aí que podemos enunciar nossa segunda conclusão: o *status* está acima de tudo. A frase poderia ser reformulada por “os bens materiais, ou a posição social, estão acima de tudo”, porém, no romance, os bens conferem *status*, *status* esse que garante visibilidade e, por consequência, vida a alguém. Custódio há de se preocupar não com a política, mas sim com o seu gasto no regime, seja ele qual for. Propostas, ideias, conceitos ou filosofias não são importantes aqui, pois o

¹³ Para Maquiavel (1469-1527) a aparência política advém não das crenças de um príncipe, mas sim de dois elementos: seus atos e as interpretações do mesmo. Sendo assim, um príncipe poderia ter uma crença e agir contrariamente a ela se fosse pelo bem da imposição da ordem.

que é realmente importante é preservar o seu poder de consumo, pois, é através dele que se poderia existir na ficção machadiana e, por consequência, em todo o século XIX. Esse conceito também traz à tona a ideia de que para a população a política vinha em segundo plano, sendo os meios de renda e o dinheiro propriamente dito mais importantes do que qualquer fantasia política, sejam elas até mesmo opostas, como são relatadas no romance a republicana e a monarquista.

A continuação da conversa entre Aires e Custódio destaca ainda mais a importância da posição social e dos meios financeiros na sociedade do final do Segundo Reinado e do começo da República:

- “Confeitaria do Governo”.
- Tanto serve para um régimen como para outro.
- Não digo que não, e, a não ser a despesa perdida... Há, porém, uma razão contra. V. Ex.^a sabe que nenhum governo deixa de ter oposição. As oposições, quando descerem à rua, podem implicar comigo, imaginar que as desafio, e quebrarem-me a tabuleta; entretanto, o que eu procuro é o respeito de todos.

Aires compreendeu bem que o terror ia com a avareza. Certo, o vizinho não queria barulhos à porta, nem malquerenças gratuitas, nem ódios de quem quer que fosse; mas, não o afligia menos a despesa que teria de fazer de quando em quando, se não achasse um título definitivo, popular e imparcial. Perdendo o que tinha, já perdia a celebridade, além de perder a pintura e pagar mais dinheiro. Ninguém lhe compraria uma tabuleta condenada. Já era muito ter o nome e o título no Almanaque de *Laemmert*, onde podia lê-lo algum abelhudo e ir com outros, puni-lo do que estava impresso desde o princípio do ano... (*EJ*, 2012, p. 168-169, grifo do autor).

Nota-se na fala de Custódio que o temor de algum ataque ou violência sofrida contra a sua aparência caminha junto com o medo da perda financeira. Se pensarmos que o medo de um, a violência, é mais irracional do que plausível, o segundo é mais plausível do que irracional. O temor de Custódio tem como base a ideia de que para se manter um ser ativo na sociedade era necessário possuir certo patrimônio, para que o confeitoiro não perdesse o pouco que têm, era necessária a economia, por isso sua urgência e necessidade de economizar dinheiro. Desse modo, fica claro que a violência aqui não está somente no ato físico, mas sim na ideia de perda de *status* social conquistado a duras penas. Não descartamos completamente a ideia de uma violência física, mas fica claro aqui que a ameaça da perda da posição social já é em si uma violência que guia aqueles que conseguiam se destacar dentre a camada ordinária.

Porém, que destaque é esse? Custódio pertence à última esfera social do esquema machadiano em *Esaú e Jacó*, o da população ordinária. Visto que ele não goza dos mesmos privilégios que o conselheiro ou os gêmeos, visto que também tem que trabalhar (e não somente ter uma profissão, como é de praxe dos personagens machadianos) para ter o estilo de vida que têm, qual destaque ele poderia obter? O próprio conselheiro nos responde: a glória de Custódio, a possível ao personagem, era o nome no Almanaque de *Laemmert*. O almanaque funcionava como um guia de informações e anúncios dos principais estabelecimentos do Rio de Janeiro; ele havia sido editado pelos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert entre os anos de 1844 e 1889. Por ser um guia prático de informações era normalmente utilizado por uma parcela considerável da população, o que significa que se o nome do estabelecimento, Confeitaria do Império, estivesse ali (como de fato estava, como é narrado pelo confeitoiro) poderia, seja por acaso como destacado por Custódio, obter algum reconhecimento. Diferente dos gêmeos que poderiam exercer profissões de destaque como médico e advogado e, posteriormente, tornarem-se membros efetivos do governo vigente, prazerosa ou desgostosamente; a Custódio essa oportunidade lhe fora negada há muito, para que ele pudesse pertencer à sociedade à maneira que fazem os personagens machadianos, então, haveria de lhe restar esse pequeno reconhecimento, a sua existência era provada pelo nome gravado no almanaque para o acaso de algum curioso. Pode parecer pouco, em especial para alguém no nível de Aires, mas essa simbolizava uma enorme conquista para Custódio, tanto que até seu reconhecimento é descrito como “celebridade”.

O narrador-autor enuncia assim que, na sociedade do Segundo Império, a ideia de uma classe de baixo, como a de Custódio, poder ascender socialmente é praticamente impossível, sendo as pequenas conquistas as suas únicas conquistas. Conquistas essas baseadas em aparências, aparências que, se ostentassem o manto monárquico, não teriam utilidade alguma, pois ele já não era mais a regra da sociedade. Sendo assim, para que Custódio pudesse conservar o pouco prestígio social que obtivera, tinha que manter uma imagem, imagem que não envolvia necessariamente importar-se com política e é aí que reside a beleza da dicotomia política/social machadiana, ou simplesmente a ideia de quadrilha: pode-se ter uma aparência, há de até mesmo ter relevância social seja qual for a sua esfera de atuação e mesmo assim não se importar com o que acontece ao seu redor, pois a aparência é de fato a única coisa que importa, não as paixões do indivíduo ou suas crenças, e o mecanismo para que essa aparência fosse de fato afirmada era justamente o patrimônio financeiro que a pessoa possuía, ela é o meio para se chegar ao fim. Essa

filosofia torna-se um modo de sobrevivência dentro de *Esau e Jacó*, transcendendo todas as estruturas aqui traçadas e regendo a sociedade, fazendo-a dançar independente da música.

Nessa interpretação, indo um pouco mais fundo, podemos destacar que o governo vigente, monárquico ou republicano, estaria sempre em segundo plano. A concepção de quadrilha machadiana (por “quadrilha machadiana” entendemos que são pessoas que realizam atos políticos que podem contradizer suas opiniões ou simplesmente o fato de mudar de vertente política para aquela que lhe for mais conveniente) não somente coloca a elite em ascensão como oportunista, mas também reduz as forças explícitas que regem o país (como o imperador e aqueles que governam as províncias), seja no Segundo Reinado ou na República com Deodoro, a simples fantoches. Seja qual for o regime vigente, nessa concepção, seu poder de agir é reduzido, pois são limitados segundo o interesse específico de uma oligarquia nacional. Restaria à camada ordinária da população a exclusão voluntária que é, de certo ponto de vista, mais nobre, afinal, essas pessoas estavam inseridas nesse sistema e entendiam o funcionamento das regras implícitas e suas limitações, e diante de tudo isso simplesmente não participavam; quando não o faziam, por iniciativa própria ou por exclusão, ao menos contavam com a vantagem de não serem “vazios”.

Seguindo essa linha de raciocínio, Custódio é um personagem mais moral (talvez a camada ordinária seja, por extensão, a única que se demonstra fiel às suas convicções na narrativa, outro motivo pelo qual ela nunca é, via de regra, protagonista nas narrativas machadianas) por permanecer fiel a si mesmo. Um claro contraste a Natividade, que sabe que é um ser vazio, somente uma aparência, na política e por isso pode assumir qualquer manto, seja conservador ou liberal, seja monárquico ou republicano. Esse caso é tão acentuado que é descrito que Custódio não quer briga com ninguém, seja ele republicano ou monarquista; de fato, a população entendia que existiam aqueles que acreditavam no que faziam, assim como Pedro acreditava na monarquia e Paulo na república, e sua atitude transparece a ideia de que a população tolerava esses indivíduos que possuíam certa paixão, mas eles, a população ordinária, preferiam permanecer somente nas aparências, sendo assim politicamente divergentes dos que possuíam paixões inflamadas. A população permanece passiva mas mantendo uma aparência social, não política. Porém, ela entende a importância da aparência quando Custódio afirma que “ninguém lhe compraria uma tabuleta condenada”, desse modo, o confeitiro afirma que para continuar mantendo o seu lugar de destaque é preciso não somente uma aparência, mas sim uma

aparência que funcione, uma tabuleta que não esteja condenada. A aparência pode não ter nenhum valor para quem a veste, tal como um manto, porém, deve ser o manto correto, caso contrário ele teria um efeito oposto ao almejado por nosso confeitoiro. Ou seja, mesmo que a população nacional ordinária não se importe realmente com a política, ela deve parecer se importar com a política correta, é esse o ponto alto da discussão com o conselheiro, não somente a escolha de uma nova aparência, mas sim de uma aparência que seja socialmente correta, que torne ainda mais forte, ou faça de algum modo hegemônico, o seu pífio lugar de pertencimento social.

A tabuleta era a aparência e a aparência era a identidade da população sem que fosse de fato sua paixão. Sobre a identidade, o trecho que se segue enuncia claramente como a analogia machadiana reside nessa passagem:

- Olhe, dou-lhe uma ideia, que pode ser aproveitada, e, se não a achar boa, tenho outra à mão, e será a última. Mas eu creio que qualquer delas serve. Deixe a tabuleta pintada como está, e à direita, na ponta, por baixo do título, mande escrever estas palavras que explicam o título: "Fundada em 1860". Não foi em 1860 que abriu a casa?
- Foi, respondeu Custódio. (*EJ*, 2012, p. 169)

Talvez não devamos ser precipitados em entender a data como ocasional, afinal a confeitaria fora fundada em 1860, data especialmente emancipadora para a nação brasileira. Entre a década de 1850 e 1860 havia ocorrido um surto industrial no Brasil fazendo com que as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais ganhassem relevância dentre o cenário nacional. Esse surto industrial faria com que surgissem no Brasil a classe de pessoas que, por vezes, permeiam os romances machadianos: a elite que tem uma profissão e não um emprego. Elite essa que, na capital carioca, teria como principal palco a rua do Ouvidor. Sobre ela, Faoro (2001) afirma que “o período de 65-70, a época de ouro dos fornecimentos, na qual ainda mais prosperará o conhecido Procópio Dias, o Palha, o Santos, todos favorecidos com boas recomendações políticas” (p. 282).

Também é digno de nota que a monarquia tinha, por essa época, consolidado sua hegemonia no país tropical com a figura do monarca D. Pedro II tornando-se cada vez mais popular e realizando as reformas paliativas para o fim da escravatura, como destacado anteriormente. As considerações poderiam ainda tomar um rumo diferente se pensarmos que a expansão da economia convergia diretamente para a popularidade do

Segundo Reinado, portanto, quanto mais rico, mais monarquista e, tão logo, mais brasileiro. Sobre essa concepção, podemos notar que

As principais áreas mencionadas, Minas, Rio, São Paulo, correspondem à região na qual o café foi cultivado, nos anos de apogeu do Império, as décadas de 1850 e 1860. Como é bem sabido, esse *boom* transformou o Brasil, permitiu a expansão das cidades, principalmente do Rio, e formou a base da estabilidade e segurança do regime. (GLEDSON, 2003, p. 205, grifo do autor)

Talvez, o que o narrador-autor tenta insinuar com tal alegação é que ele, Custódio, poderia continuar com os princípios monarquistas sem de fato levantar uma bandeira a favor da monarquia, remetendo à época mais propícia para a ascensão social que foram os anos de outrora e acabavam-se em 1860. Além disso, e provavelmente é o ponto mais importante na linha de construção narrativa, era a década em que o Brasil iria à guerra contra o Paraguai. As consequências desse embate, como também já visto, foram terríveis, porém, é o primeiro momento em que a nação adquire certa identidade, tanto é que José Murilo de Carvalho enuncia que “a Guerra do Paraguai foi o fator mais importante na construção da identidade brasileira no século XIX” (2019b, p. 265). Sendo assim, a confeitaria é inaugurada no começo da década em que iria-se começar a construir a ideia de identidade do brasileiro de todas as esferas sociais, sejam elas econômicas, sociais ou políticas.

Quando Aires remete a Custódio esse momento tenta sugerir que o confeito assumia um manto de aparência ainda em construção, sem uma identidade formada, portanto, sem uma vertente política explicitamente declarada, podendo, de fato, vir a se tornar alguma coisa sobre a qual ainda não tinha ideia. A ideia, desesperada, é de pouca valia para Custódio; ele entende que a neutralidade, embora seja um modo elegante de não perder, é em si também um modo de não ganhar no jogo do *status* social, portanto, pouco ou nada adiantaria à população que mantivesse uma aparência de entusiasmo com o novo regime. Além disso, havia outra implicação latente no título que o próprio confeito aponta ao conselheiro:

A primeira ideia, bem considerada, tinha o mesmo mal, e ainda este outro: pareceria que o confeito, marcando a data da fundação, fazia timbre em ser antigo. Quem sabe se não era pior que nada?

- Tudo é pior que nada.

- Procuremos. (EJ, 2012, p. 170)

O conservadorismo, não político, mas o ato de conservar velhos hábitos, hábitos das décadas de outrora, caía em desuso. O Brasil sofrera esse *boom* industrial imenso e a República aparentava ser o progresso natural da espécie humana, portanto a postura da nação brasileira em 1889 não deveria ser a mesma de 1860. De fato, a ideia de voltar a ser monarquista aos moldes da década de 1860 era tentadora a Custódio, tão logo à população brasileira, mas ainda não era o ideal, fazia-se necessário encontrar alguma coisa a mais, alguma coisa que servisse com exatidão para o momento.

E, afinal, o que havia de ser? Por todo esse capítulo o narrador-autor mostrou uma série de alegorias e menções veladas referentes à situação da camada mais ordinária da população brasileira; enunciou as consequências que haveria da escolha de um lado por outro, da necessidade de ostentar um ou outro, sem, necessariamente, acreditar em algum dos dois; voltou ao passado e viu a necessidade de continuar em frente, pois o saudosismo não salvaria a nação nesse momento. Diante dessa situação, o que haveria a população de fazer? Qual seria a sua nova “tabuleta”? Qual seria a vantagem adquirida em sua nova aparência?

São abundantes as perguntas, altamente escassas são as respostas, pois o movimento do 15 de novembro abalou a identidade nacional de um modo tão gritante que nada voltaria a ser tão simples, se é que um dia o foi, como outrora. O golpe anunciou a todos o quanto a monarquia já havia decaído, por outro lado, anunciou também o quanto os militares e republicanos envolvidos estavam mal organizados e não estavam efetivamente comprometidos ou prontos para o novo governo, nem sequer cumprindo o requisito básico de uma república que é o envolvimento do público, da nação. A população comum sobreviveu muito tempo com a exclusão, de fato, ela fazia parte da identidade nacional, porém, naquela manhã, tudo havia mudado, todos os esforços para a conquista de uma aparência política e um poder social haviam acabado pois os dois níveis inferiores da sociedade precisariam se organizar e, além de tal movimentação, o deveriam fazer da forma correta, pois a forma errada, a posição adotada que não fosse sustentável, estaria fadada a ter negada qualquer possibilidade de manutenção do *status quo* ou mesmo a esperança de poder alcançá-lo. De fato, existiram muitos elementos que ajudaram a formar a sociedade brasileira no Segundo Reinado, e aquele pequeno punhado de pessoas que, segundo a ficção em *Esau e Jacó*, nem ao menos conseguiriam mudar política ou socialmente a União, mudaram, muito provavelmente sem querer e após um longo período de atordoamento, a aparência da população carioca e por consequência de toda a nação.

Assim sendo, o conselheiro conclui:

Disse-lhe então que o melhor seria pagar a despesa feita e não pôr nada, a não ser que preferisse o seu próprio nome: "Confeitaria do Custódio." Muita gente certamente lhe não conhecia a casa por outra designação. Um nome, o próprio nome do dono, não tinha significação política ou figuração histórica, ódio nem amor, nada que chamasse a atenção dos dois regimens, e conseqüentemente que pusesse em perigo os seus pastéis de Santa Clara, menos ainda a vida do proprietário e dos empregados. Por que é que não adotava esse alvitre? Gastava alguma coisa com a troca de uma palavra por outra, *Custódio* em vez de *Império*, mas as revoluções trazem sempre despesas.

- Sim, vou pensar, Excelentíssimo. Talvez convenha esperar um ou dois dias, a ver em que param as modas, disse Custódio agradecendo. (EJ, 2012, p. 171, grifo do autor)

A última proposta do conselheiro reflete o que, aos seus olhos, a população poderia fazer: abandonar a busca por posição social e simplesmente seguir a vida, já que os direitos políticos há muito não eram exercidos, que deixassem de lado as questões sociais também. Em suma, é uma proposta um tanto peculiar a de Aires, mas não desprovida de lógica. Afinal, se era do interesse ordinário que levassem uma vida sem incitar o ódio político de qual lado fosse, qual o sentido de ostentar uma aparência já que ela era oca? Para aqueles pertencentes à classe social do conselheiro, com real possibilidade de ascensão, faria sentido que mantivessem as aparências, porém, para o confeitoiro, não, pois sua possibilidade de ascensão sempre foi tão mínima que nem mesmo valia-se a pena lutar por ela. Mesmo se em algum momento conseguisse, o que haveria de fazer? A classe de Aires está acima, jogando o jogo da política que nunca interessou a população; no lugar do conselheiro o confeitoiro nem ao menos saberia o que fazer pois tudo lhe seria estranho, pois a aparência política aqui era bem mais forte e sutilmente mais volátil. Sobre isso, Faoro explica que “a ordem pública elevada a tabu, seja qual for a sua natureza, ordem pública estranha à sua vontade, às decisões, soberanamente superior. A política, para a gente Custódio, será um jogo inacessível aos seus meios, misterioso, sinistro e perigoso” (FAORO, 2001, p. 313). Na verdade, o comentário de Aires também pode refletir a opinião das classes que estão acima em detrimento das que estão abaixo, reforçando a ideia de que sua insignificância era tamanha que eles não deveriam se importar em alcançar o mínimo por meio de uma falácia e que as conquistas daqueles que conseguiram eram tão ínfimas que nem mesmo eram dignas de serem tomadas como verdade.

Embasando esse argumento, podemos fazer alguns paralelos com a revolução de 1789 na França. Note-se que a camada comum de Paris mobilizou-se primeiro nos pontos políticos de decisão e, somente depois, ganhou as ruas com a parte mais efetiva da revolução, mas, remetendo-nos ao historiador Eric Hobsbawm (1998) podemos encontrar uma divergência enorme entre aqueles que compunham o governo jacobino (fundado em 1792) e os que ocupavam a posição de Custódio; obviamente, a divergência maior seria na aplicação do “terror”, porém, o que nos é interessante analisar aqui é o que o historiador destaca sobre a permissividade que culminava no ato. Sobre a questão da participação popular, Hobsbawm enuncia que “para o francês da sólida classe média que estava por trás do Terror, ele não era nem patológico nem apocalíptico, mas primeiramente e sobretudo o único método efetivo de preservar seu país” (HOBSBAWM, 1998, p. 86). Esse sentimento de apego nacional, de sua preservação e desenvolvimento a todo custo não existia para a terceira camada da pirâmide social brasileira, não existia para alguém como Custódio. Note-se que esse desinteresse o levava a não cometer atos de terror, mas também a não estabelecer laços com a política pois não sentia laços com a nação; ou seja, diferentemente da camada ordinária francesa que sentia um genuíno sentimento de desenvolvimento nacional, Custódio (e, por extensão, a camada ordinária fluminense e nacional) não partilhava do mesmo afeto pela nação tupiniquim, portanto não era o regime que lhe preocupava, não era a inscrição na tabuleta, mas sim a preservação da sua própria existência, do seu espaço social e do grau de orgulho e autorrealização proveniente de todos esses elementos.

Uma linha de pensamento um tanto quanto negativa, mas, nem mesmo por isso, menos correta. Basta nos remetermos aos tratos de Floriano contra a população comum logo nos primeiros anos da República, ou na Revolta da Vacina ou mesmo Canudos, para que fique claro que aqueles que estavam acima, aqueles que eram os “donos do poder” não tinham qualquer consideração pela camada mais baixa. Nesse sentido, qualquer aparência que a população tomasse seria, em larga escala, uma mentira somente reconfortante a ela, mas uma ofensa para todas as outras classes do Brasil. Portanto, por que não deixar a mentira de lado e finalmente ser quem a população poderia ser? Ou simplesmente o que já era? Por que não deixar de ser Confeitaria do Império para tornar-se Confeitaria do Custódio? A resposta pode ser simples, porém, não menos soturna que todas as outras explicações até o momento.

Como já foi enfatizado antes, a aparência é algo essencial na construção do que é o personagem em *Esaú e Jacó*. Custódio não aceitou a ideia de ser alguém sem a

oportunidade de prestígio social pois a visibilidade era a parte proeminente da sua própria existência; tão logo, relacionando à alegoria nacional, é discernível aqui que a população nacional precisa cultivar alguma aparência, alguma ideia que aspire a uma grandeza maior, que aspire a certa ascensão. O narrador-autor dá a entender que a busca por uma aparência, por uma identidade é em si a própria identidade da sociedade brasileira.

Tanto é que no fim da conversa o confeitiro diz que o melhor a se fazer é esperar alguns dias, “um ou dois”, e ver qual seria o resultado final dos acontecimentos. Num primeiro momento esse comentário deixa bem clara a posição frágil da república mediante o olhar das pessoas comuns, podendo não somente cair por poucos esforços, mas em poucos dias; porém, ele vai muito além disso. Enuncia que a busca por identidade na forma de privilégios ou ascensão social haveria de continuar independentemente do regime que imperasse. Por último, ainda confirma certa esperança, mesmo que mínima, de um retorno à monarquia. Afinal, não importa o que fosse de fato acontecer para nosso confeitiro, ele sabia que, embora não gozasse do mesmo prestígio social, ainda tentaria alcançá-lo, mesmo sendo uma busca fútil; não importa o que acontecesse na política nacional, não teria qualquer relevância verdadeira para a população. Sendo assim, muito embora a identidade do Brasil haveria de mudar, em essência ela também não iria mudar. O narrador-autor procura dar a entender, por toda a trajetória curta mas significativa de Custódio no romance *Esaú e Jacó*, que as coisas poderiam e de fato iriam mudar, mas nada haveria de realmente se modificar.

4.4 - Sobre Santos

Até agora acompanhamos o dia, especialmente a manhã, na percepção do conselheiro Aires, sob o olhar da elite carioca burguesa em ascensão que permeia a rua do Ouvidor. Logo mais, à tarde, na percepção do confeitiro Custódio sendo a alegoria da camada mais desfavorecida socialmente no Rio de Janeiro, e por extensão no Brasil, que primeiro ficou excluída com o processo da Proclamação, mas logo procurou desenvolver uma nova aparência de identidade. Chegou o momento de analisar a situação sob o olhar de Santos, o qual também possui uma alegoria volátil e um significado mais amplo.

Em geral Santos personifica o papel da classe burguesa que ascendeu socialmente graças ao crescimento econômico e a “febre das ações” por que o país passou por volta de 1855. Burguesia essa que possui muito *status* social mas realiza poucas maquinacões

políticas. Poderíamos definir Santos como ingênuo, sendo a sua mulher, Natividade, a verdadeira orquestradora dos passos políticos do casal. Nesse contexto, Santos tem muito mais a ver com uma burguesia industrial, mais à moda estadunidense do que com uma burguesia brasileira que conta com o apoio dos grandes latifúndios. De fato, podemos entender que Santos representa toda a nova elite que iria surgir, deixando de lado o campo e seguindo o “progresso”. Podemos notar a importante reflexão de Raymundo Faoro:

Santos, na estrita linhagem de Escobar, Cotrim e Palha, não é homem de cultura. Para ele não existem tais valores que fizeram Brás Cubas interessar-se pelas letras e pela filosofia, esta pela mão extravagante de Quincas Borba. Ele conservava gestos e modos de outro tempo, incapaz de se refinar na elegância de Natividade, aspirando ao posto de senador por ser o cargo “eterno”. (2001, p. 264)

Santos possui o aparente propósito de personificar toda uma classe de pessoas com menos influência, que não conseguiriam desempenhar a política de aparências idealizada por Maquiavel. Portanto, ele é passível aqui de realmente acreditar em algo, não por maquinação, mas por ingenuidade.

Tanta é a sua ingenuidade que se Aires estava apático aos acontecimentos e Custódio atônito, Santos é o único descrito como “assustado”. Tamanha é a apatia de nosso conselheiro que antes que Santos o encontre, ele pensa consigo mesmo: “A própria aflição de Custódio não lhe dera fé. Vira nascer e morrer muito boato falso. Uma de suas máximas é que o homem vive para espalhar a primeira invenção de rua, e que tudo se fará crer a cem pessoas juntas ou separadas” (*EJ*, 2012, p. 172). Note-se que até o momento alguns boatos foram realmente exagerados ou simplesmente falsos, como a prisão do imperador e a morte de ministros. A mudança não é de fato mudança. Porém, isso só se dá pois estamos falando aqui de um personagem que conhece as engrenagens da sociedade, o que lhe permitia nesse momento não só calma, mas uma resignação quase calculada; o sentimento oposto será o de Santos. Nesse momento fica claro que a sociedade em *Esau e Jacó* se divide em duas: aqueles que sabem das regras sociais e como a política funciona e aqueles que não o sabem. É digno de nota que os dois extremos podem ser encontrados nos dois níveis da sociedade: Custódio, da parcela ordinária da população, sabe como funcionam as aparências e crenças; Santos, da burguesia em ascensão, não o sabe. Somente lhe resta acreditar no que vê, o que, para Machado, são a ingenuidade e tolice encarnadas.

Porém, mesmo com percepções políticas distintas, na conversa entre Aires e Santos podemos notar um ponto em comum entre este e o confeitoiro: a inquietação pela possível (embora improvável) mudança simbolizada pelos comércios fechados ou alterados (o último referente somente a Custódio). Nota-se o momento de convergência:

- É verdade, conselheiro, vi descer as tropas pela rua do Ouvidor, ouvi as aclamações à república. As lojas estão fechadas, os bancos também, e o pior é se se não abrem mais, se vamos cair na desordem pública; é uma calamidade.

Aires quis aquietar-lhe o coração. Nada se mudaria; o régimen, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição. (*EJ*, 2012, p. 172)

Entre os pontos que merecem destaque na fala de Santos, citemos dois: primeiro, em momento algum de sua fala ele menciona pessoas, sejam elas como agentes ou como observadores. Novamente, de maneira sutil, é trazido à tona que o golpe do dia 15 foi um movimento excludente, ainda que contasse com a parcela de alguns militares e republicanos. Nota-se que, mesmo excludente nessa visão existe certo apoio distorcido das pessoas que é exemplificado pelas lojas e bancos fechados, sendo os primeiros a população comum e o segundo a camada que supre o apoio necessário às oligarquias; porém, seu apoio é silencioso, altamente implícito, se fosse mais palpável Santos deveria descrever pessoas na rua, onde ele veria *agentes* e não somente *vestígios*, não veria somente “aclamações” e “portas fechadas”. Podemos pressupor que a população está enfrentando os mesmos dilemas de Custódio, escolhendo algum lado e não tomando atitudes que possa prejudicá-la a longo prazo, por isso o vazio de expressão.

Segundo, e o mais importante à nossa análise, são as preocupações de Santos. Suas preocupações são voltadas ao funcionamento comercial da cidade, o qual é extremamente necessário para a manutenção do estilo de vida, portanto da posição social, do personagem e de sua família. Num primeiro momento a fala de Santos parece simplesmente indicar que tão pouca preocupação se dava ao movimento e mais ainda com a ideia de um permanente fechamento de certas instituições financeiras, porém, podemos ir mais fundo nas preocupações e encontrar um significado mais amplo e condizente com o romance. É digno de nota que essa preocupação pode representar a de toda a classe burguesa alegorizada por Santos; a oligarquia que dominava o Brasil e tornou seu poder ainda mais hegemônico têm como base o cultivo da monocultura do café, porém Santos é um

capitalista, especulador, o oposto natural do campo. Desse modo, a preocupação dele pode refletir o risco que a classe burguesa industrial percebeu no movimento. Afinal, se o dia 15 dava mais poder ainda às oligarquias rurais, colocava em potencial perigo aqueles que enriqueceram com especulação, como Santos.

Aires, nesse momento, age com sensatez e verbaliza o que já sentia desde que ouviu os boatos da movimentação daquela manhã, ele afirma que “nada se mudaria; o régimen, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele” (*EJ*, 2012, p. 172). Aires nesse momento possivelmente refere-se à ideia de que as oligarquias haveriam de estar por detrás do novo governo, portanto, não se mudariam as estruturas da sociedade (afinal, ambos seguiam a mesma ideia: serem implicitamente comandados por outras figuras, nesse caso oligarquias controlando o governo); porém, ainda mais do que isso, Santos, com o seu papel de especulador e capitalista, havia conseguido conquistar o seu lugar na sociedade e uma fortuna e *status* consideráveis (bem superiores aos de Custódio). A orientação do conselheiro era clara também nesse sentido: o regime antigo necessitava e funcionava com a ajuda de pessoas como Santos, ele ainda haveria de ser necessário, ainda haveria de conseguir manter o mesmo estilo de vida e *status* no atual governo. Somente se mudariam algumas coisas, uma aparência e uma constituição, nada que impedisse o funcionamento do regime tal qual eles estavam acostumados.

De fato, as palavras do conselheiro foram proféticas nesse campo, afinal, mesmo que a política nacional dos anos vindouros tenha sido praticamente direcionada às oligarquias rurais, o desenvolvimento industrial ainda manteve o seu espaço e a classe burguesa à qual Santos pertencia ainda haveria de ter o seu lugar por muito tempo. Não é por acaso que concluía o narrador o seguinte:

Nenhuma feição de Santos mostrou apreciar ou entender aquele rasgo anônimo. Ao contrário, todo ele parecia entregue ao presente, ao momento, ao comércio fechado, aos bancos sem operações, ao receio de uma suspensão total de negócios, durante prazo indeterminado. Cruzava e descruzava as pernas. Afinal, ergueu-se e suspirou. (*EJ*, 2012, p. 173)

Santos estava de fato inquieto, mesmo após as garantias do conselheiro. Aires lhe garantia o futuro, mas sua ingenuidade não lhe permitia sonhar com tais coisas, a ele, um burguês que não entendia de política, restava crer no que via, portanto, aí a raiz de sua inquietação. Nesse momento somos obrigados a refletir e a pensar naqueles que também eram ingênuos em outras esferas que não a de Santos. Por todo o percurso de análise

fomos obrigados a admitir que o movimento do dia 15 foi um golpe excludente que reafirmou a hegemonia de uma oligarquia, porém, é preciso ressaltar a existência de pessoas atônitas não pelo significado do movimento, mas pelo movimento em si. Nota-se na presença de Santos que, para uma parcela da população, o movimento teve um grande significado não pelo seu efeito político, mas pelo risco econômico que ele representava. É possível discernir que a única mudança que se esperava do movimento daquela manhã e da queda do regime não fosse de caráter político, mas sim econômico; portanto, nesse sentido, o movimento não representava a vitória da República contra a monarquia, mas sim a vitória do latifúndio rural contra a industrialização.

Porém, mesmo que fosse um especulador de sucesso, Santos ainda era ingênuo. Talvez somente ingênuo não seja um adjetivo abrangente o bastante para classificá-lo, pois, como todos os personagens em *Esaú e Jacó*, Santos é feito de camadas. Raymundo Faoro ao descrever os personagens burgueses machadianos, os mesmos que pertencem à classe social de Santos, o faz com as seguintes palavras:

Burguesia insegura de sua forma e de seus poderes, nobilita-se e se afidalga por todos os meios, pela imaginação, falsificação ou imitação. Sob esta sombra, cresceu o constrangido acatamento a uma aristocracia, sem raízes e sem tradição. Burguesia mascarada de nobreza, incerta de suas posses, indefinida no estilo de vida... Invariavelmente, em todas as personagens de Machado de Assis, a história de sua ascensão traduz o sentimento de alguma coisa falta para completar-lhes a carreira. (2001, p. 52)

Verifica-se que aparentemente existe um ponto de convergência entre Custódio e Santos, mesmo que não pertençam à mesma classe social: não é a sua identidade que se vale sozinha, ela precisa de um reforço maior. Tal sentimento resulta, para a burguesia, em um certo constrangimento. Afinal, note-se a ingenuidade e tolice de Santos diante da astúcia e ambição de sua esposa. De fato, a progenitora seria uma política mais “prática” do que Santos pois entende os mecanismos que fazem o sistema inteiro funcionar. Também, carregada com esse constrangimento vem a incerteza, incerteza essa que aflora pelos poros de Santos desde o momento em que ele foi falar com o conselheiro.

Muito provavelmente por essa burguesia ter ganhado espaço em um tempo relativamente curto (afinal, mesmo a sua própria existência ainda era curta) não possuía certeza concreta alguma do seu lugar em um ambiente com espaços já tão pré-definidos como era a sociedade do Segundo Reinado. Desse modo, ainda que, em algum nível, alguns dos burgueses que pertenciam à mesma classe social que Santos soubessem que

os acontecimentos daquela manhã fossem um caso isolado com repercussões nacionais que não aspiravam a uma verdadeira mudança nacional, suas inseguranças com respeito às próprias existências e garantia de espaço os impeliram a buscar garantias que afirmassem a sua própria existência. É isso o que acontece nesse momento na sala, nas entrelinhas da conversa entre Santos e Aires. Porém, a ingenuidade e insegurança de Santos ainda haveria de encontrar raízes muito mais fundas. Sobre essa questão, analisemos o trecho que se segue:

- Não tenha medo. A baronesa já sabe o que há?
- Quando eu saí de casa, não sabia, mas agora é provável.
- Pois vá tranquilizá-la; naturalmente está aflita.

Santos receava os fuzilamentos; por exemplo, se fuzilassem o imperador, e com ele as pessoas de sociedade? Recordou que o Terror... Aires tirou-lhe o Terror da cabeça. As ocasiões fazem as revoluções, disse ele, sem intenção de rimar, mas gostou que rimasse, para dar forma fixa à ideia. Depois lembrou a índole branda do povo. O povo mudaria de governo, sem tocar nas pessoas. (*EJ*, 2012, p. 172)

Note-se o título que o conselheiro empregou ao falar de Natividade, “baronesa”. Pouco antes, mesmo para o conselheiro, o regime já havia sido concretizado, então por que o emprego do título? A possibilidade mais óbvia é que os personagens vivem de aparência, sendo a monárquica até o momento a única conquistada pela família de Santos. Quem havia se empenhado pelo título havia sido justamente a esposa, a baronesa, portanto, é natural que ela ficasse abalada com a mudança, já que era a sua posição social que estava em risco nesse momento.

Porém, logo após isso, somos levados à ingenuidade de Santos, o qual, em um momento de medo, pensa comparar o 15 de novembro com a Revolução de 1789. Sob a perspectiva do capitalista o medo não era de todo injustificado, basta retomarmos Eric Hobsbawm: o historiador analisa a Revolução Francesa sob um prisma muito específico, segundo o qual um dos motivos que levaram a população a tomar a Câmara dos Comuns e, após, a queda da Batilha (o símbolo máximo de todo o movimento) foi justamente a ocupação de nobres em cargos públicos, dando pouco ou nenhum espaço para uma ascensão de outros grupos e representação nacional. A república Jacobina somente começaria em 1792, que será conhecida pelo terror de Robespierre. Sobre esse momento, Hobsbawm (1998, p. 90) escreve que “o constante silvo da guilhotina lembrava a todos os políticos que ninguém estava realmente a salvo”. Santos não pertencia à parte da população que pertencia Custódio, portanto, qual era o seu medo nesse momento? O seu

medo naturalmente é que a burguesia brasileira tivesse o fatídico fim da elite francesa que apoiava o monarca Luís XVI. Era justamente deste silvo da guilhotina (nesse caso, os fuzilamentos) que Santos temia, pois sendo ele barão e capitalista, haveria todos os motivos para se temer um fim semelhante ao que a aristocracia francesa enfrentou durante o governo jacobino. Porém, o medo é mais cego do que lógico, algo de que o próprio conselheiro lhe acusa; a ingenuidade de Santos reside no fato de que mesmo tendo visto o parco movimento, mesmo fazendo parte da política (afinal, era barão), olhava com olhos franceses o 15 de novembro. Santos temia não somente um governo autoritário, mas, sobretudo, um governo truculento e violento, violência essa direcionada contra certa camada que possuía não somente maior *status* social e renda, mas também maior poder político (mesmo que ele não o usasse efetivamente) e relevância social. Nesse sentido é bom lembrar que o mecenas de terras tupiniquins, D. Pedro II, normalmente não usava de repressão nacional.

Em seu resgate vem nosso conselheiro e o lembra de uma verdade fundamental contida no romance: o povo é passivo. Note-se que ele afirma que o povo é “brando”, o que significava que não agiria em extremos tais como os revolucionários do outro lado do Atlântico. Nesse momento, encontramos um conselheiro que diz as afirmações mais perversas da forma mais cândida, afinal, ele poderia afirmar tal situação com certa propriedade, primeiro porque Aires permaneceu um tempo no exterior, o que lhe possibilitou contato com outros povos, portanto uma base analítica; segundo, ele mesmo viu o desenrolar das ações naquela manhã, portanto falava não somente por um sentimento perverso, mas com autoridade. Aires conclui o mesmo que Aristides Lobo, que o povo é bestializado, é brando e, portanto, que Santos não deveria se preocupar com violência. O governo haveria de mudar, sim, mas a ordem vigente haveria de continuar, e Santos não deveria se preocupar com isso.

Outro ponto digno de nota é que tanto Santos como Custódio temem a violência, mesmo sendo de classes diferentes, porém é possível que Custódio a tema de grupos que tenham uma aparência ou crença política diferente que acabem com a sua conquistada ascensão social, já Santos teme também pelo que é conquistado, mas, e mais importante, pela própria vida. Custódio em momento algum temeu pela sua vida, somente por seus bens. Ou seja, para Custódio, a posse dos bens e seu lugar na sociedade envolviam riscos, já para Santos, sua posição conquistada não possuía uma base sólida; é bem verdade que ele teme pelo seu futuro como especulador e capitalista, porém, assim que Aires lhe confirma a continuidade de sua existência (simbolizada aqui pelo seu *status*). O

conselheiro foi ainda mais fundo e lembrou ao progenitor o passado republicano brasileiro. Note-se na passagem:

Para provar o que dizia referiu um caso que lhe contara um velho amigo, o marechal Beaurepaire Rohan. Era no tempo da Regência. O imperador fora ao Teatro de S. Pedro de Alcântara. No fim do espetáculo, o amigo, então moço, ouviu rumor do lado da igreja de S. Francisco, e correu a saber o que era. Falou a um homem, que bradava indignado, e soube dele que o cocheiro do imperador não tirara o chapéu no momento em que este chegara à porta para entrar no coche; o homem acrescentou: "Eu sou *ré*..." Naquele tempo os republicanos por brevidade eram assim chamados. "Eu sou *ré*, mas não consinto que falem ao respeito a este menino!" (EJ, 2012, p. 172-173, grifo do autor)

Aires relembra ao seu interlocutor e, por consequência, o narrador-autor ao leitor, que, como foi destacado acima, o Brasil possui sim um passado com movimentos republicanos antes de 1889¹⁴. Aires afirmava que a convivência entre dois extremos políticos não é apenas política, como rotineiro. Convivência essa, como destacado no trecho, que se dava sem violência, sem nem mesmo lhe faltar com respeito. Portanto, o que haveria de temer Santos? Afinal, sua posição continuaria e mesmo os republicanos, os *ré* de outrora, são simpáticos às figuras monarquistas; sendo Santos de influência na monarquia, ele haveria de compor o novo jogo republicano. Santos poderia não somente preservar a sua vida, mas também preservar a sua posição social, o que, na narrativa machadiana, vale tanto ou mais do que a própria vida em si.

Por último, existe em Santos um apelo, apelo esse que dá nome ao capítulo: Santos pede por paz. Essa paz que remete não somente à união nacional, mas também à paz de possuir uma posição fixa na alta sociedade. Como ele mesmo afirma:

A cabeça via esboroar-se tudo. Quis despedir-se, mas fez duas ou três investidas antes de pousar o pé fora do gabinete e caminhar para a escada. Instava pela certeza. Conquanto tivesse visto e ouvido a república, podia ser... Em todo caso, a paz é que era necessária, e haveria paz? Aires inclinava-se a crer que sim, e novamente o convidou a descansar. (EJ, 2012, p. 173)

Santos entendia que o novo governo, fosse real ou não, deveria prover a mesma coisa que D. Pedro II foi capaz no Segundo Reinado: paz. Porém, para quem era essa paz? É entendido que, sendo Santos uma alegoria para a população burguesa que dava os

¹⁴ Para maior benefício, consultar: STARLING, Heloisa M. *Ser republicano no Brasil colônia: A história de uma tradição esquecida*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

primeiros passos no capitalismo, ele pedia paz para essa classe. Durante todo o Segundo Reinado, os especuladores e capitalistas fizeram fortuna segundo as suas próprias capacidades quando lhes foi possível; tudo isso acontecia com um cenário de paz. Santos quer que o conselheiro lhe garanta que seus negócios continuarão indo bem, que ele poderá continuar prosperando em paz, sem o risco de perder os investimentos ou o patrimônio. A paz de Santos é bem diferente da paz de Custódio.

O conselheiro, por sua vez, está inclinado a lhe garantir a paz. Afinal, por que haveria de não o fazê-lo? Tendo-se em vista que era a terceira pessoa no dia (a primeira sendo José, o criado de Aires, e a segunda Custódio) para quem ele afirmava que os acontecimentos “grandes” não eram de fato algo estarrecedor, mas sim um espetáculo inesperado. O conselheiro, mais do que qualquer um, sabia que, não importa a esfera social, não importam suas inclinações políticas, tudo haveria de continuar como sempre foi; talvez lhe mudasse a aparência disso ou daquilo, mas tudo ainda haveria de continuar. Afinal, o povo era brando. Afinal, o povo era bestializado.

4.5 - Sobre os gêmeos

Finalmente, no capítulo LXV intitulado “Entre filhos” o romance deixa de ser tão implícito e toma um rumo oposto, na contramão. Por todo o nosso percurso até esse momento tivemos que adentrar as ruas, as salas e confeitarias, pesquisando cada fala, comparando-a com o seu momento e seus significados. Agora, após examinados todos os âmbitos sociais, voltemos à figura dos dois gêmeos que personificam o pensamento monárquico, Pedro, e republicano, Paulo.

O capítulo começa com Santos encontrando sua esposa, Natividade, em um aparente estado de choque. Naturalmente, como mãe, o que muito lhe preocupava era o bem-estar de seus filhos, especialmente porque ambos não se preocupavam em ocultar suas preferências políticas (algo arriscado no romance), é possível que pensasse no que poderiam fazer em um dia tão peculiar quanto aquele. A resposta de Santos para a sua esposa, nesse momento, é de interesse:

Natividade perguntou pelos filhos. Santos opinou que não tivesse medo. Não havia nada; tudo parecia estar como no dia anterior, as ruas sossegadas, as caras mudas. Não correria sangue, o comércio ia continuar. Toda a animação de Aires tinha agora brotado nele, com a mesma verdura e o mesmo estilo. (EJ, 2012, p. 175)

A resposta do marido aos ânimos da esposa é especialmente relevante. O narrador constrói o caráter de Natividade como, no mínimo, volátil. Ela poderia ser descrita como oportunista, porém, dentre os parâmetros machadianos, é simplesmente uma personagem comum pertencente ao seu nível social na pirâmide.

Quando Natividade pergunta dos filhos, primeiro Santos opina que ambos estão bem, em seguida ele informa o atual estado dos ânimos populares para acalmá-la e afirma que “tudo parecia estar como no dia anterior”. A frase pode exercer um efeito duplo nesse momento, ambos capazes de transmitir um sentimento cômico, resignado, mas com propósitos diferentes. Primeiro, a fala enuncia que não existe violência nas ruas, não mais do que existia no dia anterior; essa fala é especialmente interessante porque corrobora com o argumento de que a violência que Custódio afirmava temer não era de fato física, ao mesmo tempo que realça o caráter brando do movimento já descrito acima em comparação com outras monarquias que decaem, a título de exemplo, a francesa, e visto que ela permeará o imaginário de Paulo, é lúcido concluir que tal situação também poderia ser palpável para os seus progenitores. O segundo efeito da explicação exclui uma parcela considerável da humanidade de Natividade pois, como já afirmado anteriormente, ela sempre persegue uma aspiração de ascensão social, e quando Santos lhe informa que tudo está igual, como no dia anterior, também válida a perspectiva de que seus lugares sociais não foram alterados, de que seu pertencimento na sociedade ainda haveria de continuar e vigorar.

Por outro lado, quando Santos afirma que “não corria sangue” e que o “comércio ia continuar”; a Proclamação não haveria de fazer cabeças solitárias sem corpos, não haveria também de impedir a fonte de renda daqueles que viviam do começo do capitalismo, como Santos. Ou seja, a afirmação de segurança para a mãe preocupada que parte de Santos possui muito mais um caráter de que eles ainda eram relevantes na sociedade pois ela ainda não havia mudado, afinal, as pessoas não estavam engajadas ou envolvidas no movimento, estavam bestializadas; toda a preocupação da progenitora é mais que de real (ou possível) preocupação com os seus filhos, agentes convencidos de suas respectivas ideologias, é uma preocupação com si mesma.

Finalmente, os gêmeos chegam, primeiro Pedro, resignado, soturno, logo após Paulo, com uma felicidade gloriosa mesmo que silenciosa. Após sua entrada, note-se a ausência de gestos ternos e de preocupações por parte de Natividade, o que denota as implicações gananciosas de suas preocupações. Em seguida, é preparado um jantar. A cena nos é interessante:

Ao jantar, falaram pouco. Paulo referia os sucessos amorosamente. Conversara com alguns correligionários e soube do que se passara à noite e de manhã, a marcha e a reunião dos batalhões no campo, as palavras de Ouro Preto ao marechal Floriano, a resposta deste, a aclamação da República. A família ouvia e perguntava, não discutia, e esta moderação contrastava com a glória de Paulo. O silêncio de Pedro principalmente era como um desafio. Não sabia Paulo que a própria mãe é que o pedira ao irmão com muitos beijos, motivo que, em tal momento, ia com o aperto do coração do rapaz (...) certamente, o moço Pedro quis dizer alguma frase de piedade relativamente ao régimen imperial e às pessoas de Bragança, mas a mãe quase que não tirava os olhos dele, como impondo ou pedindo silêncio. Demais, ele não cria nada mudado; a despeito de decretos e proclamações, Pedro imaginava que tudo podia ficar como dantes, alterado apenas o pessoal do governo. Custa pouco, dizia ele baixinho à mãe, ao deixarem a mesa; é só o imperador falar ao Deodoro. (EJ, 2012, p. 175-176)

Existe um elemento que deve ser levado em conta na narrativa, o qual inclui explicações quanto à postura de Pedro: o silêncio. Sim, existe um diálogo, de Natividade para com o filho monarquista, existe um momento moderado em que Paulo comemora sua vitória, mas note-se que tudo é feito de forma cândida e modesta, sem nunca dar vazão ao orgulho ou à glorificação. Afinal, para Paulo esse era um momento decisivo, talvez o mais importante de sua vida; para seu irmão, Pedro, era o extremo oposto, provavelmente o mais triste de sua vida; como ambos se encontram em tamanho estado de resignação, demonstrando seu entusiasmo/tristeza de forma tão parca? Devemos atribuir uma parcela especial dessa “paz” a Natividade, pois, como narrado, ela olhava Pedro como que implorando pelo seu silêncio, porém, podemos ir ainda mais fundo nessa questão: sendo ambos as possíveis representações alegóricas de suas ideologias, monarquistas e republicanas, podemos notar que o jantar representa a vitória e derrota dos dois regimes.

Como foi descrito acima, o povo permanecia passivo, bestializado. Em nenhum momento de *Esau e Jacó* há reação dos grupos monarquistas e republicanos, a implicação de tal ausência na narrativa explica-se por uma literal ausência histórica. É provável que quando Aires escrevia em seus rascunhos sobre a camada excluída da população ele também incluía nessa casta tão vasta os próprios grupos políticos, monarquistas e republicanos. Como já foi analisado acima, de acordo com Alonso (2019) o movimento teve uma participação majoritariamente militar e com poucos republicanos, maiores impedimentos não houve, só restariam aos grupos e partidários da ideia a simples exclusão. Porém, denota ainda algo mais, como que os próprios grupos descreditavam de tal decisão. Claro, nesse momento as ideias de Pedro podem (e o são) tendenciosas,

porém, fazem jus ao pensamento passivo. Nesse contexto, o movimento/golpe daquela manhã, segundo o quadro que nos é pintado, teria predominantemente três características: excludente, oportunista e (segundo a ausência de glorificação dos gêmeos) descoordenado.

Nota-se a ausência do sentimento que os colocaria na rua, seja em um embate furioso pela defesa do antigo regime, seja pela vitória triunfante do novo; falta-lhes certa paixão, certo engajamento, certo sentimento que queime e inflame em seus peitos. Isso já era esperado no terceiro e segundos níveis da pirâmide, como vimos dentre todas as classes que analisamos, porém, é o primeiro momento em que a mesma passividade que tanto destacamos até aqui toca os que têm crenças. O fato de Pedro aceitar a queda tão silenciosamente, o fato de Paulo ser modesto em sua comemoração, denotam o mesmo resultado de dois extremos: ambos são excluídos. É digno de nota que até mesmo, como afirma Carvalho (2007, p. 211), “os próprios republicanos reconheciam, o partido não tinha tamanho, organização e apoio popular suficientes para derrubar o regime monárquico”; desse modo, sua alienação não provém dos mesmos elementos que alienaram Custódio, mas o resultado é o mesmo.

O segundo ponto de destaque é que a exclusão se dê pelo mesmo motivo de todos os outros envolvidos, especialmente Aires, Santos (posteriormente) e Custódio, de que a “revolução” não é de fato uma revolução, de que se mudou algo, mas não se mudou nada. Note-se que “Pedro imaginava que tudo podia ficar como dantes, alterado apenas o pessoal do governo”, seu pensamento converge diretamente com o de sua mãe quando afirma sobre a ideia da quadrilha (*EJ*, 2012, p. 125). Nesse momento, percebe-se que a lealdade de Pedro não é para com a aparência do regime, mas com a sua essência, afinal, ele imagina que tudo ficaria como antes. Em suma, ele estava certo, pois não foram poucos os monarquistas que foram admitidos e mantidos na república, os quais, em boa parcela, nem mesmo preocupavam-se de disfarçar seu saudosismo pelo antigo regime. A título de exemplo, talvez o mais gritante, temos o barão do Rio Branco (1845-1912), que segundo Schwarcz, “apesar de monarquista convicto, não deixou de ser convocado, anos mais tarde, por Rodrigo Alves para exercer o cargo de ministro das Relações Exteriores, no qual se manteve até a sua morte em 1912” (1998, p. 475). Podemos ir ainda mais fundo e interpretar que o próprio “cabeça” do movimento, ou pelo menos o seu “testa de ferro”, Deodoro da Fonseca não era lá um exemplo de republicano, pelo contrário, é narrado que anos antes ele mesmo não tinha simpatia pelo regime. Como explica Carvalho,

De regresso ao Rio de Janeiro em setembro, Deodoro foi logo envolvido em conspirações. Nunca fora republicano. Em 1887, escrevera ao sobrinho, Clodoaldo da Fonseca, aconselhando-o a não se meter em questões republicanas. República no Brasil seria "uma verdadeira desgraça". O país não estava preparado. Militar dos pés à cabeça, não sabia mover-se no meio civil. Em matéria de política, era completamente ingênuo. Acreditava em tudo o que lhe diziam. (CARVALHO, 2007, p. 214)

Ou seja, nesse sentido, Pedro estava certo, afinal poderia realmente manter-se o pessoal (o que, de certo modo, ocorre), porém, o que lhe escapa é que o modelo de governo monárquico já não mais existiria, mas sim agora iria vigorar o modelo republicano (mesmo que esse fosse feito com membros do antigo regime); mudança essa que ocorre ignorando ou não consultando as aspirações populares. Segundo o próprio narrador mostra, as oligarquias haviam há muito dominado o Brasil e isso não iria mudar.

Desse modo, existe um pouco de ingenuidade nas aspirações de Pedro, o mesmo que ao desejar que tudo continue como outrora, não imagina a dimensão do direcionamento do poder. Se Pedro não sabia disso, é um monarquista ingênuo, utópico, o qual não entendia o pleno funcionamento da causa que defendia com unhas e dentes, o que só corrobora com a alienação, dessa vez involuntária, dos próprios súditos dentro do sistema monárquico.

É necessário analisarmos outras situações que surgem na narrativa, como no trecho que se segue quando Paulo e Pedro deixam o jantar, e os “amigos da casa chegam”. O narrador continua a nos informar a confusão do momento, bem como a postura passiva ou de simples desdém da população. Ao que podemos ler no capítulo LXVI:

Vieram amigos da casa, trazendo notícias e boatos. Variaram um pouco e geralmente não havia opinião segura acerca do resultado. Ninguém sabia se a vitória do movimento era um bem, se um mal, apenas sabiam que era um fato. (EJ, 2012, p. 176)

Novamente a questão dos boatos. Como o conselheiro já havia dito antes, os boatos sempre são aumentados (EJ, 2012, p. 162), ganhando uma proporção carregada de drama e sentimentalismo que os eventos originais raramente possuem. Note-se que, durante todo o dia, os boatos são de fato mais interessantes do que as verdades, pois refletem não somente o pensamento, mas, e mais sincero, o medo daqueles que os compartilhavam; muito embora não seja uma narrativa historiográfica, podemos obter deles uma dimensão maior para a construção narrativa nesse momento. Mais ainda do

que esse fato, e também digno de nossa atenção, naquela manhã do dia 15 ocorria apenas a instalação de um novo ministério, à noite era um novo regime que estava consolidado, absoluto.

Porém, as interpretações também são interessantes. Note-se que a população comum observava e procurava características no acontecimento, diferente do conselheiro e de Santos que o viam como um fenômeno longe deles dotado de simples aparência, que, como seus amigos, não sabiam dizer se ele era “bom” ou “ruim”. Como foi constatado anteriormente há muito se erguia uma nova oligarquia nacional que se consolidava, sendo seu apogeu de poder justamente a realização do 15 de novembro; sendo assim, o que interessava aos do mesmo nível social de Santos, que corresponde ao segundo nível da nossa pirâmide, é como a nova oligarquia haveria de lidar com eles, aumentando seu poder, diminuindo, criando barreiras ou catapultando-os. Esse ponto é especialmente interessante pois Santos não estava ligado diretamente à ideia do café, o epicentro de toda a economia brasileira oriunda das oligarquias nacionais nesse período. Podemos notar o comentário de Darcy Ribeiro que demonstra a preocupação de Santos e de seus colegas:

A abolição, seguida do regime republicano que liquida com a escravidão e com a fidalguia, não abala, porém, o reinado do café, que se faz cada vez mais poderoso. É regido, agora, por cafeicultores que se fazem os grandes próceres republicanos e por um novo sistema de trabalho que se irá aproximando paulatinamente do assalariado. (1995, p. 398).

O novo regime, oligárquico em sua essência, republicano em sua aparência, não se baseia mais na escravidão como mão de obra, aproximando-se do universo de Santos, porém, permanece sendo agrário, o que não é a área do pai dos gêmeos, como, provavelmente, de nenhum dos “amigos da casa”. Sendo assim, eles demonstram a mesma preocupação que Santos demonstrou mais cedo, com o acréscimo de uma certa urgência, tendo em vista que naquela tarde o pai contava com a desinformação, agora os amigos lidavam com um fato. Fato ou não fato, aparências ou essências, Santos tinha suas convicções, nem boas ou más, pois compartilhava do mesmo ponto de vista que o conselheiro, de que tudo continuaria o mesmo.

Agora, a narrativa deixa Santos e seus amigos no voltarete e volta-se a Paulo no capítulo LXVII. O relato que se segue demonstra candidamente não somente a visão do 15 de novembro dentro do espectro republicano personificado por Paulo, mas também denuncia as contrariedades do evento pelo olhar dos próprios sonhadores. O romance,

após explorar tantos pontos de vista e tantas alegorias, dedica-se nesse momento ao último: ao dos “vencedores”:

Saindo de casa, Paulo foi à de um amigo, e os dois entraram a buscar outros da mesma idade e igual intimidade. Foram aos jornais, ao quartel do Campo, e passaram algum tempo diante da casa de Deodoro. Gostavam de ver os soldados, a pé ou a cavalo, pediam licença, falavam-lhes, ofereciam cigarros. Era a única concessão destes; nenhum lhes contou o que se passara, nem todos saberiam nada.

Não importa, iam cheios de si. Paulo era o mais entusiasta e convicto. Aos outros valia só a mocidade, que é um programa, mas o filho de Santos tinha frescas todas as ideias do novo regímen, e possuía ainda outras que não via aceitar; bater-se-ia por elas. Trazia até o desejo de achar alguém na rua, que soltasse um grito, já agora sedicioso, para lhe quebrar a cabeça com a bengala. (*EJ*, 2012, p. 177)

Primeiro, e mais evidente, é a ausência (como têm sido até o momento) de pessoas envolvidas no movimento. Note-se que de manhã havia ao menos “curiosos”, alguns com expressões “opacas”, porém, à noite, quando o movimento já há algum tempo tinha se tornado fato, não se encontravam republicanos comemorando. Mesmo a comemoração de Paulo diante da família anteriormente havia sido mais uma questão de reafirmação de um ponto de vista ou princípio do que propriamente uma celebração de revolução. O sentimento parece ser o mesmo em se tratando de outros jovens republicanos. Paulo, obviamente, é de longe o mais entusiasmado com as novidades do dia (o porquê de tal euforia há de ser considerado à frente), mas sua exultação não é partilhada por nenhum outro republicano, seja ele jovem ou velho. É digno de nota que ele até mesmo possui companhia, um amigo (e aparentemente único nesse momento, com a débil e opaca presença de talvez outros no decorrer da noite). Nas entrelinhas, conseguimos ouvir o narrador nos sussurrar duas informações: a primeira é que não houveram celebrações de vitória por parte dos republicanos, não houveram festas ou mesmo comemorações, foi um evento vazio, opaco, acinzentado (conforme já constatado anteriormente, os próprios republicanos pertenciam também à classe dos excluídos); por outro lado também, o romance denuncia a parca existência de republicanos na capital do Brasil. Claro, essa informação não é exatamente um fato, mas sim uma opinião ou um ponto de vista, sendo proveniente da miopia do autor; em especial, no que tange ao triunfo da República, Machado tende a dar voz à sua miopia.

O segundo ponto de relevância é a confusão dos militares envolvidos. Já foi destacado que a confusão havia reinado sob os observadores, mas agora mesmo os

envolvidos no movimento em si (ou horas depois, como é o caso) saberiam o que se passava, por isso a relutância ou simplesmente negligência em lhes informar. Retornemos novamente às explicações de Carvalho, que afirma que “A grande maioria dos militares reunidos de ambos os lados na praça da Aclamação não sabia que se tratava de proclamar República” (2019b, p. 72). Nesse sentido, a descrição dos cadernos de Aires e a do narrador-autor é historicamente exata, sendo transferida para sua narrativa de modo elegante, porém beirando o cômico.

Por outro lado, ele também alfineta os monarquistas. Quando Paulo sai à procura de alguém para desferir o golpe da bengala, não encontra um grito ou manifestação a favor da monarquia. É claro que uma das implicações de um povo bestializado é justamente o caráter de não escolher lados para ser omissos, portanto, quando afirmamos que a população, em todos os aspectos estudados e analisados, não tomou um partido para o enaltecimento da república, também não o fez para a defesa da monarquia. É digno de nota que Paulo já afirmava anteriormente, no capítulo XLIV intitulado “O salmão”, que seriam necessários poucos homens para derrubar o regime monárquico:

Na verdade, Paulo ainda se declarou capaz de derribar a monarquia com dez homens, e Pedro de extirpar o germen republicano com um decreto. Mas o ex-ministro, sem mais decreto que uma caçarola, nem mais homens que o seu cozinheiro, envolveu os dois regimens no mesmo salmão delicioso. (*EJ*, 2012, p. 122)

A profecia de Paulo cumpriu-se naquela manhã no campo de Santana, porém, aqui ela pode ganhar um significado maior, pois com tão poucas pessoas é lúcido ver que Paulo não conseguia encontrar aqueles que fossem apoiadores do regime. De fato, nesse momento, a visão utópica de Paulo parece estar se concretizando, pois pouquíssimos são os apoiadores do regime de ontem e vasto e populoso é o regime atual. Porém, como já foi também constatado, a visão de Paulo não é exatamente a realidade do último dia do Segundo Reinado e do primeiro da República. A monarquia havia sim se tornado popular entre o terceiro nível da pirâmide, granjeando o seu favor e até mesmo um sentimento saudosista logo nos primeiros anos da República, então não podemos conceber que a população não tinha certo carinho pelo imperador e por tudo o que ele representava. Como afirma Schwarcz,

Na verdade, a popularidade da monarquia – de uma monarquia cada vez mais próxima da idealização, distante da feição institucional –

crescia sobretudo em meio ao povo em consequência, ainda, da abolição da escravidão. Na verdade, a abolição teria dado ensejo a grandes festejos populares que não só tomaram uma semana, durante o ano de 1888, como se repetiram no ano seguinte, cinco meses antes da proclamação da República. (SCHWARCZ, 1998, p. 448)

Deve ser destacado que “cinco meses” antes da Proclamação havia sentimentos de alegria que permeavam a capital oriundos das ações da monarquia, sentimentos esses que não iam se esfriar nos cinco meses seguintes. Portanto, por que não haveria defensores do regime? Pelo mesmo motivo que não havia defensores da república: era um povo bestializado. No romance a frase de Aristides Lobo pode ser convertida e amplificada. Lobo afirma que *o povo assistiu àquilo bestializado*, porém podemos ir um pouco mais fundo e afirmar que *o povo assistiu àquilo bestializado porque era bestializado*. Em *Esaú e Jacó* a bestialidade não é um estado, mas sim parte integradora da formação da identidade de muitos personagens, e, por extensão, de como o próprio narrador enxerga os espectadores e seus agentes. A população, em especial no terceiro nível, mas em todas as classes aplica-se a mesma ideia, é sempre voltada para os seus próprios assuntos, os seus próprios interesses, completamente alienada da política como sendo algo que não lhe é cabível, que não merecesse o seu tempo ou atenção.

Por isso Paulo não desfere a sua bengalada (ele nem mesmo portava uma bengala, mas julgou que na ausência de tal poderia usar as próprias mãos) em alguém que a aceite de peito aberto, porque ninguém em sã consciência aceitaria qualquer ato degradante em prol de algo que não lhe fosse importante. Novamente, o narrador expõe os dois lados dessa violência voluntária. Agora, podemos ver a reação dos próprios jovens republicanos, os vitoriosos, em contraste com a atitude exacerbada de Paulo:

Propôs cantarem a *Marselhesa*; os outros não quiseram ir tão longe, não por medo, senão de cansados. Paulo, que resistia mais que eles à fadiga, lembrou-lhes esperar a aurora.

- Vamos esperá-la do alto de um morro, ou da praia do Flamengo; teremos tempo de dormir amanhã.

- Eu não posso, disse um.

Os outros repetiram a recusa, e assentaram de ir para suas casas. Era perto de duas horas. Paulo acompanhou-os a todos, e só depois de ver o último recolhido foi sozinho para Botafogo. (EJ, 2012, p. 178, grifo do autor)

Nesse momento a Marselhesa, hino revolucionário francês de 1792, invocaria não somente a vitória da República, mas também o espírito revolucionário de todos ali

presentes. A canção, cantada como hino revolucionário, iria expor um sentimento que os que estavam ali não aceitariam demonstrar, afinal, se eles se agarrassem a uma ideologia, mesmo que vencedora, sua posição na volatilidade política estaria comprometida. Acima disso, na própria sociedade sua posição não seria mais sólida do que um punhado de poeira ao ar. Outro ponto que merece ser ressaltado é a falta de entusiasmo, igualmente bestificados, estavam os jovens republicanos que “comemoravam” a sua “vitória”. Note-se que eles vão embora, pois, como ficou implícito, precisavam dormir. Para aqueles jovens, a vida continuava, nada havia de ser efetivamente mudado. Relembremo-nos de que, próximo às duas da madrugada, a República já era um fato consumado, bem como era no jantar de Santos mais cedo, mesmo assim a vida ainda haveria de continuar para os jovens; ainda teriam que dormir para seus afazeres diários daqui a algumas horas, exatamente como faziam há uma semana, há um dia, provavelmente no mesmo dia.

Porém, é preciso afirmar que a Marselhesa foi realmente tocada, tanto no dia 15 como também no dia 16. Primeiro, no próprio Rio de Janeiro por volta das duas e meia da tarde do dia 15, quando “Rasgada a bandeira do Império, saíram em passeata, cantando a Marselhesa” (ALONSO, 2019, p. 169). Também havia de ser ouvida no dia 16, quando “empossaram-se novos governadores, com povo nas ruas e banda tocando A Marselhesa, em várias províncias e com poucos conflitos.” (ALONSO, 2019, p. 170). Ou seja, havia os republicanos à moda de Paulo, entusiasmados, que cantavam e festejavam (mesmo que parcamente) o regime. Porém, o narrador não parte desse ponto de vista, pois os republicanos entusiastas são diminutos, quase sem relevância, enquanto os bestializados à moda de Custódio compõem a grande maioria da situação.

Ao ficar sozinho, Paulo decidiu voltar para a casa, acolhido por sua mãe, que estava preocupada com ele. Natividade pede silêncio da parte de Paulo, porém, destituído de sua modéstia, decide recitar um pequeno trecho de vitória silenciosa para o irmão. Ao ouvi-lo, Pedro tende a recitar “*entendez-vous dans vos campagnes...*” como uma forma de retrucar as afirmações de vitória, porém, ele mesmo desiste de fazer. A frase não aparenta ser aleatória. Sobre ela, Passos (2008) discorre, extraindo a ideia de posicionamento e de quem realmente são os inimigos que se digladiam nessa situação:

Voltemos à *Marselhesa*: as significações divergentes do mesmo verso (“*Entendez-vous dans vos campagnes*”) mostram que o estrangeiro em relação aos franceses (os exércitos europeus) se torna nacional em relação aos brasileiros, embora expresso em francês. Na *Marselhesa*, o inimigo está fora do país, não se caracteriza pela

fraternidade pátria. Em *EJ*, o inimigo está dentro de casa, no próprio país, representado pelo irmão. (PASSOS, 2008, p. 84, grifo do autor)

A explicação é interessante e abre toda uma nova ramificação de interpretação que corrobora com uma das mensagens principais do livro: o Brasil era e há de ser uma oligarquia. Para além do conflito entre a república e a monarquia, exposto por Passos, verifica-se também outra questão. Afinal, como já foi exemplificado acima, a relação entre monarquistas e republicanos, em especial no novo governo, não era hostil; talvez entrasse em atrito em momentos ímpares, portanto, em momentos que excedem à regra. Mas, a concepção de que o inimigo não está fora do país e sim ao lado é interessante. Portanto, no romance, o inimigo realmente não é o estrangeiro, muito pelo contrário, é o que está em solo nacional. É mostrado que todos aqueles que compactuam com tais ideias estão tornando mais hegemônico um poder que poderia destruí-los e também a qualquer esperança de uma futura possível melhora. A monarquia estava de fato fadada ao fracasso, porém a vitória de um irmão contra o outro, de Paulo para com Pedro, era oca, sem significado, afinal, o inimigo continuava acampado ao lado; pior que isso, começava a marchar furiosa e descontroladamente contra o país, sem ninguém, como o imperador, para protegê-lo.

Voltando-nos a Paulo, podemos notar que logo no momento em que se deita, um sentimento titubeante toma conta de sua mente. Afinal, seu entusiasmo havia passado e justamente quando o êxtase fez-se ausente, a bestialização tomou conta de seus pensamentos. Paulo havia comemorado a vitória de forma modesta no jantar, de forma dramática e revolucionária após ele (na verdade houve apenas uma tentativa que fracassou por falta de apoio) e de forma provocativa em casa com seu irmão. Após todas essas comemorações, lhe ocorreu o mesmo que ocorreu a todos os outros personagens naquela manhã: “afinal, o que aconteceu?”. Esse mesmo questionamento iria envenenar a mente do jovem. Paulo entendia que a República estava de fato consumada, que a vitória era de fato sua e do regime, porém, o que ele não conseguia entender era *como*. Podemos notar seus devaneios na passagem que se segue:

- Como diabos é que eles fizeram isso, sem que ninguém desse pela coisa? Refletia Paulo. Podia ter sido mais turbulento. Conspiração houve, decerto, mas uma barricada não faria mal. Seja como for, venceu-se a campanha. O que é preciso é não deixar esfriar o ferro, batê-lo sempre, e renová-lo. Deodoro é uma bela figura. Dizem que a entrada do marechal no quartel, e a saída, puxando os batalhões, foram

esplêndidas. Talvez fáceis demais; é que o regímen estava podre e caiu por si... (EJ, 2012, p. 180)

Até mesmo Paulo, o mais entusiasmado dos republicanos, notou que tudo ocorrera de modo muito tranquilo, “fácil”. Em seu êxtase, essa facilidade não fazia diferença, porém, ao analisá-lo friamente, era preciso reconhecer que mesmo para o mais utópico dos republicanos, tudo se dera de um modo particularmente “fácil”. Note-se que ele afirma que “Deodoro é uma bela figura”; bela, sim; ideal? Não. Como já comentado, Deodoro não possuía o espírito revolucionário que Paulo cria ser imprescindível; tão pouco as circunstâncias foram épicas, dignas de canções e da criação de heróis. Na verdade, Paulo nem mesmo conseguiria mencionar um herói, pois não houve atos de heroísmo, não havia barricadas ou batalhas em nome da liberdade, igualdade ou fraternidade. Tudo era bruxuleante e opaco, vazio de algum significado para literalmente todas as classes envolvidas e Paulo começava a se dar conta disso. Para Paulo o novo regime nasce vencedor, mas seu espaço não é conquistado por mérito e sim por substituição de um anterior, o monárquico, que já se encontrava podre e tal como o fruto veio a cair em tempo, naquela manhã, da árvore. Talvez seja por esse mesmo conhecimento que surge a necessidade de a república ser reafirmada, pois entende que a sua fragilidade não poderia durar ao teste do tempo e de esforços inimigos. Porém, o que foge à compreensão de Paulo, seja por idealismo, seja por inocência, é o alicerce em que a nova república era lançada. Paulo esquecia quem eram realmente os “donos do poder”, portanto julgava que o governo instaurado se valia unicamente de si mesmo, quando, na verdade, era algo divergente de sua interpretação. Paulo desconhecia a real natureza da república que nascia naquele dia 15.

A reação de seu irmão é igualmente utópica, pois, se Paulo adormece pensando nos novos dias republicanos à frente, Pedro adormece maquinando estratégias para a retomada do poder. Sobre esse ponto, consultemos seus pensamentos:

- Um crime e um disparate, além de ingratidão; o imperador devia ter pegado os principais cabeças e mandá-los executar. Infelizmente, as tropas iam com eles. Mas nem tudo acabou. Isto é fogo de palha; daqui a pouco está apagado, e o que antes era torna a ser. Eu acharei duzentos rapazes bons e prontos, e desfaremos esta caranguejola. A aparência é que dá um ar de solidez, mas isto é nada. Hão de ver que o imperador não sai daqui, e, ainda que não queira, há de governar; ou governará a filha, e, na falta dela, o neto. Também ele ficou menino e governou. Amanhã é tempo; por ora tudo são flores. Há ainda um punhado de homens... (EJ, 2012, p. 180)

Pedro aparentemente também possuía a mesma percepção de Paulo: a República nascia frágil. Porém, o que era uma oportunidade de crescimento para um era a oportunidade para extirpar o espírito enquanto ele ainda não vigorasse. Note-se que Pedro, monarquista como tal, não enxerga o império como fraco, somente vê a fragilidade em seu oponente. Embora o imperador já estivesse em uma posição frágil de idade avançada e se tornando cômico nas representações dos principais jornais republicanos (lembremo-nos de “Pedro Banana¹⁵”), o monarquista ainda sonhava que haveria um Terceiro Reinado, seja por Isabel ou pelo neto de Pedro. Seu entusiasmo e convicção somente refletem o que é o governo monárquico no final do século XIX: mais utópico do que propriamente real. Ainda havia simpatizantes do regime, tal como abordaremos no capítulo seguinte, porém não o suficiente para que o “amanhã” pedido por Pedro viesse a se cumprir de alguma forma.

Ao final de tudo, notamos que as profecias dos jovens no capítulo XLIV, em que Paulo crê que dez homens seriam capazes de derrubar a monarquia e que Pedro afirmava que com um decreto acabaria com o republicanismo estavam, de vários modos, erradas. Foram poucos homens que derrubaram sim a monarquia, porém somente o fizeram, pois, a resistência que encontraram foi parca, senão inexistente; um decreto, ou uma política voltada para a eliminação do pensamento republicano no Brasil também não era possível ou lúcido, especialmente tendo em vista que a União contava com movimentos de teor republicano sob o sistema monárquico. É perceptível que as aspirações de Paulo se encontram em um grau mais próximo da realidade do que as de seu irmão, porém, o porquê disso há de ser analisado à frente.

Notamos nos gêmeos outra característica ímpar: embora representem as alegorias nacionais, eles nunca estão presentes efetivamente nos eventos mais dramáticos. Aires estava perto do campo de Santana, porém não acompanhou o desenrolar dos acontecimentos; Custódio e Santos ouviram boatos e conversas; o mesmo ocorre com os gêmeos. É possível. Como já foi definido, a sociedade machadiana é feita de aparências, tendência essa que se estende até no âmbito político. Porém, podemos ir um pouco mais fundo nessa teoria e afirmar que a distância do objeto reflete uma ambiguidade de

¹⁵ O apelido “Pedro Banana” caracterizou a figura do monarca nos jornais de circulação nacional na década de 1880, sobretudo por dois motivos: D. Pedro II era visto como uma marionete, com pouca ou nenhuma firmeza em suas decisões, controlada por políticos que regiam a União de forma implícita; também se deve ao fato de constantemente dormir nas reuniões e assembleias, possivelmente devido à diabetes que já possuía nesse período.

bestialização na qual aqueles que têm relevância estão longe da camada comum e a camada comum longe da relevância; nesse sentido não é que as pessoas seriam somente excluídas, mas transmite a ideia de que os eventos políticos são autônomos, ocorrem independentemente da vontade dos personagens (no caso, da população). De acordo com Passos,

A relação assimétrica, do ponto de vista da importância política dos elementos geográficos, não deixa de apontar para um sorriso de ironia do narrador. Pedro e Paulo, por sua vez, jamais chegam a ter importância no desenrolar dos acontecimentos que culminam com a República, sendo meros espectadores a contemplar, de longe, a glória dos grandes agentes políticos. (PASSOS, 2008, p. 83)

Ou seja, podemos concluir que a alegoria maior apresentada pelo narrador-autor envolvendo a Proclamação da República no dia 15 de novembro em *Esau e Jacó* é simplificada pela seguinte lição: aqueles que comandam a política nacional brasileira, a camada oligárquica, seja antiga ou nova, o fazem e vão fazê-lo independente da vontade popular, seja suplantando ideias, se apropriando de ideologias. Segundo a sua própria vontade farão de tudo para que o sistema político funcione a seu favor, para que as camadas abaixo permaneçam sempre abaixo, para que os que estão acima permaneçam sempre acima.

Lição triste. Lição atemporal.

Abaixo, segue uma tabela demonstrando os eventos do dia 15 hora a hora, dentro dos limites que é possível estabelecer na escrita machadiana, segundo as ações dos personagens do romance.

Cronologia de eventos do dia 15 de novembro

Proclamação da República		Ações dos personagens em <i>Esau e Jacó</i>	
03:00	Floriano telegrafia mensagens a respeito do movimento que iria acontecer horas depois.	(Horário indefinido)	Provavelmente a festa em que Pedro e Paulo estavam chega ao fim e o conselheiro Aires, sem conseguir dormir, começa a ler Cervantes.

05:00	Batalhões são organizados no campo de Santana.	05:45	Aires acorda e já se coloca de pé, pronto para o novo dia.
08:00	O governo se desloca para o quartel e há uma tentativa de tiro (falha) contra Deodoro; Floriano estabelece negociações.	07:30	Aires começa o seu passeio público.
09:00	Jornais começam a preparar as manchetes anunciando a República; ministros são feitos de reféns.	(Horário indefinido)	Aires sai do passeio público e vai até o largo da Carioca, na rua do Ouvidor e logo após se dá o passeio com o cocheiro.
10:00	D. Pedro II recebe as primeiras notícias do que ocorre na capital; em paralelo, os ministros aceitam as condições propostas.	(Horário indefinido)	O conselheiro ouve os boatos sobre os ministros feridos e lê Xenofonte.
10:45	Está proclamada a República.	(Horário indefinido)	Aires conclui seu almoço e recebe o confeitoiro Custódio em sua casa.
14:00	D. Pedro II chega à capital.	14:00	Santos chega à casa do conselheiro Aires.

5 DAMA PARA F7

O nosso 15 de novembro não foi tão dramático ou emancipatório quanto outros movimentos republicanos; na verdade, pouco ou nada em comum tivemos com outros acontecimentos semelhantes, seja em nossos vizinhos latinos ou em outras partes do globo. A mudança, segundo o próprio romance, realizara-se na aparência pessoal. Por toda a narrativa podemos testemunhar nossos protagonistas, Pedro e Paulo, inflados por um genuíno espírito político. Cada qual defende sua forma de governo fervorosamente, mas suas paixões são expressas de vários modos, por vezes até de forma exacerbada. Também Natividade aproveitou-se de todos os instrumentos possíveis para manter ou aumentar sua influência na sociedade através do marido, Santos. Podemos dizer que os personagens machadianos, mesmo passivos em sua esfera de atuação, carregam fortes convicções. Porém, no dia seguinte à Proclamação, reina um estado de espírito crassamente abatido.

Podemos notar que a ausência de convicção dos personagens é um reflexo direto da realidade descrita pelo romancista. Quando enuncia os anseios do jovem monarquista, o narrador descreve que “Pedro tinha uma vaga ideia de restauração, e contava ler nas folhas um decreto imperial de anistia. Nem traição nem decreto. A esperança e o receio fugiam desse mundo” (*EJ*, 2012, p. 181). Uma leitura superficial poderia indicar que esses sentimentos de derrota se aplicavam novamente aos monarquistas, afinal, a “vitória” havia sido republicana. Porém, como já mostramos no capítulo anterior, mesmo Paulo não se sentia plenamente realizado diante de todos os eventos. A esperança e os receios monárquicos haviam acabado, mas logo os ideais republicanos também haveriam de acabar.

Sentimento igual acontece no primeiro baile da República, no qual estavam presentes Flora, D. Cláudia e Paulo. O clima é desconcertante, pois “poetas de um e outro régimen tiraram a imagem do fato para cantarem a alegria e melancolia do mundo. A diferença é que a segunda abafava os seus suspiros, enquanto a primeira levava longe os seus tripúdios (...) as flores é que continuavam a nascer e morrer, igual e regularmente” (*EJ*, 2012, p. 183). Paira um misto de melancolia com alienação voluntária generalizada, na qual os presentes procuram abafar suas convicções, alegrias ou pesares em virtude de momentos de descontração guiados pelos poetas e pelas danças. Porém, como descrito lucidamente nos cadernos de Aires, as flores continuavam iguais. Podemos notar que,

“para a grande maioria dos fluminenses, o poder permanecia fora do alcance, do controle e mesmo da compreensão” (CARVALHO, 2019a, p. 152).

Em certo sentido, *Esau e Jacó* é um conjunto de alegorias que trazem consigo uma moral, se é que podemos atribuir tal nome: a ideia de que a realidade destrói todas as paixões e aspirações, sejam elas quais forem.

5.1 – Sobre Flora

Até o momento nossa análise prestou pouca ou nenhuma atenção em Flora. Se comparada a outras personagens machadianas, como Capitu, Sofia ou Helena, ela não tem carisma. É claro que ela representa uma função dramática, a mesma de Helena, de ser o objeto de desejo e disputa de dois personagens. Porém, ao invés de esse papel catapultá-la como fez com Helena, a reduziu; Flora também não inspira grandes paixões românticas em seus pretendentes, como fez Capitu com Bento Santiago; tão pouco possui a astúcia e a humanidade de Sofia. Em suma, Flora é única. Todos os personagens machadianos o são, é bem verdade, mesmo que sigam os moldes descritos no capítulo 1 ainda assim possuem certa singularidade.

Na maior parte do romance Flora foi opaca, não dotada de grandes atos, mesmo que o palco lhe posse possível, mas é após o 15 de novembro que ela obtém certos momentos de luz dos holofotes que nos permitem análises e interpretações interessantes sobre a sua função narrativa; em especial no momento da sua morte.

Sua opacidade faz sentido se partirmos do pressuposto narrativo de conflito, onde ela seria matriz para ele, mas mesmo entre momentos de conflito, encontramos camadas de mediação, como, por exemplo, na sua morte.

Utilizando-se de Flora somente como elemento narrativo que alimentaria as paixões e não somente as convicções ideológicas dos personagens. Sua opacidade, nesse sentido, seria proposital, o que geraria certa forma de “luz” perante outros personagens ou mesmo diante do cenário nacional que se desenrola por todo o romance. Porém, mesmo esse narrador oculto parece abandonar esse comportamento que adotou durante toda a narração e muda a forma como trabalha a figura de Flora.

Para tanto, antes de chegar ao seu último momento, analisemos o comportamento singular de Flora desde o dia após a Proclamação até seu derradeiro fim. Primeiro, daremos a devida atenção a como a personagem reage a todos os acontecimentos no dia posterior à Proclamação da República:

Enquanto eles sonhavam com Flora, esta não sonhou com a república (...) Flora não estava avessa à piedade, nem à esperança, como sabeis; mas não ia com a imaginação dos pais, e meteu-se com o seu piano e as músicas. Escolheu não sei que sonata. Tanto bastou para lhe tirar o presente (*EJ*, 2012, p. 181).

Muito embora Flora estivesse tão à margem dos acontecimentos, bem como Pedro e Paulo, pouco ou nada lhe interessavam. Aires também estava à margem, mas perseguiu os acontecimentos, à sua maneira, com vívido interesse; os pais da jovem moça também seguem a mesma regra, fazendo cochichos e especulações sobre o Governo Provisório, em suma, procurando, pelos cantos, definir o que é a nova situação e como agir diante das poucas informações que possuem; Flora não, prefere se recolher ao piano.

Um detalhe importante nos é a apresentado na narrativa. Segundo Wisnik (2003) o piano ao qual Flora se dedica não é ocasional, afinal, como o crítico afirma, a narrativa machadiana está repleta de momentos de triângulos amorosos (aqui, como estamos demonstrando até então, existe o triângulo Pedro-Flora-Paulo); nesses momentos, cabe às personagens o poder de escolha, o qual quase sempre está repleto de pesadas consequências. Nesses momentos, é comum que o recurso narrativo empregado seja o da música. Wisnik argumenta que nesses momentos “a música parece marcar, assim, um lugar privilegiado e problemático que é, ao mesmo tempo, o da realização (imaginária) do desejo e de sua cisão real” (2011, p. 24).

Nesse sentido, a música, ou, no caso de Flora, o piano, seria o lugar contemplativo no qual a personagem se encontra quando está entre duas escolhas amorosas e não consegue atender ou escolher a nenhuma. A alegoria pode se estender ao campo amoroso da personagem, mas também pode conter relações com a escolha de regimes, estando em um estado de indecisão com respeito aos rumos políticos tomados. São várias as interpretações, mas o que nos importa no romance é argumentar que muito da morte de Flora se deve ao fato de sua incapacidade de decidir, desse modo o piano seria o último estágio da escolha, o ponto em que Flora deveria atingir e deliberadamente posterga. Poderíamos argumentar que a impotência de Flora em tomar uma atitude advém da sua própria opacidade, selando assim seu próprio destino, ou seja, a opacidade traz a indecisão que gera sua própria morte.

Outro argumento interessante apresentado por Wisnik seria o piano como um instrumento aristocrático e moderno, um símbolo europeu em terras nacionais, fazendo com que o seu uso ou a sua capacidade de apreciação distinguisse seus personagens de

uma camada ordinária da população. Ou seja, para aqueles que buscam a ascensão, o piano seria um dos “ícones dos novos tempos” (LIMA, 2011, p. 41). Nesse sentido, ao tocá-lo o narrador-autor observa que Flora ainda goza de seu *status* privilegiado, pertencente a uma camada acima daquela bestializada do dia 15 de novembro.

Os próximos meses seguiram a regra de letargia, onde sua relação com os gêmeos pouco ou nada muda, continuando próxima em suas cartas, mas distante do afeto romântico de ambos. Em paralelo, Machado nos conduz para o ano de 1891, mais especificamente 3 de novembro. A data seria especial, pois foi nesse momento que Deodoro, então presidente, iria dissolver o congresso, o que iria resultar em uma verdadeira guerra civil em vários estados e resultar na ascensão de Floriano Peixoto ao poder. É digno de nota que a primeira constituição da República havia sido elaborada pouco antes, no mesmo ano, em 24 de fevereiro, constituição que fez com que a República proclamada em 1889 tornasse “uma forma de governo conservadora, excludente e sem nenhuma sensibilidade para a questão social” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 19). A República começava com suas contradições para a camada baixa da pirâmide machadiana; o que não impedia que a camada acima continuasse lutando por seus privilégios e condições. Nesse contexto inserem-se os pais de Flora.

Batista, pai de Flora, pensa em escrever um manifesto, afinal, como ele mesmo pressupõe com a ajuda de D. Cláudia, “o golpe de Estado poderia ser um benefício” (EJ, 2012, p. 187). Novamente, é digno de nota que enquanto os personagens no romance *Esaú e Jacó* continuam na busca desenfreada guiada pela ganância, Flora permanece à margem, letárgica. Com o passar de vinte dias e a ascensão de Floriano, os planos do casal são vertiginosamente frustrados, causando evidente desolação, exceto em Flora, novamente excluída, que permanece alegrando, chegando ao ponto de parecer contente com a desolação do pai. É aí que a verdadeira essência de Flora começa a se tornar manifesta. Até o momento ela teve a função de ser um elemento de conflito entre os gêmeos, mesmo com oportunidades lhe sendo dadas para ser mais profunda. Porém, diante de todos os acontecimentos dramáticos dos poucos dias, ela explica sua satisfação ao dizer que

Alegro-me de ver que acabou esta canseira. Papai pode muito bem fazer política no Rio de Janeiro, onde é apreciado. A senhora verá. Eu, se fosse papai, apenas desembarcasse, ia logo ao marechal explicar tudo, mostrar as instruções e dizer o que tinha feito (EJ, 2012, p. 189).

A fala pode refletir muito sobre as concepções políticas da então menina letárgica. Primeiro, podemos atestar que ela compreende a política como uma carreira que se adapta e sobrevive aos novos moldes, podendo ser feita por pessoas volúveis em situações mutáveis. Desse modo, seu pai, Batista, que antes havia se beneficiado (não tanto quanto poderia, afinal seu sucesso foi moderado) do modelo monarquista, poderia fazê-lo ainda de forma mais ampla na República, independentemente das suas convicções pessoais. Tanto o é que Gledson (2003), ao refletir sobre a personalidade de Batista, afirma que “ele é, por natureza, um homem moderado, até mesmo hesitante, e deve sua relativa falta de sucesso político (e, inversamente, sua facilidade em se transferir para o partido adversário, e finalmente para o novo regime) a essa qualidade” (GLEDSON, 2003, p. 222).

Em segundo, se aceitarmos que os personagens dentro da narrativa dos cadernos do conselheiro possuem momentos que podem ser interpretados como alegorias (imperfeitas), podemos estender a mesma alegoria para Flora, talvez como uma ideia de conciliação nacional. Não que ela não se ressentisse pelo conflito causado pelos gêmeos, afinal, a sua própria existência era a matriz de muitos desses conflitos; porém, aqui, seu interesse é em conciliação e paz, ou seja, a mediação. Podemos ver uma aspiração nacional quase idealista refletida nos desejos de Flora, a simples ideia de que mesmo tendo consciência de que a quadrilha dançada não iria mudar, ainda assim era possível atingir certa medida de tranquilidade a nível nacional. Flora não se importa com o oportunismo político alheio (nesse caso, familiar), mas suas aspirações são dirigidas para uma vaga ideia de que mesmo apesar de tais tramoias, seja concedida à população alguma medida de segurança e estabilidade. Podemos afirmar também, nesse sentido, que Flora representa todos os desiludidos com a política que somente queriam uma vida pacata, tranquila. Estabilidade essa sendo refletida quando ela sonha que tanto Pedro como Paulo são a mesma pessoa. Afinal, aos olhos da moça, a “imaginação fez dos dois moços uma única pessoa” (EJ, 2012, p. 202). Num primeiro momento, a afirmação poderia simplesmente representar o desejo romântico de uma jovem indecisa que, incapaz de decidir, abdica da pluralidade para uma única resposta conciliatória. Sendo Pedro a representação das aspirações idealizadas do regime monárquico e Paulo o mesmo para o regime republicano, a indecisão de Flora poderia muito bem estabelecer paralelos com a incapacidade de a população decidir por si só entre ambos. Todavia, com o advento do 15 de novembro, Flora já não pensa em decidir entre um e outro, mas sim em unir a ambos

em prol de uma suposta paz e segurança nacional, e novamente, vemos aqui a mediação que segue o ciclo repetitivo de conflito. O mesmo desejo a revisita quando afirma que

Uma ou outra vez, na cama, antes de dormir, repetia-se o fenômeno, depois de muita resistência da parte dela, que não queria perder o sono. Mas o sono vinha, e o sonho completava a vigília. Flora passeava então pelo braço do mesmo garção amado, Paulo se não Pedro, e ambos iam admirar estrelas e montanhas, ou então o mar, que suspirava ou tempestuava, e as flores e as ruínas. Não era raro ficarem os dois a sós, diante de uma nesga de céu, claro de luar, ou todo repregado de estrelas como um pano azul-escuro. (EJ, 2012, p. 204).

Note-se que aqui ela compartilha da graça e da companhia de ambos em um ambiente pacífico, sob as ruínas do velho sistema. Entende-se portanto que a ideia de mudar o sistema já estava totalmente fora do alcance nacional, não que aparentemente isso fosse do seu interesse, até porque era algo improvável devido a sua posição (como era o caso do confeitiro Custódio), mas prevalecia a aspiração de uma calma generalizada que propiciasse uma vida longa, sem os enfadonhos reveses de uma revolução. Também no capítulo LXXXI, quando é pedido a Flora que recite um verso, ela cita *Fausto* de Goethe, mais especificamente o verso “ai, duas almas no meu seio moram”. Assim, sugerindo a ideia de fusão das duas concepções políticas que ambos os gêmeos representavam; se não fusão, algo próximo de uma comunhão de almas em busca de uma amálgama política. Ainda adiante, no capítulo LXXXIII a mesma ideia é repetida, porém, de maneira explícita, quando compartilha em sonho a companhia de ambos:

Flora, não tendo visto sair nenhum dos gêmeos, mal podia crer que formassem agora uma só pessoa, mas acabou crendo, mormente depois que esta única pessoa solitária parecia completá-la interiormente, melhor que nenhuma das outras em separado. Era muito fazer e desfazer, mudar e transmutar. Pensou enganar-se, mas não; era uma só pessoa, feita das duas e de si mesma, que sentia bater nela o coração. Estava tão cansada de emoções que tentou erguer-se e ir fora, mas não pôde; as pernas pareciam de chumbo e coladas ao solo. (EJ, 2012, p. 211).

Note-se que quando Gledson (2003) escreve sobre Flora, conforme o citamos ao longo dos capítulos anteriores, é sempre destacada sua incapacidade de decisão. Incapacidade essa que a leva à morte. Porém, pouco ou nada se deu atenção ao fato de sua forte vontade de unir as duas decisões em uma única, evitando o ato de escolha. Ou seja, torna-se cada vez mais evidente que após a Proclamação da República Flora adquire

uma profundidade narrativa e alegórica maior, próxima àquela de Pedro, Paulo, Custódio e Aires por todo o romance. Nesse sentido, embora o 15 de novembro não seja, segundo a linha de pensamento do narrador-autor mostrada no livro, um divisor de águas nacional, ele o é na narrativa, com personagens sendo redefinidos e adquirindo novos “papéis” após o fato. De acordo com a própria personagem, como era impossível unir fisicamente os dois regimes, o que também não traria certa medida de segurança nacional almejada por ela, então que um (republicano) adotasse enxertos do outro (monárquico).

É fato que a população tinha um crescente apelo pelo anterior regime, pois “o culto por D. Pedro II fizera do Pedro Banana das caricaturas antimonárquicas dos dias mais intensos da propaganda republicana quase uma figura de santo nacional: santo que o Brasil inteiro sentia cada vez mais seu” (FREYRE, 2016a, p. 962). Embora não se possa duvidar da veracidade do apelo por Pedro II e por tudo o que ele representava, restaurar a monarquia não era uma opção. Portanto, que o seu sentimento, se trouxesse paz à população, existisse e germinasse dentro da República. Com base no que nos é descrito da personagem e em suas alegorias imperfeitas, é cabível afirmar que esse sentimento saudosista é a representação que Flora adquire nesse momento. Crestani (2014) afirma que “escravidão e liberdade, monarquia e república seriam, na visão machadiana, apenas diferentes formas de dominação e de exercício político de um mesmo regime oligárquico” (CRESTANI, 2014, p. 115). Esse princípio encontra certas falhas quando aplicado à obra machadiana em sua totalidade, porém, se estreitarmos nosso objeto de análise narrativo somente a Flora veremos que ela se molda especificamente aos parâmetros. Afinal, pouco ou nada lhe importavam um regime ou outro, simplesmente porque ambos partilhavam na prática das mesmas formas de dominação e de manutenção de determinadas classes sociais. Assim, Flora busca a tranquilidade encontrada debaixo da tempestade.

Essa tendência à manutenção da ordem vigente também fica implícita em outro momento do romance, novamente pós 15 de novembro, com os pais de Flora; o episódio acontece no capítulo LXXVIII, intitulado “Visita ao marechal”. Note-se que tanto D. Cláudia como Batista estão animados com o encontro, prevendo que esse seria o momento em que sua ascensão ao topo começaria. Porém, mesmo que Batista tenha se mostrado animado com o encontro e com a forma com a qual expôs suas ideias, sua esposa suspeitava de que algo não havia ido tão bem quanto o cônjuge presumia. Segundo Gledson,

Ele e dona Cláudia também julgam mal a reviravolta dos acontecimentos, em novembro de 1891. Quando Deodoro dissolve o Congresso e emenda à Constituição, ele quer (o que é bastante irônico para um convertido tão recente) emitir um documento na tradição dos “manifestos liberais” (...) e o encontro com Floriano nada comunicativo, quase sinistro, escrutado pelo dois com a maior atenção, em busca de qualquer sinal de uma reação clara, favorável ou desfavorável, revela uma desorientação semelhante à de Camacho, e mais definitiva (GLEDSON, 2003, p. 223).

O objetivo do casal é a ascensão social através dos gracejos políticos e de uma aparência de apoio quase religioso simplesmente para ocultar a oportunidade de ganhar algo com o novo regime. Porém, a negativa por conta de Deodoro pressupõe a manutenção da antiga ordem vigente. Batista e Cláudia não entendiam o que Flora há muito já sabia: as coisas não iriam mudar, a ascensão não era possível para pessoas como eles, se muito seria possível que permanecessem no seu *status quo* atual. O que também não foi alcançável para o casal. A função antes exercida por Natividade, de representar a camarilha que se aproveita de qualquer oportunidade para ascender socialmente, agora é exercida por outro casal; nada mais justo de se conceber em um romance cujos significados, interpretações e profundidade são voláteis, exceto a mensagem, que continua sendo a mesma, a de que “as ideias republicanas e monarquistas passam a ser ardis ou máscaras descartáveis para provar diferenças que não existem” (BETELLA, 2007, p. 109). Ou seja, sempre existirão aqueles que estarão acima, a oligarquia dominante, enquanto aos outros restam simplesmente as migalhas. Afinal, não conseguiriam nenhum apoio em Deodoro, não em 1891, pois esse seria o ano de sua renúncia. A República não começava bem e seus primeiros passos eram débeis. As ações do marechal Deodoro não conseguiram construir um espírito nacional genuinamente republicano e ele encontrava opositores dentro e fora das forças armadas. Schwarcz explica que

Em 1891, menos de dois anos depois de proclamada a República, eclodiu o primeiro movimento contra a presidência do marechal Deodoro: era a Revolta da Armada. O estopim para o levante foi um ato do governo, que, em flagrante violação da Constituição desse mesmo ano, ordenou o fechamento de Congresso. A medida de exceção fora motivada pela atitude da oposição, a qual não dava trégua e expunha ruidosamente seu descontentamento com a crise econômica do período, marcado por alta especulação, fraudes e uma inflação galopante. Para fazer frente ao abuso de poder, boa parte da frota fundeada na baía de Guanabara, sob o comando de almirante Custódio de Melo, sublevou-se: a Armada – como a Marinha era chamada na

época – ameaçava bombardear a cidade do Rio de Janeiro se o Congresso não fosse reaberto. Com medo de ter de encarar a provável derrota ou uma guerra civil, no dia 23 de novembro Deodoro renunciou (SCHWARCZ, 2017, p. 102).

Deodoro abandonava o cenário nacional e com ele as esperanças de ascensão de Batista e Cláudia. Batista perde sua relação com o novo mundo e aqueles que se apoiavam em moldes antigos estavam para perecer. Embora o novo regime tenha fortalecido e consolidado uma elite cafeeira e aqueles que pertenciam às oligarquias que dirigiam a ordem nacional, ele perpetuava a antiga ordem vigente que pregava que o ponto mais alto da pirâmide social fosse inalcançável. Tanto é que Batista “vem a perder seu emprego semanas mais tarde, quando Floriano assume o poder” (GLEDSON, 2006, p. 212), o que só torna mais concreta sua decadência e impossibilidade de ascensão. Em paralelo com essa classe em ascensão, mesmo que ainda suplantada pelas oligarquias nacionais, mas que também era burguesa e que ganhava dinheiro através de especulação, pois “por dois anos, o novo regime pareceu uma autêntica república de banqueiros, onde a lei era enriquecer a todo custo com dinheiro de especulação” (CARVALHO, 2019a, p. 20). Os anos mencionados por Murilo de Carvalho referem-se justamente ao período de 1890 a 1891, quando se dá o encontro de Batista com o marechal; como ele não pertence a nenhuma dessas classes sociais, parte da oligarquia cafeeira ou especulativa, portanto sem capital relevante, sua ascensão e permanência na sociedade é negada no governo republicano.

Por último, devemos dar especial atenção ao momento derradeiro de Flora. A morte vem a Flora não de forma rápida, inesperada, mas sim lentamente, se desenrolando, exatamente como o declínio monárquico que levou tempo até atingir o seu ponto de ruptura, conforme notamos no capítulo CVI que afirma que o seu falecimento “não foi logo, logo, gastou longas horas e alguns dias” (EJ, 2012, p. 252). A associação com a figura de D. Pedro II e, por consequência, com a monarquia, é feita pelo próprio narrador-autor, ao explicar que

Conheci um homem que adoeceu velho, se não de velho, e despendeu no rompimento final um tempo quase infinito. Já pedia a morte, mas quando via o rosto descarnado da derradeira amiga espiar na porta entreaberta, voltava para outro lado e engrolava uma cantiga de infância, para enganá-la e viver (EJ, 2012, p. 252).

É evidente que esse narrador faz referências ao antigo monarca, o qual, no Brasil e em exílio, enganou a morte algumas vezes. Barman (2012), ao narrar a morte de Pedro d'Alcântara, estabelece um quadro similar ao de Flora, com principal destaque para uma forte febre ocasionada por pneumonia. É descrito que ele não “sofrera nenhuma dor e oferecera nenhuma resistência” (BARMAN, 2012, p. 556). Mesmo que o imperador tivesse chegado somente à idade de 66 anos, tendo em vista sua diabetes e outros problemas de saúde, além de sua evidente aparência de idoso, faz sentido que o trecho do romance seja uma referência a ele. Novamente a construção narrativa de Flora entrelaça-se com o panorama histórico, como é o caso do evento de 12 de abril de 1892, que “coincide” com a sua morte.

Na última noite de Flora, Aires traz a notícia de agitações, descritas de forma parca e ambígua, as quais alguns creem serem “manifestações ao marechal Deodoro, outras de conspiração contra o marechal Floriano” (EJ, 2012, p. 253). Essa era a noite em que Floriano estava impondo o seu estado de sítio, no qual suspendia os direitos constitucionais por um período de 72 horas. O objetivo da política de Floriano era eliminar ou ao menos diminuir a oposição com a qual ele já lidava há muito. A medida funcionou de forma prática para o marechal, que prendeu vários inimigos (que seriam anistiados em 8 de junho do mesmo ano), mas suas medidas efetivas calcaram a sua alcunha: Marechal de Ferro. Uma das características do governo de Peixoto seria a exclusão, pois “foram expulsos 76 estrangeiros. Destes, 36 por crimes políticos, dezenove expressamente sob acusação de anarquismo” (CARVALHO, 2019a, p. 23). É provável que o narrador-autor estivesse se referindo a prisões que levariam a deportações, pois mesmo que não mencione um movimento político ou corrente de pensamento, sabemos que a obra sempre deixa implícita a impotência da população ordinária diante das ações governamentais, e justamente nesse momento tamanha foi a confusão criada que o romance nos narra que “viram nomes de pessoas presas, um decreto, movimento de gente e de tropas, tão confuso tudo” (EJ, 2012, p. 253).

Nesse contexto, pela manhã, é que a morte chega a Flora. O capítulo CVII é breve, mas de considerações essenciais. Merece ser reproduzido na íntegra:

Não há novidade nos enterros. Aquele teve a circunstância de percorrer as ruas em estado de sítio. Bem pensado, a morte não é outra coisa mais que uma cessação da liberdade de viver, cessação perpétua, ao passo que o decreto daquele dia valeu só por 72 horas. Ao cabo de 72 horas, todas as liberdades seriam restauradas, menos a de reviver. Quem morreu, morreu. Era o caso de Flora; mas que crime teria

cometido aquela moça, além do de viver, e porventura o de amar, não se sabe a quem, mas amar? Perdoai estas perguntas obscuras, que se não ajustam, antes se contrariam. A razão é que não recordo este óbito sem pena, e ainda trago o enterro à vista... (EJ, 2012, p. 255)

Afirmamos até o momento que o sentido de sua existência, além de ser o elemento narrativo de conflito que rege o romance, ela também exerce momentos de mediação entre as duas forças que são os gêmeos. Flora pertence a um panteão único em *Esau e Jacó* que gera o conflito, mas também gera mediação; como vimos até aqui, esse ciclo se perpetua por todo o romance. Referindo tanto sobre Flora como também sobre Machado e a questão da indecisão, Meyer (2005) afirma que “escolher para ele seria diminuir-se, mutilar-se” (p. 33). Nesse sentido, a mediação de Flora seria um sinônimo de “tédio”, como são os momentos de “paz” durante todo o romance. Dessa forma, poderíamos afirmar que muito da opacidade de Flora deve-se também a essa mediação demonstrada pela sua indecisão.

Até o momento e ainda posteriormente, com a Revolta Armada, tudo o que a República havia trazido era o caos, conforme refletido nas palavras do conselheiro Aires.

É notório como a construção narrativa de Flora remete às camadas nacionais, em especial em seu momento pós 15 de novembro. Podemos notar, em especial com respeito às pessoas das classes mais baixas, funcionários públicos e outros raros letrados sem tanto prestígio social, mas que haviam levado uma boa vida durante o regime monárquico e que se desiludem, tanto monarquistas quanto republicanos, pelo autoritarismo instaurado pelo Marechal de Ferro. Algo que nem mesmo D. Pedro II, em seus quase cinquenta anos de regência, havia instaurado. Corroborando com essa ideia, temos a certeza do terror instaurado no Rio de Janeiro entre os anos de 1891 e 1894. Essa revolta trouxe graves prejuízos para os republicanos, sendo motivo de divisão entre aqueles que apoiavam Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Como consequência direta do movimento, temos a renúncia de Deodoro e o estado de sítio de Floriano. É provável que para a população carioca as medidas restritivas e a repressão que se seguiu após essa fatídica noite fossem a morte de suas esperanças, morte essa personificada em Flora. Nacionalmente, podemos notar que

O Brasil só viria a recuperar sua estabilidade no início do novo século. A sobrevivência da república a essa provação afirmou sua permanência, mas ao custo de ideais abalados, expectativas reduzidas e reputação maculada do Brasil. A monarquia passou a ser vista com

maior tolerância e teve suas conquistas reconhecidas (BARMAN, 2012, p. 568).

De fato, se existiam aspirações monárquicas nesse período, pós 1894, até mesmo para os mais inocentes e incultos, ela seria utópica. É muito mais sensato afirmar que aqueles que desejavam a monarquia, na verdade desejavam a estabilidade e paz que o governo monárquico lhes havia proporcionado. Em especial justamente no período do seu declínio, na década de 1870.

5.2 – Sobre as mudanças

Com o advento da Proclamação da República, especialmente no dia seguinte, pouquíssimo se relata diretamente sobre os nossos protagonistas, afinal, como descrito acima, os holofotes pairam sobre Flora e sua família. Porém, contamos com lampejos da relação que se firma entre os dois irmãos.

A principal mudança que devemos enunciar é a de atitude, hostilidade para respeito, no tratamento de Pedro para com Paulo, não incitando o ódio infantil contra ele, mas exaltando suas virtudes diante do novo regime. Poderíamos entender essa nova construção de imagem simplesmente como um amadurecimento acarretado pelo passar dos anos, porém, sendo os gêmeos os símbolos monárquicos e republicanos e seus respectivos apoiadores, podemos compreender uma aproximação não somente política entre ambos, mas uma certa relação de respeito mútuo. Afinal, o republicanismo perdia cada vez mais credibilidade, embora se tornasse uma realidade mais concreta, enquanto o monarquismo era envolto em um véu de santidade que não gozou em vida. O diálogo que ocorre em 24 de fevereiro de 1891, data da nova constituição republicana, é especialmente interessante. O crescimento a ponto de demonstrar a admiração e os pontos fortes do que outrora era o inimigo certamente denota uma grandeza de caráter. Pedro vê em seu irmão as características necessárias para a boa administração do novo regime. Chama-nos a atenção que Paulo não demonstra em momento algum sinal do que chamamos de Florianismo. Segue o diálogo:

- Você crê de veras que venhamos a ser grandes homens? perguntara Pedro a Paulo, antes da queda do império.

- Não sei; você pode vir a ser, quando menos, primeiro-ministro.

Depois de 15 de novembro, Paulo retorquiu a pergunta, e Pedro respondeu como o irmão, emendando o resto:

- Não sei; você pode vir a ser presidente da República (*EJ*, 2012, p. 214).

O respeito entre os irmãos crescia, podemos até afirmar que ele atingiu o seu ápice no momento do sepultamento de Flora, quando, silenciosamente, ambos decidem fazer um pacto e o firmam com suas mãos. Pedro afirma que “ela nos separou (...) agora, que desapareceu, que nos una” (*EJ*, 2012, p. 257). A afirmação de Pedro é interessante, especialmente porque é equivocada. Como já foi destacado antes, desde o momento em que eram gerados no útero viviam em inimizade e cizânia; aliás, foi exatamente por esse motivo que Natividade subiu o Morro do Castelo e que Santos foi se aconselhar com Aires. Durante a narrativa, como destacado várias vezes, Flora foi sim elemento de conflito, mas não foi a causadora original de tal contenda.

Podemos afirmar que, na visão de *Esau e Jacó*, monarquia e republicanismo não são regimes que se sucedem, como uma metamorfose natural, mas sim antagônicos, inimigos declarados desde a sua concepção. O fato de ambos se unirem, em especial depois das medidas tomadas pelo Marechal de Ferro, denota, mais uma vez, que os gêmeos representam o que ambos os regimes possuem de melhor, seus ideais mais puros e utópicos. Isso pode ser visto em outra passagem que demonstra o respeito entre ambos, falando especialmente das ações políticas: “os atos do governo eram aprovados e desaprovados, mas a certeza de que podia acender-lhes novamente os ódios fazia com que as opiniões de Pedro e Paulo ficassem entre os seus amigos. Não pensavam nada à vista um do outro” (*EJ*, 2012, p. 260). O respeito entre os regimes gerou um profundo desejo de paz e união entre os gêmeos, a tal ponto de não se atreverem a entrar em conversas mesquinhas ou em comentários provocativos, como fizeram à mesa em 15 de novembro de 1889.

O fato de ambos se unirem em um momento tão devastador quanto esse, na visão do narrador-autor, pode muito bem denotar que ambos os lados deploravam o cerceamento das liberdades civis, bem como o autoritarismo. Podemos presumir que tanto o federalismo como o autoritarismo ocupam, dentro da narrativa, um papel vilanesco, que deve ser evitado. Desse modo, a República não seria um mau regime, segundo a concepção do narrador-autor, ou mesmo, até onde podemos presumir, de Aires. Embora o autor aparentemente tivesse suas preferências, o que nos remete à ideia de que, mesmo em momentos mais tristes pode haver a oportunidade de tornar-se melhor; nesse caso, mesmo com as atrocidades cometidas, ainda era possível alcançar a ordem e a união

nacional. Por outro lado, a união dos gêmeos em homenagem póstuma a Flora também pode reafirmar o seu papel de representação de união nacional a favor de um ambiente de segurança e bem-estar social. É peculiar que justamente no momento em que as esperanças se findam, ambos os simpatizantes e representantes do regime ajam efetivamente em prol de tais políticas públicas, especialmente se considerarmos o contexto da morte de Flora, pois o Rio de Janeiro (e, por extensão, o Brasil) ainda haveria de sofrer muito com os representantes republicanos.

O narrador cria toda essa vasta gama de ideias e significados para os seus personagens, gerando momentos de conflito e redenção, somente para jogá-los novamente em uma lição pessimista, mas simples: a de que se pode mudar tudo, mesmo assim nada irá mudar. Enquanto a família de Santos continua com o seu prestígio social, e tende a aumentá-lo, resta à família de Batista somente o declínio. Podemos afirmar que aqui se estabelece um marco entre a mudança da monarquia para a república, uma mudança que não é necessariamente política, muito menos social: a de que as novas oligarquias e pessoas dotadas de poder político atingem esse patamar não pela simpatia que conseguem permanecendo próximo a um monarca ou uma figura política central, mas sim através do seu poder financeiro. Ou seja, o romance nos enuncia que na República do 15 de novembro, quanto maior era a sua fortuna, quanto mais próxima fosse a sua relação com grandes fortunas, maior seria sua relevância social. Esse argumento se comprova quando trazemos novamente à tona os aspectos sociais da primeira constituição elaborada na República. De acordo com Schwarcz e Starling,

Os vitoriosos de 15 de novembro construíram o mecanismo que garantiria voto apenas a quem eles julgavam poder confiar a preservação daquela sociedade. A Constituição de 1891 deixou boa parte da população brasileira do lado de fora da República: libertos e pobres – pela exigência de letramento, já que os analfabetos não poderiam votar –, além dos mendigos, (...), membros de ordens religiosas, menores de 21 anos (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 18-19).

Embora as autoras destaquem a exclusão dos analfabetos, podemos notar que todos esses grupos heterogêneos mencionados possuem um ponto de convergência: por conta do pouco ou nenhum poder financeiro não possuem nenhuma relevância na política, sendo deliberadamente excluídos; ou seja, não possuem, aos olhos dos que estão acima, qualquer relevância social. Na mesma linha de argumento, temos Carvalho (2019a), que informa que “a República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos

de expansão de direitos civis e políticos (...) pode-se dizer que houve até retrocesso no que se refere a direitos sociais” (p. 43). A república seguia excluindo ou, em casos específicos, agravando a alienação política e social de uma grande parte da população.

Tanto o é que Paulo e Pedro possuem relevância social posteriormente justamente pela boa condição financeira e *status* de que ambos gozam. Quando se tornam médico e advogado, respectivamente, notamos que “um prometia saúde, outro ganho de causa, e acertavam muita vez, porque não lhes faltava talento nem fortuna” (EJ, 2012, p. 264). Também podemos notar que, após suas posições se inverterem, Natividade, que aspirava a um grande futuro para os jovens (grande futuro aqui deve ser traduzido como um futuro no qual tenham fortuna e posição social asseguradas), ao ver que Pedro progredia profissional e socialmente, até ao ponto de desenvolver uma ambição de um grande destino, ficou “deliciada” (EJ, 2012, p. 266). Claro que Aires não exclui o talento de ambos, porém notamos que a fortuna também se faz presente. Outro exemplo peculiar é que mesmo após anos de República consolidada, o conselheiro Aires ainda se refere a Natividade como “baronesa” (EJ, 2012, p. 267), destacando o poder social e político que ela desempenhava; mesmo que não seja mais útil ou necessário tal tratamento no novo regime, o que, evidentemente, não é exatamente um saudosismo, não nos termos mais inocentes ou infantis das palavras, mas sim uma marca de sua anterior posição social. Assim sendo, podemos notar que a fortuna e a posição social são um elemento em comum no sucesso dos personagens durante todo o romance.

Ao longo da narrativa, sentimentos como a felicidade, paz e a segurança são efêmeras, a única certeza concreta que rege o romance *Esau e Jacó* é a de que a população brasileira, em especial a camada sem prestígio social, nunca estará segura e isenta de violência por muito tempo. A mesma conclusão a que o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) chegaria anos depois no poema intitulado “Sentimental”, no qual afirma que “neste país é proibido sonhar” (ANDRADE, 2013, p. 35).

5.3 – O fim

Chegamos, por fim, ao desfecho do livro. O conselheiro, ao escrever suas anotações que geraram o romance, não estabelece nenhum ato dramático como final. Na verdade, por todo o livro, ele tenta nos alertar que a leitura pode ser considerada enfadonha, ou simplesmente maçante, especialmente pela perpétua inércia na qual personagens como Custódio, Santos ou mesmo Flora se encontram.

Primeiro, é necessário ressaltar que o respeito criado entre os gêmeos não anula a desavença de seus espíritos. Após o período breve de paz em Petrópolis o conflito reacende. Podemos notar com maior ênfase no capítulo CXIII intitulado “Uma Beatriz para dois”, no qual o narrador afirma: “e com aparência de razão, que, se enterrada ainda os separava, mais os separaria se ali descesse em espírito. Puro engano, amigo. No começo, ao menos, eles jurariam o que ela mandasse” (*EJ*, 2012, p. 264). Flora é o motivo de conflito, porém notamos que, mesmo postumamente, o conflito ainda era alimentado, não mais pela sua existência, mas pela própria essência dos personagens. Tanto que, nas linhas seguintes, nos é relatado que “tinham perdido o acordo, feito pela razão, jurado pelo amor, em honra da moça defunta e da mãe viva” (*EJ*, 2012, p. 265). É digno de nota que o narrador destaca que os gêmeos falharam em praticamente todos os sentidos possíveis: razão, amor, honra e família. Desse modo, destaca sutilmente que a rixa entre as ideias pode ser reduzida a uma briga infantil, que não tem causas sólidas pelo que se lutar:

No meio dos sucessos do tempo, entre os quais avultavam a rebelião da esquadra e os combates do Sul, a fuzilaria contra a cidade, os discursos inflamados, prisões, músicas e outros rumores, não lhes faltava campo em que divergissem. Nem era preciso política (*EJ*, 2012, p. 265).

Nesse momento o narrador-autor já não dá mais voz às discussões e pontos de vista de ambos os lados, basta simplesmente saberem que são conflituosos. Tão conflituosos que nem mesmo assuntos cotidianos lhes escapavam das divergências, tornando o próximo capítulo tão interessante. Por todo o romance os gêmeos se repeliram, em alguns casos até fisicamente, e agora suas posições irão se inverter. A primeira a notar essa mudança é Natividade, sua mãe, que descreve que “Paulo entrou a fazer oposição ao governo, ao passo que Pedro moderava o tom e o sentido, e acabava aceitando o regímen republicano, objeto de tantas desavenças” (*EJ*, 2012, p. 266). Durante a narrativa as datas e acontecimentos históricos sempre foram um pano de fundo, gerando não somente interpretações, mas níveis de análises para os personagens e eventos, além das várias alegorias imperfeitas; aqui, acontece o oposto. Não é mencionado um acontecimento, data, ou qualquer referência de um significado maior que possa ter contribuído para a mudança de posições dos gêmeos. Pelo contrário, a relação parece ter espontânea e surpreendentemente crescido sozinha, afinal, basta nos remetermos a poucas páginas atrás

onde eles continuavam seu conflito, não somente associado à política, mas a quase que qualquer assunto.

Porém, o conselheiro Aires enuncia o motivo de tais trocas de papéis entre os jovens. Note-se que na explicação os nossos irmãos não representam mais a monarquia e a república; segundo a ideia apresentada, seus níveis interpretativos são significativamente mais simples:

A razão parece-me ser que o espírito de inquietação reside em Paulo, e o de conservação em Pedro. Um já se contenta do que está, outro acha que é pouco e pouquíssimo, e quisera ir ao ponto a que não foram homens. Em suma, não lhes importam formas de governo, contanto que a sociedade fique firme ou se atire para diante. Se não concorda comigo, concorde com D. Cláudia (*EJ*, 2012, p. 267).

A explicação dada pelo conselheiro possui uma base interessante, porém ela se ajusta somente ao momento em que é elaborada, pós-morte de Flora. Dizer que a forma de governo não importa para ambos é, a nosso ver, um exagero. Por todo o romance a forma de regime não foi só um fator importante, mas determinante nas ações dos personagens e naqueles que os cercavam. Era por Paulo ser republicano que Natividade se afligia, sabendo que poucas oportunidades de crescimento social e econômico teria na sociedade monárquica; foi por divisões políticas que os quadros de Robespierre e Luís XVI foram destruídos; também por inimizade política que o jantar do dia 15 de novembro foi tão emocionalmente agressivo para toda a família. Poderíamos considerar a ideia de que o regime não fosse importante depois da Proclamação da República, encontrando certas bases frágeis, porém, afirmar que antes não o era é uma opinião inocente, mesmo para o grande conselheiro.

Além disso, podemos notar também a influência de Flora no sentido de perpetuar uma forma de segurança nacional. Como já afirmado anteriormente, pouco antes de sua morte, seu papel é de aspiração de segurança e prosperidade nacional; esse desejo acaba sendo enraizado nos gêmeos, que nunca tinham demonstrado semelhante aspiração antes da morte de Flora. Se notarmos em retrospecto, Paulo afirmava carecer de uma “barricada” (*EJ*, 2012, p. 179) e Pedro afirmava que o imperador deveria ter “pegado os principais cabeças e mandá-los executar” (*EJ*, 2012, p. 180). Contudo, Aires possui razão em um ponto específico: a natureza dos irmãos sofre uma mudança, e Pedro realmente apoia o governo vigente enquanto permanece em Paulo ideias de revolução. Novamente, podemos afirmar isso após o 15 de novembro com mais clareza. Mas o princípio que guia

a construção narrativa é que essas duas vertentes de personalidade (que se desdobram politicamente) são inconciliáveis, o que faz com que o conflito reacenda com a força de outrora. A paz se dá entre os protagonistas para com personagens secundários, não entre eles; por exemplo, não existe paz entre Pedro e Paulo, mas sim entre os gêmeos para com Aires.

Além disso, encontramos em Sant’Anna (2012) outra explicação possível para a mudança de atitude dos protagonistas. Segundo o autor, o livro se baseia em um esquema de dualidade, como já explicamos. Ao longo da narrativa, Pedro e Paulo seguem em direções opostas, mas convictos, formando como que uma só linha; agora, perto do fim, fazem um caminho inverso, mostrando assim uma personalidade dual, na qual se encaixa a obra. Desse modo, é todo o romance que se estabelece em dois (duas famílias, dois irmãos, dois regimes). Sendo assim, a mudança de posição política dos personagens seria no momento em que ambos perdem o seu protagonismo e individualidade dentro da ficção machadiana e tornam-se ordinários como qualquer outro personagem. Dificilmente tal mudança de perspectiva poderia simbolizar algo no nível alegórico, como as ações anteriores, afinal, como já mencionado, não são referidas datas ou momentos históricos para a mudança; é mais plausível afirmar que essa mudança ocorra simplesmente por motivos de construção narrativa.

Também o esquema dual se repete em Natividade. Antes, logo após a sua morte, Flora era quem unia os dois gêmeos e os fez criarem sonhos de unidade e segurança nacional; essa união entre ambos, como vimos, durou pouco, porém Natividade afirma que a sua própria existência, depois de Flora, era um motivo para a união dos filhos. Conforme a personagem afirma, “amam-se em mim” (*EJ*, 2012, p. 270). Desse modo, a jornada de união dos jovens também se faz em duas partes, primeiro com a amada, depois com a progenitora. As linhas das duas mulheres são tão parecidas que ambas estão destinadas a morrer enquanto vivem os protagonistas, fazendo com que a paz entre Pedro e Paulo se torne efêmera.

Além disso, não podemos excluir o momento irônico e dramático que nos é reservado para o final do romance. Aproximando-se do final, as mudanças decorrem rapidamente. Os irmãos são eleitos “deputados” (*EJ*, 2012, p. 268) e o conselheiro Aires voltava do Velho Mundo onde havia permanecido onze meses. Mesmo eleitos para o mesmo sistema político, ainda permanecem em oposição, pois “ambos apoiavam a República, mas Paulo queria mais do que ela era, e Pedro achava que era bastante e soberba” (*EJ*, 2012, p. 269). A cena derradeira de Natividade é, como se espera de toda

morte de uma mãe, comovente. Porém, mesmo em seus últimos momentos notamos que parte da sua natureza cobiçosa permanece em meio ao desejo de união e apaziguamento de seus filhos:

Vocês vão ser amigos. Sua mãe padecerá no outro mundo, se os não vir amigos neste. Peço pouco; a vossa vida custou-me muito, a criação também, e a minha esperança era vê-los grandes homens. Deus não quer, paciência. Eu é que quero saber que não deixo dois ingratos. Anda, Pedro, anda, Paulo, jurem que serão amigos (...) não quero outras saudades. Estas somente, a amizade verdadeira, e que não se quebre nunca mais (*EJ*, 2012, p. 275).

Por vários motivos a fala de Natividade nos é interessante. Primeiro, está repleta de dualidade, ao afirmar do “outro mundo” e “este”. Também quando afirma sobre o custo da criação dos gêmeos; não é possível saber com certeza, embora seja a hipótese provável, se esse custo seria material, afinal, a família sempre foi dotada de um bom capital, mesmo para os padrões de uma burguesia em ascensão. Se assim for, Natividade concebia a educação e a criação de ambos como um investimento não para o crescimento pessoal, mas sim como uma forma de criar esses “grandes homens”; podemos afirmar que o papel de progenitora realizado por Natividade foi uma tentativa de criar homens com poder e relevância social, conforme ela tinha demonstrado na troca de partido feita por Santos. O curioso é que mesmo que eles atinjam a posição de deputados, o que, dada a posição da família, já seria um grande feito, a cobiça de Natividade pedia ainda mais, pois afirma que vai padecer sem vê-los atingir a tal grandeza que tinha sido prevista pela vidente. Porém, abaixo da cobiça, parece existir um desejo sincero, tal como existia em Flora, de que ambos pudessem se unir em genuína afabilidade e respeito. Esse último desejo, secundário, reflete os desejos de uma mãe, não somente de uma pessoa que busca garantir sua segurança social e ascensão; poderíamos afirmar que, em seu último momento, e literalmente em suas últimas palavras, Natividade foi realmente a mãe que preza pelo bem de seus filhos.

Pedro e Paulo, como filhos exemplares, atenderam aos apelos da mãe; novamente, por pouco tempo. É digno de nota que houve um genuíno esforço de ambos, ao menos nos primeiros momentos após a morte da mãe. Tanto que o tempo em que passavam juntos foi motivo de estranhamento generalizado. Porém, diferente do que houve da primeira vez, quando a natureza de ambos os afastara, aqui notamos a

interferência da obrigação política de discórdia, que surge como gatilho para reacender o conflito entre os gêmeos:

Tinham sido eleitos para se baterem, e acabavam traindo os eleitores. Ouviram nomes duros, repreensões acerbadas. Quiseram renunciar ao cargo. Pedro, entretanto, achou um meio conciliatório.

- O nosso dever político é votar com os amigos, disse ele ao irmão. Votemos com eles. Mamãe só nos pediu concórdia pessoal. Na tribuna, sim, ninguém nos levará a atacar um ao outro; no debate e no voto podemos e devemos dissentir (*EJ*, 2012, p. 276).

Não é possível afirmar que a natureza de ambos seguiria de forma pacífica em memória de Natividade. A única coisa que é possível afirmar é que o conflito aqui continua possuindo uma natureza dual: quando ele não parte do personagem para o externo, acontece o movimento contrário. No caso dos gêmeos, eles enfrentaram novamente as duas situações.

A ausência de tais questões nos levaria à pergunta: por que o narrador-autor, justamente no desfecho da obra, resolveria abandonar as alegorias construídas durante todo o processo do romance? A explicação mais pertinente reside no fato de que como a narrativa parece se estruturar para montar uma espécie de cenário brasileiro, o qual corresponderia a uma ideia de formação de identidade nacional, o narrador não vê elementos que compõem a atual conjectura (pós 15 de novembro) como elementos norteadores da formação da identidade nacional. Desse modo, ao falar sobre a monarquia de maneira idealizada na forma de Pedro e destacar a figura do republicano Paulo, o narrador-autor aparentemente se encontrava em um território confortável, seguro e próprio. Mesmo assim, o elemento de conflito continua, conforme é obtido através do comentário de Aires para o presidente da Câmara:

- O senhor que se dá com eles diga-me o que é que os fez mudar, concluiu o amigo.

- Mudar? Não mudaram nada; são os mesmos.

- Os mesmos?

- Sim, são os mesmos.

(...) Aires sabia que não era a herança, mas não quis repetir que eles eram os mesmos, desde o útero (*EJ*, 2012, p. 278).

Esse trecho, essa última explicação do conselheiro, denota a visão estabelecida no romance: mesmo antagônicos, destinados a batalhas, os regimes eram mais do mesmo. Mudavam-se algumas coisas, é inegável, porém também não se mudava nada. O narrador-

autor entrega uma moral pessimista em *Esau e Jacó*, a de que não importa o regime vigente, as contradições, os problemas, as oligarquias e tudo mais continuariam. Ou, referenciando novamente Carvalho (2019a), “a política era, na melhor das hipóteses, assunto dos estados-maiores das classes dominantes. Na pior, produto das rivalidades de chefes militares, entrando o povo apenas fortuitamente como massa de manobra” (p. 65).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão narrativa sobre a sociedade apresentada por Machado de Assis no romance *Esau e Jacó* é vasta e diversa. Mostrou-nos que não importa a sua bandeira ou seu manto, é sempre possível mudar, pois mesmo entre liberais e conservadores pouquíssimas são as diferenças; ou seja, mesmo aqueles que deveriam ser os dois extremos políticos convergem na mesma direção. A obra também enuncia como o movimento de Proclamação da República foi um evento ausente de participação popular, sendo quase que uma troca de poderes na qual se mantêm as estruturas e mecanismo de dominação; o povo que continuava sem voz, excluído e oprimido no período monárquico também haveria de sê-lo no período republicano. Por último, estabelece que não é possível sonhar com uma figura central que seja uma redentora da sociedade, nem mesmo cogitar que uma forma de governo é superior a outra, já que, dentro da visão narrativa desenvolvida, ambas seriam mais do mesmo.

Pensando nas relações sociais do Brasil na segunda metade do século XIX uma analogia fez-se lúcida e maquiavelicamente clara: o xadrez. Os biógrafos de Machado, em especial Massa (2008) atestam seu interesse pelo jogo. Em uma sociedade como a carioca, em um complexo jogo político que permeia todo o reinado de D. Pedro II culminando na Proclamação da República de 15 de novembro, permanecer em evidência e acima da camada comum exigia tanto esforço e sapiência da elite brasileira como uma partida de xadrez exige de dois oponentes. Dividida em cinco capítulos, a presente dissertação buscou analisar *Esau e Jacó* como uma partida de xadrez. Cada capítulo foi elaborado como uma tática de xadrez conhecida como “Mate do Pastor”. Tradicionalmente o “Mate” somente possui quatro movimentos, e cada movimento dá nome a cada capítulo: peão para E4 como o primeiro capítulo da dissertação; bispo para C4 como segundo; dama para H5 sendo o terceiro; e o quarto movimento, dama para F7, que dá o nome ao quarto capítulo, corresponde ao momento do xeque-mate. Uma jogada feroz, que, uma vez que encontra um oponente incauto e não preparado, pode resultar rapidamente na sua derrota. A vida política e social na metrópole fluminense apresenta-se de igual forma, um jogo de interesses e, por vezes, somente jogado por aqueles que sabem operar ardilosamente (ainda que de forma polida) os mecanismos políticos, com a surpreendente habilidade de derrubar um sistema monárquico e instaurar um sistema que prega a participação pública sem nenhuma significativa participação do povo. Esse xadrez político brasileiro é jogado muito antes da escrita dos romances machadianos, antes

mesmo da própria existência de Machado de Assis. Nesse sentido, viver no Brasil é uma perpétua partida de xadrez.

No capítulo peão para E4, é demonstrado como o realismo de Machado é ímpar no cânone brasileiro e como os elementos apresentados por Candido (2013) como identidade, o real e o imaginário, sentido do ato, relativismo e ausência de liberdade contribuem para a construção literária machadiana. Entre todos esses elementos, existem os peculiares ao romance *Esaú e Jacó*, o qual se estabelece como um sistemático e perpétuo conflito entre os personagens, em especial Pedro e Paulo, com espaçados momentos de paz, que geram o efeito de “tédio” (LIMA, 2011). É enunciada a peculiaridade narrativa do romance, feita por um narrador-autor oculto e destacada a sua importância durante toda a obra. Também são estabelecidos os conceitos de miopia machadiana e da quadrilha, que permeiam a leitura das várias metáforas que constituem uma alegoria imperfeita e de sua capacidade de volatilidade, que depende do personagem que a vive no contexto, muitas vezes com um pano de fundo histórico, em que acontece o episódio.

Em seguida, em bispo para C4, é discutido e analisado o conceito de abolição dentro da narrativa machadiana e, especialmente, em *Esaú e Jacó*. É demonstrado como um fenômeno que, há anos atrasado, é tratado de forma inversa a uma superação social, mas sim como um risco à ordem vigente. Também é destacado, por meio de Faoro (2001) e Carvalho (2019b), como a transição do trabalho escravo para o trabalho livre anuncia a ascensão de uma classe social em detrimento da derrocada de uma elite estabelecida. Embora demonstre um movimento de ascensão e queda, ele se dá entre elites que já têm sua hegemonia comprovada em território nacional, o que simplesmente evidencia uma mudança de aparências, não essencialmente na realidade efetiva dos cidadãos.

Depois, em dama para H5, é elaborado um pequeno esboço sobre os acontecimentos marcantes do dia 15 de novembro de 1889. Também é descrito como o romance é único no sentido de estabelecer uma pirâmide social própria, a qual consegue aprisionar vários indivíduos dentro de determinadas classes e incitar o conflito entre eles e suas respectivas classes. Em paralelo aos acontecimentos, acompanhamos um passo a passo, hora a hora, de como cada personagem concebe esse acontecimento no decorrer do dia. Começando com o conselheiro Aires, que assiste a tudo bestializado, à moda de Aristides Lobo, e sua marcante conversa com o confeitiro Custódio sobre sua tabuleta (um dos pontos altos da narrativa), além e da conversa com Santos, na qual esclarece seus receios para com o novo regime. Logo após, acompanhamos os gêmeos e o momento em

que as convicções de Paulo começam a dar aparência de desfalecer devido a sua percepção da ausência de genuinidade ao movimento republicano, bem como a ausência popular nele.

Por último, em dama para F7, acompanhamos o desfecho dos personagens. Por meio de Flora, que possui como característica marcante a indecisão durante o romance, estabelecem-se várias metáforas para a construção de uma alegoria imperfeita, em especial no momento de sua morte, evidenciando não somente uma consciência do panorama nacional e dos mecanismos implícitos que guiam a União, mas também um descontentamento profundo com os rumos violentos tomados pela recém-nascida República. O conflito entre os gêmeos ainda é a norma vigente, permanecendo mesmo após a morte da mãe e de Flora; esse perpétuo conflito, acompanhado de uma mudança de opinião dos personagens, evidencia que o narrador concebe ambos os regimes, monárquico e republicano, como mais do mesmo: ferramentas para a manutenção do poder e das oligarquias nacionais que sempre permanecem no topo da pirâmide. E, como defendido durante toda a dissertação, as mudanças ocorrem como forma de aparência, em que permanece a máxima: muda-se tudo, mas não se muda nada.

Esau e Jacó pode não ser o melhor livro elaborado por Machado, nem mesmo o mais cativante. Porém, o que ele faz com exímia maestria é acentuar a desigualdade brasileira. Poderíamos aqui afirmar que, nessa obra, a população vive uma luta de classes à moda de Marx, o que poderia desencadear um certo desconforto por parte da comunidade que lê Marx e procura os seus paralelos na história brasileira. O romance não estabelece um modelo de luta de classes (embora o faça muito bem), mas tem como objetivo escancarar para os brasileiros pontos tão evidentes que por vezes o desconsideramos. *Esau e Jacó* destaca que a participação nacional pouco ou nada contribui para os eventos históricos, mostrando que muitas vezes toda a esperança que sentimos, quando a depositamos em regimes ou em pessoas, é vã. Por fim, talvez o romance, alegórico e metafórico, tenha uma lição de moral, um fio de desesperança que nos assombra até os dias de hoje: o Brasil, tão belo e vasto por natureza, parece incapaz de mudar; e cada vez que alguma mudança surge, é suplantada ou torna-se um mecanismo de um sistema que ressoa com a mesma essência ano após ano, regime após regime.

O romance traz essas várias mensagens. Pessoalmente, prefiro não acreditar nisso.

7 BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. Instauração da República no Brasil [século XIX]. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa M. (org.). *Dicionário da República*: 51 textos críticos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Alguma poesia*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Tradução: Denise Bottmann. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ARAÚJO, Homero José Vizeu. *A vulnerabilidade derivada da cordialidade*: Um encontro entre Sérgio Buarque, Antonio Candido e Roberto Schwarz. *Terceira Margem*, Rio de Janeiro, nº. 12, p. 81-90, janeiro-junho, 2005.

ARAÚJO, Homero José Vizeu. *Machado de Assis e arredores*. 1. ed. São Paulo: Movimento, 2011.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*: Poética. Tradução: Eudoro de Souza. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. v. 2.

ASSIS, Machado de. *O Alienista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

ASSIS, Machado de. *Crônicas escolhidas*. 1. ed. São Paulo: Penguin-Companhia, 2013.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. In: ASSIS, Machado de. *Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 2.

ASSIS, Machado de. “O enfermeiro”. In: ASSIS, Machado de. *Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 3.

ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó*. 1. ed. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. In: ASSIS, Machado de. *Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 2.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. In: ASSIS, Machado de. *Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 2.

BARMAN, Roderick J. *Imperador cidadão: E a construção do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BASTIDE, Roger. Machado de Assis, paisagista. *Revista USP*, São Paulo, nº.56, p. 192-202, dezembro-fevereiro 2002-2003

BETELLA, Gabriela Kvacek. *Narradores de Machado de Assis: A sociedade enganosa dos cadernos do conselheiro (Esaú e Jacó e Memorial de Aires) e a simulada displicência das crônicas (Bons dias! e A semana)*. 1. ed. São Paulo: Edusp / Nankin, 2007.

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução do novo mundo da Bíblia sagrada. Cascais: Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 2015.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 47. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CALDWELL, Helen. *O Otelo Brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2022.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019a.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: Por José Murilo de Carvalho*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019b.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CRESTANI, Jaison Luís. *Machado de Assis e o processo de criação literária*. 1. ed. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2001.

FREITAS, Jorge de. *Considerações sobre a alegoria, a partir de João Adolfo Hansen em Alegoria: Construção e interpretação da metáfora. Versalete*, Curitiba, v. 2, ed. 3, p. 249-260, jul.-dez. 2014.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso: Introdução à história patriarcal no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Global Editora, 2016a.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FREYRE, Gilberto. *A vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Tradução: Waldemar Valente. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2016b.

GIACOMASSI, Priscila Célia. As implicações do discurso memorialístico do anti-herói machadiano. In: SARAIVA, Juracy Assmann; ZILBERMAN, Regina (org.). *Machado de Assis: Intérprete da sociedade brasileira*. 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2020.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GLEDSON, John. *Por um novo Machado de Assis: Ensaio*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HANSEN, J. A. *Alegoria, Construção e Interpretação da Metáfora*. 1. ed. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira, Marcos Penchel. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LIMA, Ludmylla Mendes. *Tédio, conflito de superfície e teatralidade*. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Tradução: Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2021.

MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis: 1839-1870: Ensaio de biografia intelectual*. Tradução: Marco Aurélio de Moura Matos. 2. ed. rev. São Paulo: Unesp, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. Revolução pernambucana. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. (org.). *Dicionário da República: 51 textos críticos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MEYER, Augusto. *Machado de Assis*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Corag, 2005.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. rev. São Paulo: Cultrix, 2004.

PASSOS, Gilberto Pinheiro. *As sugestões do conselheiro*. 2. ed. São Paulo: Edusp / Nakin, 2008.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. Esaú e Jacó. In: SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Análise estrutural de romances brasileiros*. 1. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: Triste visionário*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. *A bailarina da morte: A gripe espanhola no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2020.

SCHWARZ, Roberto. *Seja como for: entrevistas, relatos e documentos*. 1. Ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

STARLING, Heloisa M. Letrados e República no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. (org.). *Dicionário da República: 51 textos críticos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STARLING, Heloisa M. *Ser republicano no Brasil colônia: A história de uma tradição esquecida*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TELES, Adriana da Costa. *Machado & Shakespeare: Intertextualidades*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2017.

VILHENA, Oscar. Constituições brasileiras [1891 e 1934]. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. (org.). *Dicionário da República: 51 textos críticos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WEINHARDT, Marilene. Repensando o romance histórico. *Versalete*, Curitiba, v. 7, ed. 12, p. 320-336, jan.-jun. 2019.

WISNIK, José Miguel. *Machado maxixe: o caso Pestana*. *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 4/5, 2003.